



Universidade Federal Fluminense - UFF
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - ICHF
Área de História



Programa de Pós-Graduação em História - PPGH

Paulo Henrique de Souza Martins

Escavidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, sob orientação da Profa. Dra. Hebe Mattos, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre

Niterói, Maio de 2012

Paulo Henrique de Souza Martins

Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, sob orientação da Profa. Dra. Hebe Mattos, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre

Banca Examinadora

Profa. Dra. Hebe Mattos (Orientadora) – UFF

Profa. Dra. Carolina Vianna Dantas – FFP UERJ

Prof. Dr. Walter Fraga Filho – UFRB

Profa. Dra. Martha Abreu (Suplente) – UFF

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M386 Martins, Paulo Henrique de Souza.

Escravidão, abolição e pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no sertão cearense / Paulo Henrique de Souza Martins. – 2012.

128 f. ; il.

Orientador: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 124-128.

1. Escravidão. 2. Memória e história. 3. Abolição da escravatura, 1888. 4. Brasil. 5. Ceará. I. Castro, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 326.098131

Para Paulo Victor, pela inocente paciência...

AGRADECIMENTOS

Fazia minha primeira travessia de barca pela Baía da Guanabara quando visualizei à direita o espaço que seria minha vida e minhas descobertas ao longo de todo o ano que se aproximava. Era novembro de 2009 e o calor do Rio sapecava meu juízo cearense. Sabia desde aquele momento que entrar no prestigiado PPGH-UFF seria bem mais fácil que sair... descobri depois que sair era o que eu menos queria. Fui de tal modo bem acolhido por todos que fiz daquele espaço minha casa acadêmica. Na secretaria foram as sempre atenciosas Silvana Damasceno e Inez Vieira que primeiro me receberam, com o carinho peculiar que as caracterizou em todos os momentos que estive por lá (e não foram poucos!).

No Rio pude contar com o apoio sempre presente de todos os meus tios, que à medida de suas forças contribuíram para fazer daquela experiência a melhor possível. Minha tia-madrinha Helena foi além, merecendo os agradecimentos que poderiam ter sido os de alguma agência de fomento. Entre a Vila da Penha e o Rio das Pedras passei boa parte de minha estadia na cidade. Tanto num como noutro canto contei com o apoio dos novos e velhos amigos — como eu, migrantes cearenses —, que me proporcionaram a impressão de que estava mais perto de casa do que supunham os mais de dois mil quilômetros que verdadeiramente separava.

Na UFF tive a felicidade de fazer novos amigos, como Ticiane Antunes, Manuela Areias, Livia Monteiro, Fernanda Ayala, Daniela Yabeta, Gilciano Menezes, Roberta Carvalho, Denise Demétrio, Marcelo Lemos, Raiane Oliveira, Ana Tostes, Lorena Gouveia, Rosilene Farias, Rodrigo Weimer, Rodrigo Rezende, dentre outros tantos que me perdoarão o lapso de amnésia. Na ponte ou nas barcas, nas filas do bandeirão ou nas mesas de bar arrabaldes, as travessias na Guanabara foram mais alegres com vocês por perto.

Muito proveitosos foram os cursos ministrados pelas professoras Gisele Venâncio, Sheila Faria no primeiro semestre de 2010; e, Maria Regina Celestino, Charlotte de Castelnau-L'Estoile e Carolina Vianna no segundo, a quem agradeço pelas discussões e sugestões de pesquisa. A excelência do quadro docente do PPGH e das pesquisas dos colegas mestrands e doutorands construíram o ambiente propício para o desenvolvimento das questões que aqui abordo. Carolina e Verônica Secreto compuseram a banca de qualificação que contribuiu sobremaneira para o melhoramento do texto e encaminhado das questões finais.

Aqui são outros caminhos, o verde do mato novo, o cinza da nuvem cheia. No Ceará foram muitos os que estiveram comigo nessa empreitada. Os mais resistentes já me aturam a alguns anos nesse ritmo. Tatiane, Izabel e Derneval fazem parte desse time. O mais novo da turma ainda não entende porque às vezes tenho que me trancafiar (literalmente) no quarto... às vezes eu também não... me concedo alforria e voltamos momentaneamente a vida “normal”... faz parte do jogo... Agradeço a todos pela paciência.

Todos os entrevistados são co-autores desse texto. Para com eles tenho mais que o agradecimento acadêmico, mas um sentimento de respeito e admiração, o que se aplica também ao meu avô Pedro de Souza, por relutância não entrevistado, mas que tantas vezes me acompanhou em entrevistas abrindo a portas para a pesquisa. “Esse meu menino gosta das coisas antigas” dizia ele. “É professor formado e concursado” orgulhava-se. Meu obrigado a todos.

Propositamente deixei para o fim o registro de meus agradecimentos a professora Hebe Mattos. Apostando em mim desde o início, sempre atenciosa e

prestativa, professora Hebe ao longo desses anos excedeu em muito o papel da orientação acadêmica, me apoiando nos momentos mais difíceis pelos quais passei durante esse curso de mestrado. Suas palavras de carinho, confiança e incentivo marcaram profundamente o modo pelo qual enfrentei os desafios pessoais e acadêmicos que se impuseram nessa trajetória. Sua competência e humanidade são inspiradoras para a construção daquilo que sou e quero ser. Obrigado.

RESUMO

A pesquisa discute e produz diálogos possíveis entre História e Memória em três circunstâncias da história do sertão cearense: a escravidão na segunda metade do século XIX, a Abolição na década de 1880 e o Pós-Abolição na Primeira República. Privilegiou-se a discussão sobre o espaço rural do município sertanejo de Santa Quitéria-CE. Num primeiro momento problematizo o processo de Abolição no Ceará e seus desdobramentos na seara dos discursos ao longo do século XX, apontando como a imagem do pioneirismo da Abolição só se fez pelo silenciamento de outros atores e nesse sentido, de outras histórias. Adiante passo a ponderar as lembranças da escravidão por meio de entrevistas de História Oral como bases para a discussão sobre as relações entre essas memórias e as vivências dos escravos no século XIX, indicando a proximidade entre história e memória. Por fim, os dilemas e circunstâncias vivenciados pela primeira geração de libertos e livres do cativo, bem como as de seus descendentes, apontam para compreendermos como os tempos de liberdade possibilitaram novas configurações políticas, sociais e identitárias no mundo rural analisado.

Palavras-Chave: Memórias da Escravidão, Abolição, Pós-Abolição.

RESUMEN

La investigación analiza y hace posible el diálogo entre historia y memoria en tres circunstancias en la historia del interior de Ceará: la esclavitud en la segunda mitad del siglo XIX, la abolición en la década de 1880 y después de la abolición en la Primera República. La discusión se centra en el medio rural del municipio de Santa Quitéria-CE. En un primer momento se explora el proceso de la abolición de Ceará y sus desarrollos en el área del discurso lo largo del siglo XX, apuntando a la imagen del espíritu pionero de la abolición sólo se hizo por el silenciamiento de otros actores y en este sentido, otras historias. Dé un paso adelante teniendo en cuenta las memorias de la esclavitud mediante entrevistas de historia oral como una base para la discusión sobre las relaciones entre esos recuerdos y vivencias de los esclavos en el siglo XIX, lo que indica la estrecha relación entre la historia y la memoria. Por último, los dilemas y las circunstancias experimentadas por la primera generación de nuevos libres y libres de la servidumbre por, así como los sus descendientes, apuntan a entender cómo los tiempos de la libertad permitió nuevas configuraciones políticas, sociales y de identidad en las zonas rurales analizadas.

Palabras clave: Memorias de la esclavitud, la abolición, después de la abolición.

LISTA DE ABREVIACÕES

ACDS – Arquivo da Cria Diocesana de Sobral

BN – Biblioteca Nacional

CRCDM – Cartório de Registro Civil do Distrito de Macaraú, Santa Quitéria-CE

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégica Econmica do Ceará

LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem

LABOME – Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas

LISTA DE QUADROS, TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS

QUADROS

1. Entrevistas segundo datas de realização.....19

TABELAS

1. Modo de Exploração dos Imóveis Recenseados do Município de Entre-Rios e Santa Quitéria.....91
2. Distribuição dos Imóveis Recenseados no Município de Entre-Rios93
3. Distribuição dos Imóveis Recenseados no Município de Santa Quitéria94
4. Valor dos estabelecimentos rurais segundo a natureza dos bens arrolados94
5. Produção de cereais e outras plantas alimentícias nos estabelecimentos rurais recenseados no ano agrícola de 1919-1920.....96
6. Número de animais nascidos nos estabelecimentos rurais em 1º de setembro de 192097
7. Gado existente nos estabelecimentos rurais segundo as diversas espécies, Santa Quitéria.....97
8. Gado existente nos estabelecimentos rurais segundo as diversas espécies, Entre-Rios98

GRÁFICOS

1. População escrava exportada no Porto de Fortaleza, Ceará62
2. Organograma genealógico de Maria Gustavo de Mesquita113

MAPAS

1. Bacias Hidrográficas do Ceará21
2. Bacia do Rio Acaraú22
3. Divisão Política do Ceará (detalhe no Município de Milagres, Região do Cariri)41

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Agradecimentos..... | v |
| Resumo | viii |
| Resumen | ix |
| Lista de Abreviações | x |
| Lista de quadros, tabelas, gráficos e mapas..... | xi |
| | |
| Capítulo 1 – Considerações Iniciais..... | 15 |
| 1.1 Memórias da Escravidão | 16 |
| 1.2 Quem é quem nessa história..... | 18 |
| 1.3 De onde se fala | 20 |
| 1.4 As partes da pesquisa | 23 |
| 1.5 Pesquisa histórica nas telas de projeção | 24 |
| | |
| Capítulo 2 - Memórias da Abolição e do Pós-Abolição no Ceará: nos labirintos do esquecimento e das lembranças de uma história laureada (1881-1966) | 27 |
| 2.1 O processo de Abolição no Ceará..... | 31 |
| 2.2 O Pós-Abolição no Ceará: memória e silêncio..... | 38 |
| 2.3 Produção do Instituto do Ceará em fins do Império e na Primeira República..... | 44 |
| 2.4 Outras memórias para o Pós-Abolição no Ceará | 48 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo 3 - Memórias do Cativo e Experiência da Escravidão no Sertão do Ceará: o que a Memória pode falar de História? | 56 |
| 3.1 Contexto sócio-econômico do Ceará na segunda metade do século XIX | 56 |
| 3.2 Memórias do Cativo | 63 |
| 3.2.1 Alfredo e Felisbela: lembranças da violência e do tráfico interprovincial de escravos | 67 |
| 3.2.2 O velho Domingos Braga: memória e narrativa da violência sexual | 73 |
| 3.2.3 Narrativa e performance na história do escravo Anastácio | 80 |
| | |
| Capítulo 4 - Memórias da Liberdade no Pós-Abolição do Sertão Cearense | 84 |
| 4.1 Seca, migração e trabalho agrícola no Ceará | 86 |
| 4.2 Censo de 1920: uma história agrária da pobreza na Primeira República | 90 |
| 4.3 Pós-Abolição e Memória | 99 |
| 4.4 Um liberto moreno em tempos de escravidão | 105 |
| | |
| Considerações Finais - Adentrando as salas de reboco das Festas Rurais e suas Classificações Raciais: presente e passado nas memórias orais..... | 109 |
| Retornando à fazenda Extremas | 112 |
| Memórias, Culturas Políticas e Culturas Históricas | 115 |
| | |
| Fontes | 118 |
| Referências Bibliográficas..... | 124 |

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS...

O cinzento céu indicava que a chuva logo desabaria. Depois de vencidos alguns quilômetros de lama e buracos na estrada de terra, estava eu a frente do rio dos Macacos que naquela tarde ainda permitia travessia, mesmo que isso acarretasse risco de acidente, prejuízos financeiros e de logística de pesquisa. Do outro lado do rio, depois de uns bons 10 minutos de caminhada deveria encontrar um velhinho à espera do pesquisador e seus “aparelhos”. Se atravessasse o rio certamente haveria entrevista. Se chovesse, certamente ficaria “preso” do outro lado do rio. Transpus e encontrei seu Dilau à sombra de um verde imbuzeiro. Não choveu, houve entrevista, consegui retornar.

O entardecer do sertão, outrora bucólico, guardava naqueles dias ares de apreensão. Não era de bom alvitre transitar pelas estradas de rodagem pois que roubos a motos tinham se tornado freqüentes na região. Ainda assim transitei, fui acima e abaixo filmando as entrevistas com os velhinhos que se permitiram contribuir com a pesquisa. Numa dessas tardes dona Maria Gustavo me recebeu sorrindo mostrando ainda lembrar-se de mim depois de tanto tempo ausente. Seu João Filho que nunca tinha me visto antes ficou desconfiado, os vizinhos também...

Os dilemas acima brevemente narrados são apenas umas das muitas peripécias das quais essa dissertação é fruto. Resultado de anos de pesquisa de campo,

as entrevistas que compõem o núcleo central das fontes primárias utilizadas foram produzidas ao sabor das possibilidades. Começaram a ser feitas durante curso de graduação em História, num primeiro momento (2006-2007) de modo quase amador, com captação das entrevistas em gravador analógico, somente o áudio; e na reta final (2008-2009) com câmera digital, captação em áudio e vídeo. Continuaram ao longo curso de mestrado (2011-2012), com o mesmo equipamento, mas com problemas diferentes na cabeça. Já não podia mais visualizar as memórias dos meus entrevistados como simples janela para o passado, tanto mais larga quando mais próxima ela me deixava daquilo que já sabia sobre a escravidão cearense. A memória enquanto fonte não podia ser tratada como mera confirmação de outras fontes. Era preciso tratá-la em sua especificidade, perscrutando os diferenciais que apresentava, construindo algo novo sobre seus conteúdos. Esse foi um dos objetivos aos quais este texto se debruçou. Tarefa das mais complexas pois que se quaisquer fontes em diálogo não conseguiriam dar conta da totalidade da complexidade que ali registram, menos ainda o daria sem que houvesse com quem estabelecer o diálogo, o cotejamento, a discussão (considerando mesmo a dupla acepção da palavra). Nesse sentido, fiz uso de outras fontes as quais exporei com mais vagar posteriormente. Por ora, cabe salientar que elas impuseram questões não previstas inicialmente, e que tiveram que ser enfrentadas.

1.1 MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO

A emergência de memórias da escravidão — não só no Brasil, mas em toda a América nas últimas décadas — está ligada ao reordenamento político e jurídico internacional que graças aos movimentos sociais étnicos, vem forçando a ampliação de direitos sociais específicos dessas populações. As noções de “justiça reparativa”, “ação afirmativa” e “memória e identidade” acionadas em função do passado escravo se transformam em ferramentas de luta nas quais as lembranças, narrativas, histórias do cativo compõem as engrenagens de atuação no presente, aliando ainda as lutas para superação do racismo e da discriminação dele decorrente. É nesse sentido que o

racismo entendido como definição social negativa de um grupo intermediada por uma leitura de suas características físicas, e a *discriminação* como efeito comportamental de conseqüências diretas na inclusão e exclusão de grupos racialmente diferenciados, se transformam em bandeiras de luta de grupos historicamente marginalizados do poder.¹

As relações que esses grupos buscam ter com o Estado e sociedade mais ampla, em função mesmo da conquista de direitos conforme dito anteriormente, parece ser a tônica de toda uma bibliografia que versa sobre as ações afirmativas no Brasil e a questão étnico-racial ali constante.² Não parece ser essa, porém, a preponderância nessa pesquisa específica face ao caráter não coletivo e não “politico-institucionalmente militante” que se mostra nas memórias aqui analisadas. Como sintoma do que exponho, em momento algum de todas as entrevistas o termo “quilombo” — fundamental categoria da agenda reivindicatória dos movimentos negros — foi utilizado pelos entrevistados. Estamos diante mesmo de uma história de interação diferente. A principal relação dos entrevistados com o Estado, momento ímpar em que não raro eles literalmente passam a existir para os governos, dá-se por volta dos 65 ou 60 anos de idade, para mulheres e homens respectivamente, oportunidade em que acionam seus direitos de trabalhadores rurais requerendo do sistema previdenciário público a aposentadoria rural. Não por acaso, esse é um momento de inflexão na vida das famílias, isto é, a seguridade financeira via aposentadoria vitalícia dos membros mais velhos da casa marca uma nova fase da vida familiar, atingindo indistintamente todos os desprovidos de bens materiais e terras principalmente, sem qualquer diferenciação aparente entre brancos e negros. Não se pode assim, vincular as memórias da escravidão e pós-abolição as quais essa pesquisa se fundamenta a uma nova relação dos sujeitos entrevistados com o Estado e as políticas públicas reparativas. A ação fundamental de intervenção positiva na vida dos

¹ Ver ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera; BARCELOS, Luiz Claudio. **Afro-reparaciones**: Memórias de la Esclavitud y Justicia Reparativa para negros, afrocolombianos y raizales. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES), 2007, especialmente parte 1 “Diálogos geopolíticos y Reparaciones”.

² A Associação Brasileira de Antropologia tem papel importante nessa discussão científica e política. Dentre várias publicações, ver especialmente O’DWYER, Eliane Cantarino (Org.) **Quilombos**: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002; LEITE, Ilka Boaventura. (Org.) **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER/ABA, 2005; e, PINHO, Osmundo e SANSONE, Lívio (Orgs.) **Raça**: Novas Perspectivas Antropológicas. Salvador. ABA/EDUFBA. 2008.

entrevistados, negros ou não, não foram as ações afirmativas dos anos 2000 mas a criação do Fundo Rural em 1963.³

Não se está no entanto afirmando a inexistência de experiências racializadas na vida dos entrevistados descendentes dos últimos escravos e libertos do Ceará Imperial. Pelo contrário, se a aposentadoria no último quartel do século XX marca uma mudança positiva de condições de vida de uma ampla parcela das populações camponesas, antes disso e em formas variadas ao longo do tempo, a luta pela sobrevivência era composta por vários elementos dentro os quais a racialização fazia parte. Outras questões eram semelhantemente de fundamental importância como as famílias e seus laços de sociabilidade, o acesso a terra e/ou trabalho, seja do modo mais autônomo como propriedade que se tem, seja como parceiro ou arrendatário de outrem.

1.2 QUEM É QUEM NESSA HISTÓRIA

Elias Martins Vital é bisneto da escrava Felícia e de seu senhor Domingos Braga. Não carrega em seu sobrenome a referência do lado “branco” da família. Nasceu em fins da década de 1920 e passou boa parte da vida tocando roçado para alimentação familiar e servindo de diarista para fazendeiros da região onde nasceu, na zona rural do município de Santa Quitéria, Sertão Central do Ceará. Como muitos, deixou o campo e foi morar na cidade, Cariré, onde vive da aposentaria com agricultor.

João Lourenço Vieira Filho carrega a mesma ascendência de seu Elias, primos carnais “por parte de pai e mãe” como salientou numa entrevista. Um pouco mais velho, nasceu em 1919 em fazenda da mesma região onde vive até hoje, propriedade do falecido pai que abriga tantos parentes quantos queiram se abrigar por lá. João Lourenço logo cedo foi introduzido às lides agrárias, das quais só se desvincilhou nos curtos períodos em que esteve no Rio de Janeiro na década de 1970? e depois que foi aposentado como trabalhador rural em 1987.

³ Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963.

Dona Maria Gustavo por sua vez, prima dos dois anteriores, nasceu na fazenda Cai Coelho, margem direita do Riacho do Pires no ano de 19???. De lá só saiu para morar na fazenda Extremas, propriedade de todos os negros seus parentes. Foi já morando nas Extremas que conheceu as histórias do cativo das fazendas Serrote e Malhada Grande. Residindo no mesmo “bolão de barro”, vive da aposentadoria como agricultora rural.

QUADRO 1 - ENTREVISTAS SEGUNDO DATAS DE REALIZAÇÃO

| N. | Entrevistado | Data da entrevista | Nascimento |
|-----|-------------------------------|-------------------------|------------|
| 1. | Estanislau Ferreira Chaves | 27 de maio de 2006 | 07/05/1923 |
| 2. | Estanislau Ferreira Chaves | 05 de agosto de 2006 | |
| 3. | Dulcinéia Caetano de Mesquita | 15 de março de 2007 | |
| 4. | Tomás de Mesquita Viana | 14 de julho de 2007 | |
| 5. | Simplício Braga de Farias | 19 de dezembro de 2008 | 09/07/1920 |
| 6. | Maria Geli Martins | 21 de dezembro de 2008 | |
| 7. | Manoel Luiz de Souza | 08 de janeiro de 2009 | 07/07/1919 |
| 8. | Maria Gustavo de Mesquita | 09 de janeiro de 2009 | 21/04/1925 |
| 9. | Maria Gustavo de Mesquita | 17 de janeiro de 2009 | |
| 10. | Estanislau Ferreira Chaves | 06 de fevereiro de 2011 | |
| 11. | Estanislau Ferreira Chaves | 05 de março de 2011 | |
| 12. | Maria Gustavo de Mesquita | 28 de maio de 2011 | |
| 13. | Elias Júlio de Sales | 29 de maio de 2011 | |
| 14. | Maria Geli Martins | 29 de maio de 2011 | |
| 15. | João Lourenço Vieira Filho | 06 de dezembro de 2011 | 1919 |
| 16. | João Lourenço Vieira Filho | 16 de janeiro de 2012 | |
| 17. | Manoel Preto | 17 de janeiro de 2012 | |
| 18. | Gerardo Furtuoso | 28 de janeiro de 2012 | |
| 19. | Maria Geli Martins | 29 de janeiro de 2012 | |
| 20. | Elias Martins Vital | 05 de fevereiro de 2012 | 19/06/1927 |
| 21. | Elias Martins Vital | 12 de fevereiro de 2012 | |

Os pequenos resumos biográficos acima dão conta de ilustrar o universo de entrevistados que contribuíram com a pesquisa através de suas lembranças familiares sobre a escravidão e o pós-abolição. Todos são netos da geração que viveu o tempo do cativeiro. A maioria reporta-se aos avôs e avós como fonte das suas memórias mais distantes. Com apenas uma exceção, todos são trabalhadores rurais aposentados e suas memórias familiares sem muito esforço chegam as raízes genealógicas do final do século XIX. Eles se transformaram em colaboradores da pesquisa por intermédio de indicações que me levavam de um para outro e outro, construindo assim uma rede de memórias das quais a família e o trabalho são os principais elementos.

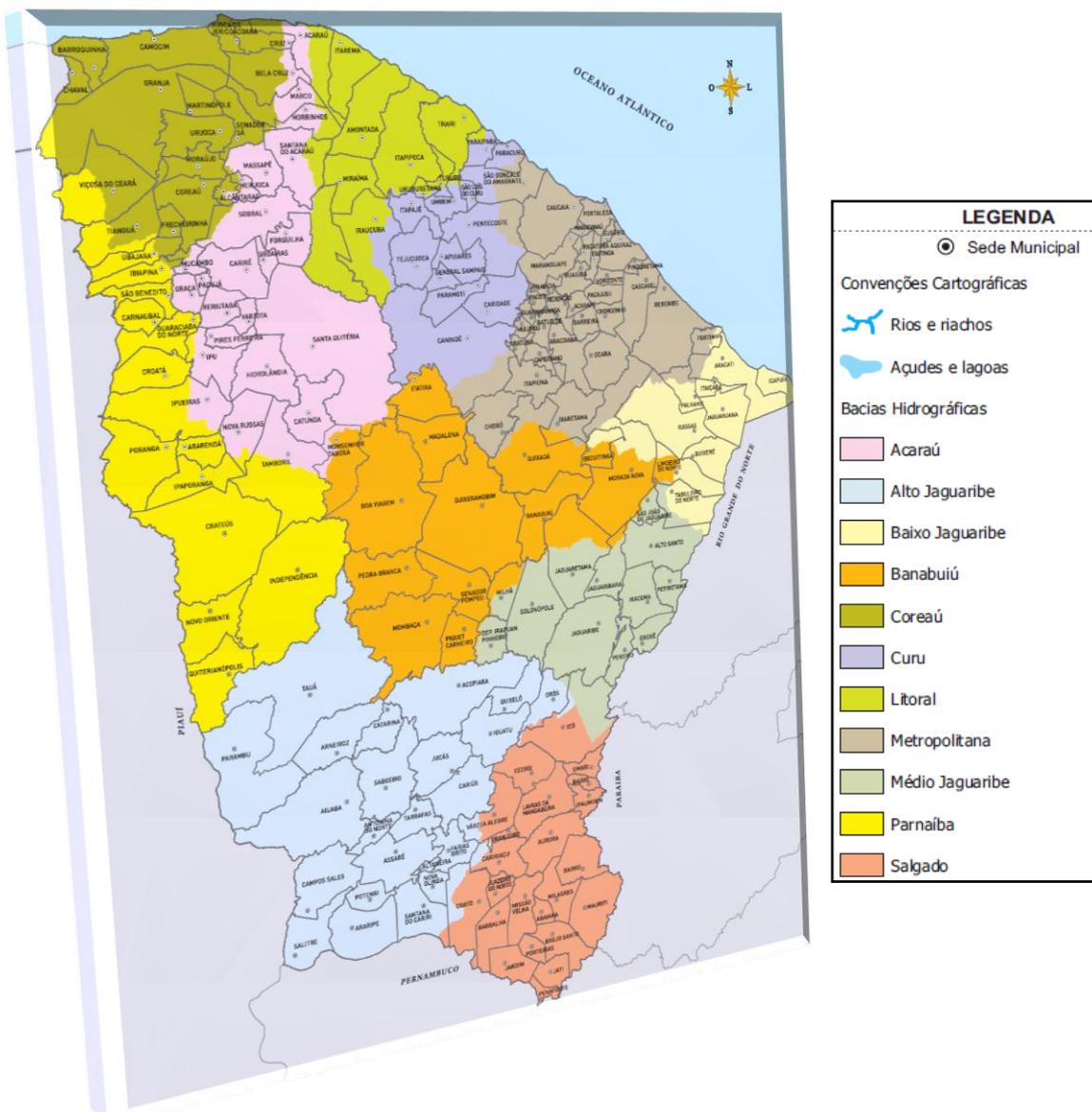
1.3 DE ONDE SE FALA

Para além das divisões políticas pode-se dizer que o Ceará possibilita uma forma de classificação geográfica muito mais elucidativa de sua história, pois que fundamentando-se no modo pelo qual o meio ambiente foi utilizado pelo homem e as transformações dessa relação ao longo do tempo, fornece uma imagem mais reveladora da geohistória cearense.⁴ De modo geral o Ceará comporta três configurações geográficas fundamentais no modo pelo qual a história desses espaços se processaram: o sertão, o litoral e as serras. Essas configurações abrangem diferenciações de relevo, clima, hidrografia, vegetação que interferem na forma pela qual a vida se fez em cada uma delas, no que tange ao trabalho e aos costumes daqueles espaços. Há também os elementos comuns a ambos como a estrutura fundiária ainda bastante concentrada e o regime de produção alimentar de subsistência. De forma especial o rio surge como elemento natural basilar na história cearense, seja como caminho de entrada das primeiras incursões exploratórias, seja

⁴ FALCÃO SOBRINHO, José. **Geohistória ambiental do Vale do Acaraú**. Sobral: Edições Universitárias, 2009.

como pré-requisito para fixação do homem, suas fazendas, vilarejos, cidades ao longo do tempo. A maior parte do território cearense é aquele que designaremos como sertão, caracterizado pelo clima semi-árido, vegetação de caatinga e solos de baixa altitude (menores que 200 metros), pontilhados por pequenas elevações ou “serrotes secos” como são conhecidos.

MAPA 1 - BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CEARÁ

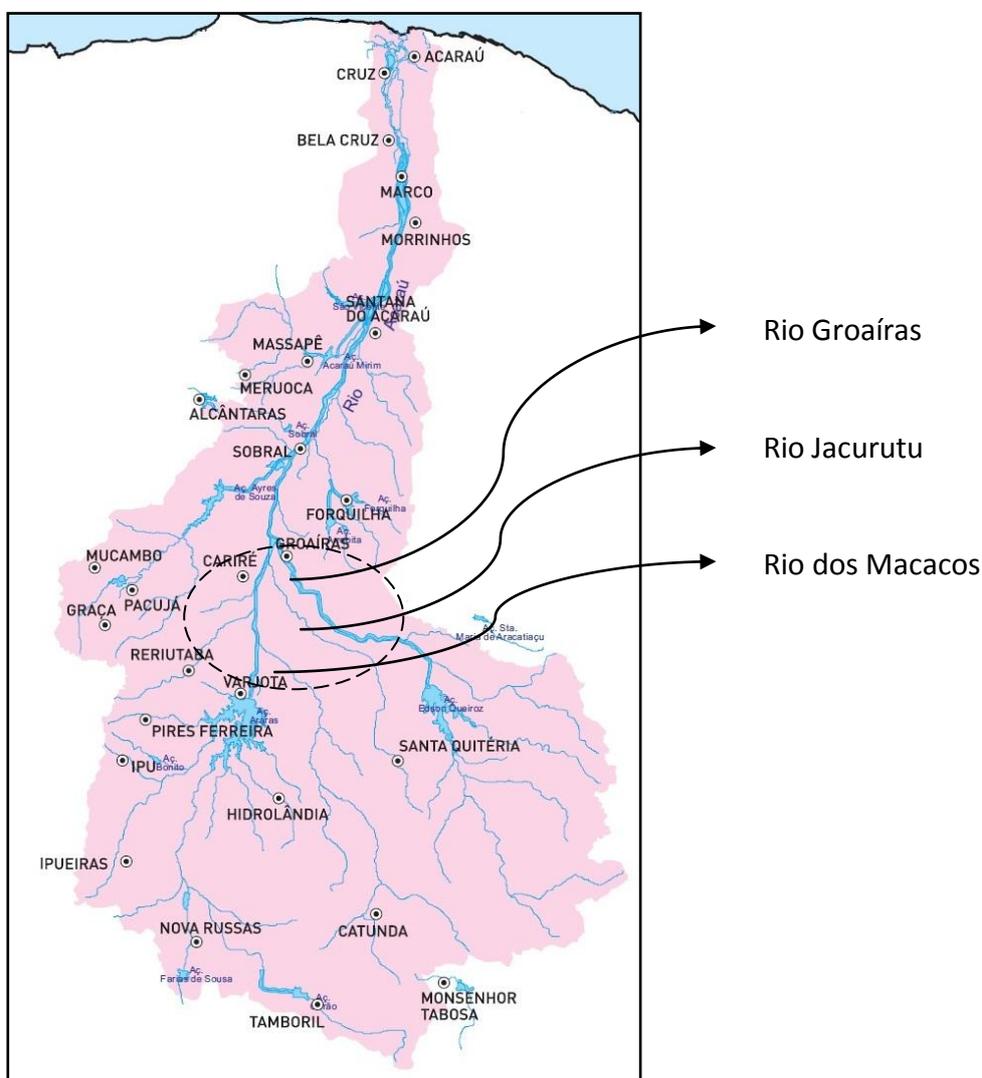


Fonte: Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Disponível no site <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/>. Acesso em 26 de abril de 2012. Mapa adaptado.

Se assim pode ser descrito o espaço cearense como um todo, também o é para a área denominada de “Vale do Acaraú”, na parte noroeste do estado. Abrangendo a região do maciço residual úmido da Serra das Matas, onde nasce o rio

Acaraú (município de Monsenhor Tabosa), o Vale de mesmo nome abarca toda uma extensa superfície de sertão, até a pouco menos de 60 km do Oceano Atlântico (a partir do município de Morrinhos) ganhar as feições do espaço litorâneo. Ao longo desse caminho de aproximadamente 300 km, para o rio Acaraú convergem águas de outras calhas naturais como o Rio Juré e Jaibaras pela margem esquerda e o dos Macacos, Jacurutu e Groaíras à direita. É exatamente nos sertões banhados por esses três rios — principalmente na parte baixa deles, isto é, próximos ao encontro com o rio principal o Acaraú — de onde vem a maioria das histórias e memórias componentes dessa pesquisa.

MAPA 2 - BACIA DO RIO ACARAU



Fonte: Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Disponível no site <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/>. Acesso em 26 de abril de 2012. Mapa adaptado.

1.4 AS PARTES DA PESQUISA

O primeiro capítulo, *Memórias da Abolição e do Pós-Abolição no Ceará: nos labirintos do esquecimento e das lembranças de uma história laureada (1881-1966)*, buscará questionar uma memória do pioneirismo cearense no que concerne a abolição dos escravos no Brasil. Por meio da análise de documentos governamentais e de publicações do Instituto do Ceará⁵, procurarei explicitar como essa memória sobre o abolicionismo cearense só se fez possível com a exclusão de um conjunto de fatores presentes na década de 1880 e no pós-abolição como um todo, dentre os quais se destaca a agência dos próprios escravos em favor de sua libertação, a demanda por escravos nas plantações de café no sudeste brasileiro e as questões políticas que interferiram nos mercado de “braços escravos” via tráfico interprovincial, todos esses aspectos constitutivos do cenário em que foi possível fomentar o tal pioneirismo. Uma parte importante desse capítulo evidencia considerações inovadoras sobre a história do abolicionismo cearense, postas a lume pelo pesquisador estadunidense Billy Chandler no ano 1966. Sintomaticamente, suas conclusões que punham em cheque o maior feito da História do Ceará foram relegadas ao ostracismo sendo somente pontualmente retomadas já no final dos anos 1980.

O capítulo segundo, *Memórias do Cativo e Experiências da Escravidão no Sertão do Ceará: o que a memória pode falar de história?*, é uma análise das memórias da escravidão cearense tendo como fonte básica entrevistas de história oral com descendentes da última geração de escravos e libertos, ou conhecedores das histórias destes. Partiu-se do argumento de que aquelas memórias sobre o passado distante somente existiam nesse presente em função de sua proximidade com a vivência dos sujeitos do pretérito. Em outras palavras, se a memória é sempre um discurso atual sobre o passado, ela também pode ser chave de leitura que permite a compreensão e problematização da complexidade da realidade existente no passado. A memória não é meramente uma invenção contemporânea do que ficou pra trás, mas dialoga

⁵ Relatórios dos Presidentes de Província e Revista do Instituto do Ceará, respectivamente.

constantemente com a experiência de quem conta e com as vivências sobre as quais se conta. Não por acaso a seca, o tráfico interprovincial e a violências sexual e social dos senhores para com os escravos, todos pontos elementares da história da escravidão do Ceará na segunda metade do século XIX, surgem como recorrência nas narrativas dos entrevistados.

Memórias da Liberdade no Pós-Abolição do Sertão Cearense, título do capítulo final, discute uma demanda epistemológica decorrente do capítulo anterior. Quais foram as vivências do mundo rural experimentadas pelos egressos do cativo e seus descendentes (que na terceira geração foram por mim entrevistados), que informaram o modo pelo qual eles mesmos leram o passado de escravidão dos avós e balizaram as leituras sobre o tempo de liberdade, o pós-abolição, do qual são sujeitos? Foi justamente essa a interrogação que forçou a realização de novas entrevistas com entrevistados de outrora. Foi esse também o ensejo que permitiu conhecer melhor não só o pós-abolição cearense mais a própria escravidão.

1.5 PESQUISA HISTÓRICA NAS TELAS DE PROJEÇÃO

O trabalho com entrevistas registradas em áudio-visual confere enorme potencial para a pesquisa historiográfica e para divulgação científica. Além dos rotineiros e imprescindíveis resultados “textuais”, percebe-se um significativo aumento de utilização de outros suportes como produto de pesquisa histórica, notadamente os filmes. O crescente número de laboratórios universitários que se dedicam a pensar, organizar, fazer filmes como resultados de pesquisa acadêmica, têm sido o suporte primordial para aqueles que se colocam esse desafio.⁶

Fugindo à mera transposição de suporte, fazer da pesquisa um filme pressupõe conhecer as especificidades da linguagem cinematográfica sem a perda da noção de que veicula-se ali um conhecimento historiográfico. Para tanto é adotada como ferramenta teórica a noção de “intertextualidade” que “compreende os textos

⁶ São especialmente importantes para minha pesquisa o LABOME – Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e o LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem, da Universidade Federal Fluminense – UFF.

históricos como campos de significação, resultantes de práticas sociais de produção signífica, envolvendo um processo contínuo de disputa pelos sentidos socialmente aceitos como válidos”⁷, ou em outras palavras, a idéia de que os textos que dizem a realidade devem ser analisados levando-se em conta que os sujeitos que os produzem, fazem circular, os consomem, estão inseridos no campo aberto do conflito social e político. Tais questões que não nos fogem quando da interpretação das fontes escritas, imagéticas, materiais produzidas no pretérito, também não deve deixar de existir no trabalho com a fonte oral, produto do diálogo no tempo presente. A intertextualidade está na base do conceito de “escrita videográfica”, que por sua vez articula toda a densidade da pesquisa acadêmica com o alcance do cinema, levando em consideração que as fontes/elementos da/do pesquisa/filme devem ser preservadas em sua substância constituinte de discursos sobre a realidade.

O texto que aqui é apresentado tem como resultado “alternativo” um filme de pesquisa produzido sobre as entrevistas de história oral. O filme por ora batizado de “Vestígios do Cativo: Escravidão, Abolição e Pós-abolição”, trata-se de um curta-metragem (aproximadamente 20 min.) em que o roteiro privilegiará a eminência de lembranças da escravidão e pós-abolição no Ceará, utilizando-se principalmente das entrevistas e captações externas de vídeo e/ou áudio. Via seleção, “Lembranças e Vestígios do Cativo” foi exibido na programação da Mostra Visualidades organizada pelo LABOME/UVA em sua terceira edição ocorrida em Sobral-CE em novembro de 2011. Por intermédio dessa mostra, o curta-metragem foi selecionado para integrar programação do “I Nossas Américas - Nossos Cinemas: I Encontro de Jovens Realizadores da América Latina e do Caribe”, evento que pretende consolidar redes de cooperação, ensino e difusão na área de produção audiovisual. O “I Nuestras Americas - Nuestros Cines” realizar-se-á em Sobral entre os dias 23 e 26 de maio de 2012.

Nos quadros organizativos do LABHOI, o filme está assentado na modalidade da “escrita intertextual ampliada” que

utiliza-se dos recursos do documentário cinematográfico interpolando imagens fixas filmadas, cenas filmadas em eventos ao vivo, cenas de

⁷ MAUAD, Ana Maria. “Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico *Milton Guran em três tempos* (LABHOI, 2010).” In. **História Oral**, v. 13, n. 1, jan.-jun. 2010. p. 144.

entrevistas filmadas. Compõe a narrativa videográfica a música incidental, a trilha sonora, a leitura de depoimentos e a fala dos entrevistados.⁸

Com o filme objetiva-se não somente a circulação da pesquisa nos circuitos acadêmicos, como é o caso do “Visualidades” e do “Festival Internacional de Filmes de Pesquisa sobre a Escravidão Moderna”⁹, mas também que se constitua como material didático para exibição e debates no âmbito da educação básica.

⁸ MAUAD, Ana Maria. *Op. Cit.* p. 147

⁹ A criação do festival está diretamente ligada às experiências de grupos de pesquisas em vários países como a França, Canadá e Brasil. Ver MATTOS, Hebe. “Apresentação” [do Dossiê *Patrimônio e memória da escravidão atlântica: História e Política*]. In. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol.15, n.29, 2010. p. 11.

MEMÓRIAS DA ABOLIÇÃO E DO PÓS-ABOLIÇÃO NO CEARÁ: NOS LABIRINTOS DO ESQUECIMENTO E DAS LEMBRANÇAS DE UMA HISTÓRIA LAUREADA (1881-1966)

Cabe-me a satisfação de consignar neste documento, para honra da Província que acabo de administrar, o facto grandioso da extinção do elemento servil em todo o seu territorio, tanto mais me desvaneço de o fazer, quanto posso afirmar que n'esta importante conquista não tive de testemunhar em desmerecimento do seu transcendente valor, a pratica de qualquer attentado contra a ordem publica ou direitos individuaes.

Sátyro de Oliveira Dias – Presidente da Província do Ceará, 1884.

Ano de 1884. Dia 25 de março do mesmo ano. A cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará, fervilhava na estrondosa comemoração pela abolição da escravatura. Nesse dia o jornal abolicionista “Libertador” fazia imprimir em suas páginas declarações desse porte: “[o Ceará] (...) passará á posteridade com a honra dos que tiveram o assombroso commettimento, que forte e suavemente fez inscrever a palavra – NÃO HÁ MAIS ESCRAVOS NO CEARÁ”; “O Ceará esta livre; agora o seu dever e a sua honra é não poupar sacrificios nem esforços para attrahir a si o resto do Brazil do qual tão brilhantemente se destacou. Honra ao Ceará!”.¹

¹ BIBLIOTECA NACIONAL. Jornal Libertador. 25 de março de 1884. Ano IV, n. 63. A primeira declaração é assinada por Dom Luiz Antonio dos Santos, Arcebispo da Bahia; a segunda foi enviada de Londres por Joaquim Nabuco.

Ano de 1886. Dia 19 de outubro do dito ano. O mesmo jornal publiciza requerimento do deputado provincial Pedro Alves de Oliveira e Castro em que solicitava as seguintes informações:

1ª) quantos escravos existem no município de Milagres; 2ª) Quantos possuidores de escravos foram multados de conformidade com a lei de 19 de Outubro de 1883; 3ª) quantos possuidores de escravos provarão perante a presidência haver libertado escravos para se utilizar das disposições do § 9 do art. 54 do orçamento vigente; 4ª) Se a informação pedida pelo presidente Barradas, em 6 de junho e 15 do mesmo mês, já se acha em palácio e na afirmativa cópia delas – S.R.²

Claro fica que existe uma realidade diversa entre a comemorada na festa da liberdade e a explicitada no requerimento da Assembléia. Após o dia 25 de março de 1884, consagrado como o da libertação de todos os escravos do Ceará, ainda existiam escravos na província. Não foi o Ceará a primeira província a libertar totalmente os seus escravos. A contradição ilustra a construção de uma memória em torno da abolição no Ceará. Construção, aliás, sólida haja vista a sua incorporação pelos contemporâneos, pela historiografia imediatamente posterior e também recente³. De fato, quando pensamos em História, no sentido do conhecimento produzido sobre o passado, também tratamos de Memória, de um complexo de discursos que cria, inventa o passado.⁴ A história da abolição da escravatura no Ceará é, como não poderia deixar de ser, a construção de uma memória sobre o fato. Memória essa sempre orientada pelo presente da escrita, da narração, da rememoração.⁵ Todavia essa contradição não era novidade para os afeitos ao passado do Ceará, pelo menos àqueles que estavam antenados nas publicações do Instituto Histórico Geográfico Antropológico do Ceará, o Instituto do Ceará.⁶ Em 1966 o historiador estadunidense

² Jornal Libertador. 19 de outubro de 1886. Ano VI, n. XX.

³ Durante todo o século XX é notória a influência dos estudiosos do Instituto do Ceará no que tange à produção de um discurso sobre a história local. É somente nos anos 1990, com o início dos trabalhos de pesquisa que iriam desembocar na criação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, que esse quadro vai passar por uma radical mudança.

⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

⁶ O Instituto do Ceará foi fundado em 1887 e congregou principalmente estudiosos da área de história, geografia, antropologia. Os intelectuais abolicionistas ali agremiados analisaram o declínio e extinção da escravidão como precondição para a efetivação de uma nova configuração social local, fundada nos valores burgueses de modernidade, civilização e progresso. Ver. OLIVEIRA, Almir Leal. **O Instituto Histórico, Geográfico e antropológico do Ceará: Memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 2001; AMARAL, Eduardo Lucio Guilherme.

Billy Chandler publicou breve artigo na Revista do Instituto em que conclui que “a data verdadeira da extinção do elemento servil, no Ceará, deveria ser alterada para 13 de maio de 1888 (...)”⁷. Sua argumentação baseia-se na existência de escravos no município de Milagres até 1886, que na melhor das hipóteses foram alforriados na condição de servir por três anos estendendo a escravidão até 1889. O assunto era melindroso e gerou acalorados debates. Os bastidores da própria publicação já prenunciavam a polêmica. O artigo veio a lume pelas páginas da Revista do Instituto do Ceará graças à intermediação do seu secretário perpétuo, General Dr. Carlos Studart Filho (sobrinho do Barão de Studart). Não foi outro senão ele quem solicitou que Billy Chandler escrevesse o artigo, redigindo sua introdução e propondo aos sócios do Instituto a abertura de espaço para divulgação dos resultados da pesquisa do historiador estadunidense.⁸ De acordo com matéria do jornalista Pantaleão Damasceno, publicada com suplemento da Revista do Instituto, Carlos Studart foi boicotado pelos consócios recebendo aprovação para publicação apenas dos, como ele, membros da diretoria.⁹ Na reunião dos sócios ocorrida em 20 de abril de 1966, Studart Filho anuncia que em cumprimento a sugestão dos colegas, já estava por ser publicada em jornal de Fortaleza o artigo de Chandler, negando na sessão de 05 de setembro do mesmo ano que tenha sido “boicotado” dentro do Instituto. O escriba da ata registrara que

Ao propor a divulgação daquelas pesquisas, o Dr. Carlos o fêz por amor à verdade histórica, que deve ser procurada pelos especialistas, a qual estaria com aquele pesquisador [Chandler] ou não. Em qualquer hipótese, não

Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2002.

⁷ CHANDLER, Billy. “Os escravistas renitentes de Milagres: um pós-escrito à história da escravidão no Ceará”. In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966, pág. 173. Billy Jaynes Chandler esteve no Ceará na década de 1960, enquanto doutorando bolsista da Universidade da Flórida desenvolvendo pesquisa sobre a família Feitosa no sertão dos Inhamuns. Publicou sua tese originalmente em inglês em 1967 sendo traduzido em português sob o título “Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil, 1700-1930” em 1980 pela editora Civilização Brasileira e EDUFC. No Brasil publicou ainda “Lampião, o rei dos cangaceiros” pela editora Paz e Terra em 1981.

⁸ STUDART FILHO, Carlos. “O revisionismo histórico e a História do Ceará” In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966, pág. 168.

⁹ DAMASCENO, Pantaleão. “Cartas sobre as pesquisas de Billy Chandler reclamação a passividade do I.C.” In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966, pág. 308. Eram os diretores, presidente perpétuo Tomaz Pompeu Sobrinho, vice-presidente Renato Braga e secretário-geral perpétuo Carlos Studart Filho. Na sessão de 04 de março de 1966 a diretoria foi reeleita para o biênio 1966-1968. Ver “Atas das Sessões”. In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966, pág. 318-319.

caberia ao Instituto deliberar oficialmente a respeito, mas apenas suscitar o interesse dos pesquisadores.¹⁰

Os sócios pareciam responder aos muitos telefonemas e cartas que chegaram ao jornalista Pantaleão que por sua vez informava que o Instituto negava-se a “dizer algo sobre o assunto de tão alta significação e abordado por um de seus mais respeitáveis integrantes [Studart Filho].”¹¹

No ano seguinte aparece o primeiro posicionamento público de um membro do Instituto através da Revista. Em “Debate sobre o abolicionismo cearense” Djacir Menezes apresenta argumentos para defender a pertinência da efeméride cearense não poupando esforços para provar que pelo fato da mão-de-obra escrava negra ter sido historicamente exígua em relação à densidade da zona canavieira, era natural que o pensamento escravocrata fosse minguado ao passo que também seria natural um “redentorismo” imanente na alma cearense.¹² O paradigma explicativo é bastante comum por essas bandas: a pequena quantidade de escravos não havia imprimido um caráter escravocrata à sociedade local. Todavia, partimos do princípio analítico de que não é meramente a quantidade de escravos que constitui as balizas de estratificação social. A simples existência da escravidão, personificada na figura do escravo, imprime limites comparativos de atuação social para todos os outros grupos daquela sociedade. Para a experiência da liberdade, em suas mais diversas possibilidades e limites historicamente construídos, a escravidão em outros sujeitos me parece ser tão importante quando a densidade demográfica dos escravizados face aos não escravizados.

Menezes ainda utiliza o argumento de que a Abolição no Ceará, sendo um movimento de elites ilustradas, não poderia ser deslegitimada por simples documentos vindos à tona inoportunamente. O 25 de março foi um “corolário inevitável” da atuação do que existia de melhor na sociedade cearense. O abolicionismo “não era um movimento das ruas, capitaneados por escravos alvoroçados. O escravo assistia quase

¹⁰ “Atas das Sessões”. In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966, respectivamente pág. 323 e 334.

¹¹ DAMASCENO, Pantaleão. “Cartas sobre as pesquisas de Billy Chandler reclamação a passividade do I.C.” In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966, pág. 309.

¹² MENEZES, Djacir. “Debate sobre o abolicionismo cearense”. In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXXI, 1967, pág. 132-139.

atônito às manifestações em torno. Mas era movimento das elites, ganhara os salões, a imprensa, a Academia, a Assembléia, o Governo.”¹³

Menezes, não se furtou a reconhecer o imperativo dos documentos que atestavam a continuidade da escravidão no município de Milagres. Para o autor, a existência de uma não memória desse “fator esporádico no abolicionismo cearense” — conferindo-lhe uma “invisibilidade histórica” — não dotaria o episódio do caráter de “fato sociológico”. Não seria então objeto de discussão. O autor dá ainda uma última cartada ao afirmar que a emancipação era uma realidade tácita naqueles meados da década de 1880.

De fato, o autor acima acaba por ratificar o significado da descoberta de Billy Chandler. Se o fato não era sabido, ele não existia. O que não fica dito é que essa memória de silenciamento é informada por anseios políticos que procuram laurear os abolicionistas cearenses com todas as pompas e insígnias de sucesso, negando-se assim a existência de interesses econômicos no quadro geral daqueles acontecimentos. Nesse sentido, é preciso integrar o Ceará no processo de desmoronamento da escravatura no Brasil, durante a segunda metade do século XIX.

2.1 O PROCESSO DE ABOLIÇÃO NO CEARÁ

Com o fim da importação de escravos da África, em 1850, o tráfico interprovincial já existente ganhou forte impulso. Se por um lado esse influxo de algum modo sustentou a reposição de escravos nas fazendas de café de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, por outro lado, e aliado a diversos motivos, esvaziou as províncias exportadoras de escravos no norte do Império criando um delicado desequilíbrio no contexto de deslegitimação do regime de trabalho escravo no Brasil. O Ceará foi a província que mais contribuiu com esse movimento. De acordo com Richard Graham “A província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca; ela enviou milhares de escravos para o sul, e durante a década de 1870,

¹³ Ibidem, p. 135.

enviou mais que qualquer outra província exceto o Rio Grande do Sul.”¹⁴ O fim da década de 1870 parece ter apontado um momento de inflexão no tráfico interprovincial de escravos oriundos do Ceará e não só pelos problemas climáticos. No ano de 1878 o deputado provincial por São Paulo, Moreira de Barros, lança proposta de lei que tributaria pesadamente a entrada de escravos vindos de outras províncias em São Paulo. Dois anos depois a proposta é novamente apresentada pelo mesmo deputado, desta feita na Câmara da Corte. Defendeu seu projeto argumentando que o seu intento era gerar

a vantagem política de sustar o antagonismo que eu vejo com pezar desenvolver-se entre as duas partes do Império, sobre este assumpto [da escravidão], e collocar todas as provincias no mesmo pé de interesses, para resolver, quando seja opportuno, a grande questão do elemento servil.¹⁵

Ambas as leis dialogavam com o perigo existente no esvaziamento de escravos nas províncias do norte. A idéia de manter os escravos que ainda restavam era assim a de propiciar uma sobrevivência ao sistema, já então bastante solapado. O tal projeto não foi aprovado. Em dezembro de 1880 o poder legislativo da província do Rio de Janeiro, percebendo o perigo para o próprio sistema na continuidade do comércio interno de escravos, decreta imposto de 1:500\$000 para cada escravo que entrasse na província sendo medida semelhante adotada por Minas Gerais ainda em fins de 1880 e por São Paulo em janeiro de 1881. No Ceará, onde o alto preço do escravo era mantido pelo mercado consumidor nas províncias cafeeiras, tais medidas provocaram o efeito contrário ao pretendido pelos legisladores sulistas. Ao invés de fortalecer o compromisso dos senhores de escravos com a instituição da escravidão a legislação afrouxou ainda mais o tal compromisso impulsionando o movimento abolicionista local. Foi essa a chave de leitura do jornal *The Rio News*, publicado em língua inglesa na Corte imperial: “o valor dos escravos nas provincias exportadoras depressa diminuirá e, então, essas provincias ficarão fortemente em favor da abolição, a fim de se libertarem de uma instituição não lucrativa e de abrirem caminho para a mão-de-obra livre.”¹⁶ A recepção e sucesso do movimento abolicionista no Ceará explica-se

¹⁴ GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. In. *Afro-Ásia*, n. 27, 2002, pág. 131-132.

¹⁵ *Annaes da Camara* (1880), IV, 194. *Província de São Paulo*, 15 de agosto de 1880. *Apud.* CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil – 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 209.

¹⁶ *The Rio News*, 24 de janeiro de 1881. *Apud.* CONRAD, Robert. *Op. Cit.* p. 211-212.

assim por motivos principalmente econômicos e não humanitários conforme os abolicionistas fizeram saber sobre si. Não seria mera coincidência o fato de que a maior sociedade abolicionista do Ceará, a Sociedade Cearense Libertadora, surgida justamente em 8 de dezembro de 1880, tenha nascido de uma associação comercial, a Perseverança e Porvir. A “coincidência” não passou em branco pelos contemporâneos. O *The Rio News*, não sem um tanto de sarcasmo, noticiou que “até São Paulo ter fechado suas portas à recepção de escravos das províncias do norte, os homens do norte realizavam um dinâmico tráfico em escravos com seus mais industriais e empreendedores irmãos do sul.”¹⁷; um outro estrangeiro apontou que “Deve (...) ser recordado [que enquanto] as províncias do norte se gabam de estar na frente das do sul quanto à abolição, que durante alguns anos centenas de milhares de escravos foram exportados do norte e vendidos no sul.”¹⁸

As mudanças provocadas pelas leis tributárias anti-tráfico interno ficam aparentes na queda da arrecadação de impostos sobre a comercialização de escravos. Sob o título de “causa extraordinária”, o Relatório do Presidente da Província do Ceará no ano de 1881 apontava os prejuízos causados pelo triênio de secas (1877-1879) que ainda reverberavam e a “depreciação da propriedade escrava” como os fatores explicativos para a situação dos cofres públicos provinciais:

O imposto sobre compra e venda de escravos que no anno de 1879 rendeu 7:250\$000, desceu no de 1880 a 1:170\$000. O de exportação de escravos, que em 1878 se elevou a uma somma importantíssima, ficou reduzido, em 1879, a 59:610\$000, e em 1880 à 26:050\$000. No corrente exercício pela

¹⁷ *Carta de Walter J. Hammond*, Jundiá, São Paulo, datada de 28 de fevereiro de 1883, publicado no *The Rio News* em 15 de março de 1883. *Apud.* CONRAD, Robert. *Op. Cit.* p. 212.

¹⁸ DENT, Charles Hastings. *A Year in Brazil*. Londres, 1886. p. 288. *Apud.* CONRAD, Robert. *Op. Cit.* p. 212. Não são poucos os arroubos ufanistas dos abolicionistas cearenses produzidos no calor da hora do movimento e mesmo posteriormente. Antonio Bezerra, em 1906 dizia orgulhoso que “Victor Hugo, o maior gênio do século das letras, saudou de modo esplêndido a terra da luz, e profetizou que o exemplo do Ceará havia de passar ao resto do Brasil. Foi o que se deu. (...) As duas grande terras [Amazonas e Ceará] apesar de seu imenso patriotismo, da sua grande abnegação, só tiveram imitadôres coagidos pela lei de 13 de maio de 1888.” BEZERRA, Antonio. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1906. p. 68 (fac. Símile). À título de curiosidade, o abnegado abolicionista Antonio Bezerra alforriou seus escravos João e Maria no dia 17 de abril de 1882. APEC - Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza. Livro de Notas 1880-1884. p. 95. *Apud.* CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. “Olhar que Enxerga Além das Efemérides: o Movimento Abolicionista na Província do Ceará (1871-1884).” In. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH-SP. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 07.

progressiva depreciação da propriedade escrava serão nullos ambos esses tributos.¹⁹

Todavia, não foi somente a legislação dos sulistas que deu motivos para os senhores de escravos do Ceará concederem liberdade a seus últimos cativos. Adicionar-se-á nessa conta a participação intensa dos trabalhadores do mar, notadamente os responsáveis pelo embarque de mercadorias no porto da capital. De acordo com os relatos disponíveis, eles fizeram greve no que toca ao embarque de escravos em 27 de janeiro de 1881, com a participação ativa dos jangadeiros liderados pelos libertos Francisco José do Nascimento²⁰ e José Luis Napoleão. Foram anuentes às decisões dos jangadeiros e ao movimento abolicionista nesses episódios da praia, o presidente da província, seu subordinado chefe de polícia e o 15º Batalhão de Infantaria, estacionado em Fortaleza. Ante os acontecimentos do Ceará, o governo central substituiu o presidente Padua Fleury, nomeando o senador pela Bahia Leão Veloso, tendo este como chefe de polícia o senhor Toquarto Mendes Vianna.²¹

Não pode ser pequena a contribuição dos jangadeiros para a definição dos rumos que tomou o movimento abolicionista no Ceará de 1881 em diante. Face à valorização do escravo cearense se sustentar pelas leis de oferta e procura do mercado consumidor na área cafeeira do sudeste, a decisão de não mais os embarcá-los, impedindo a concretização das negociações por mar, foi um duro golpe nos bolsos dos poderosos negociantes da capital e interior, para não dizer nos dos fazendeiros. Apesar do sucesso no fechamento do porto, nova tentativa de embarque aconteceu em 30 de agosto de 1881. O valor do escravo cearense, em baixa cotação quando o destino era São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ainda conservava-se rentável para transações

¹⁹ Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Andre Augusto de Paula Fleury passou a administração da província do Ceará ao Exm. Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza, Typ. do Cearense, 1881. Doravante denominada apenas como Relatório do Presidente da Província.

²⁰ Trata-se do conhecido “Dragão do Mar” alcunha que lhe foi dada por Aluísio de Azevedo quando de sua estada na Corte. A memória sobre o aspecto popular da abolição cearense está diretamente ligada à participação dos jangadeiros no movimento embora nem sempre o discurso sobre eles tenha sido o de protagonismo. Exemplos dessas mudanças são perceptíveis nas diferentes formas como o Museu do Ceará, por exemplo, “memorificou” o “Dragão do Mar” ao longo do século XX. Ver: GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. “A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico”. In. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, julho/dezembro de 2010, p. 42-55. Ver também XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na “Terra da Luz”**: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2010.

²¹ Tem-se uma pormenorizada narrativa dos acontecimentos do porto de Fortaleza entre os dias 27 e 30 de janeiro de 1881 em BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.* p. 57-63

em Belém. Com esse pensamento, houve a tentativa frustrada de reativação do tráfico pelos comerciantes, contando com a força armada sob o comando de Mendes Vianna. Desta vez, além de não permitirem o embarque, os líderes abolicionistas e demais simpatizantes da causa (consta que haviam em torno de seis mil pessoas na praia) roubaram uma escrava destinada à capital paraense.

[O chefe de polícia] empregou todos os meios ao seu alcance para se sair bem da comissão de que o encarregara o Presidente Dr. Leão Velloso, quando num segundo o *libertadeiro*, João Carlos da Silva Jatahi, conduzindo as pretas que passaram pela frente do Dr. chefe de Polícia, mete-as num carro trazido por Candido Maia, e vâo com ellas ao paiz da liberdade. (...) [quando a tropa de linha iniciou as buscas] as negras já andavam longe, sendo agasalhadas em casa de Francisco Januário, á rua de S. Sebastião, com fundos para a Igreja de São Benedito, de onde as tirou ainda Jatahi para a casa de João Cordeiro, receiando pesquisas da Polícia e não julgando-as bem seguras, dali as conduzio para a casa da preta velha, conhecida pelo nome de tia Esperança, no corredor da Jacarecanga, entre o sítio do Comendador Luis Ribeiro e o de D. Virgínia Salgado.²²

Atravessaram então os abolicionistas um momento de repressão sendo demitidos dos cargos públicos vários partícipes do movimento, como o prático-mor do porto Francisco José do Nascimento; o comandante do 15º Batalhão de Infantaria, Coronel Francisco de Lima e Silva que fora removido para Salvador e os próprios homens do 15º, transferidos para Belém alguns meses depois. Todos estavam ligados ao fechamento do porto, quer pela ação direta quer pela inação.

O simbolismo do fechamento do porto não foi pequeno e até o abolicionista José do Patrocínio veio ao Ceará em outubro de 1882 sob a força desses acontecimentos.

Depois de triunfante recepção no porto, que inclui uma frota de jangadas como escolta, Patrocínio foi recebido na praia por Francisco José do Nascimento. “Então, companheiro”, foi a primeira pergunta que dizem que ele fez ao jangadeiro, “o porto está mesmo bloqueado?” ao que Nascimento respondeu que não havia força no mundo que pudesse reabrir o porto do Ceará ao tráfico dos negociantes de escravos.²³

Porém, voltando um pouco mais de um ano antes da triunfal recepção de Patrocínio, o próprio presidente Leão Veloso, que tão fervorosamente tentara furar a greve dos jangadeiros, ordena em julho de 1881 a diminuição dos preços dos escravos

²² BEZERRA, Antonio. *Op. Cit.* p. 57-58; 61.

²³ CONRAD, Robert. *Op. Cit.* p. 226.

a serem libertados pelo fundo de emancipação²⁴ e em agosto de 1881 decreta um imposto pela entrada de escravos na província e taxa em 50\$000 os escravos que forem transportados de um município para outro.²⁵

A essa postura mais incisiva do governo, acrescenta-se a própria agência dos escravos, libertos e abolicionistas do Ceará na década de 1880. Em verdade, as próprias iniciativas governamentais devem ser entendidas como diálogos com as práticas dos sujeitos. Diálogos em que forças estão em confronto disputando espaços de poder. Um documento interessante nesse sentido é o relatório do chefe de polícia do Ceará, Benjamim Franklin Oliveira e Melo, no ano de 1883. Segundo o chefe de polícia, com a declaração da inexistência de escravos em Fortaleza ocorrida a 24 de maio de 1883, o encaminhamento da emancipação rumava para o descontrole tornando a capital e arrabaldes um “valhacoito de escravos fugidos”. O funcionário da ordem pública provincial reclamava que os abolicionistas estavam já empregando expedientes extra-legais, portanto, contrários aos planos de emancipação controlada e segura para os negócios dos senhores.

Muitos escravos foram libertados por intimidação a seus senhores, que preferiram alforriar-os gratuitamente a receberem a indenização de cinco, dez ou vinte mil reis em julgamentos tumultuarios, e muitos proprietários não receberam ainda qualquer indenização promettida pelos promotores da libertação.²⁶

Um dos casos citados é o de D. Maria Emilia de Carvalho, residente em Caxias na província do Maranhão, que enviou uma petição a Chefia de Polícia do Ceará requerendo a captura de Raymunda, escrava de sua filha menor D. Jozepha da Conceição Carvalho Lima, em virtude da mesma ter fugido para Fortaleza sem estar alforriada, nem a sua senhora ter recebido indenização que lhe fora oferecida para conceder a carta de liberdade. O caso dá margem para pensarmos que Jozepha e/ou a mãe foi(ram) procurada(s) por abolicionistas que tentaram convencê-la(s) a libertar sua

²⁴ O presidente recomendava em circular aos membros das juntas de classificação de escravos de todos os municípios do Ceará, que fosse observada “a modicidade razoavel do valor dos escravos na proporção da depreciação a que pelas evoluções da questão do elemento servil ao paiz tem ultimamente chegado essa especie de propriedade. Do escrupuloso aproveitamento d’esta circunstancia resultará a bem atendida economia dos dinheiros públicos e ampliação do beneficio da liberdade a um maior número de escravos. Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1882, p. 23.

²⁵ *Ibidem*, p. 220

²⁶ Relatório da Secretaria de Polícia do Ceará. Fortaleza, 10 de setembro de 1883, p. 9. Anexo ao Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1883.

escrava — o processo em que o poder moral do senhor de certa forma é mantido. Não havendo êxito na negociação, Raymunda foge para a capital cearense, motivada por leitura de contexto própria, ou por influência dos abolicionistas, ou ainda pela convergência dos fatores. O fato é que a fuga foi o procedimento extra-legal da conquista da liberdade, instrumento que tanto incomodou à ex-senhora como ao chefe de polícia. Tais procedimentos para ele estavam incorrendo em “continuação de escravos em municípios ‘declarados livres’, e reclamações contra o livre gozo da propriedade escrava.”²⁷ O “boato” de que o solo do Ceará conferia liberdade aos escravos que nele pisassem estava dando muita dor de cabeça ao agente policial.

Escravos fugidos teem vindo assentar praça, como o de nome Maximo, pertencente a Jozé Beserra de Medeiros, rezidente em Páo dos Ferros, provincia do Rio Grande do Norte (...). Foram ainda presos, a 15 do mez passado o escravo Miguel, e a 17 do mesmo mez o escravo Agostinho; este pertence ao Dr. Manoel de Souza Lima, juiz de direito na cidade de Therezina, capital da Provincia do Piauhy, e aquelle a Manuel Rodrigues de Albuquerque residente na cidade de Sobral, desta provincia. Persuadidos de que chegando a esta capital seriam logo declarados livres, os referidos escravos figuram em procura da liberdade a todos promettida, e importantes foram os esclarecimentos feitos por Agostinho na subdelegacia do 2º distrito desta cidade.²⁸

Chegavam das chefias de polícia de Pernambuco, Paraíba e Bahia, requisições de captura de escravos fugidos para Fortaleza. Florencio e Fulgencio, escravos de D. Maria Pastora Alves da Silveira, “ganharam o mundo” quando retornavam do Pará para a Bahia, na escala feita em Fortaleza pelo vapor “Bahia”. Os dois e Felizardo, este último fugido de Pernambuco, de acordo com as investigações da polícia estavam acoitados nas serras de Baturité, “onde tambem existem, como em outros pontos proximos á esta capital, centenas de escravos fugidos, scientemente acoitados por pessoas que vão auferindo seus menores serviços a troco de uma fallada liberdade, que não lhes concedem, nem podem conceder.”²⁹ Mesmo na urbe-mor da província havia escravos fugidos e trabalhando em serviços domésticos, conforme denúncia do chefe de polícia. Ao que parece, a situação beirava o caos. No dia 20 de agosto de 1883, um escravo de nome Manoel, que seguia para Recife em companhia de Antonio

²⁷ Relatório da Secretaria de Polícia do Ceará. Fortaleza, 10 de setembro de 1883, p. 9. Anexo ao Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1883.

²⁸ Relatório da Secretaria de Polícia do Ceará. Fortaleza, 10 de setembro de 1883, p. 10. Anexo ao Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1883.

²⁹ Relatório da Secretaria de Polícia do Ceará. Fortaleza, 10 de setembro de 1883, p. 10. Anexo ao Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1883. Desde 1870 havia um clube emancipacionista em Baturité e outro em Sobral.

Jozé Correa Filho, fora furtado de bordo do vapor “Pernambuco” e a 9 de setembro mesma sorte tiveram três escravos dos filhos de um Dr. Belford que rumavam à capital pernambucana vindos do Maranhão.

Eduardo Silva tem lido esse quadro de massificação das fugas enquanto movimento subterrâneo, o “underground abolicionista”, em que escravos de toda parte do Império, seguindo o lastro da liberdade do chão cearense, rumavam a essa província buscando a sua também. Se é verdade que para os fugitivos o Ceará de fato era livre, assim também o considerou Silva ao não problematizar a memória que foi construída sobre essa história.³⁰

2.2 O PÓS-ABOLIÇÃO NO CEARÁ: MEMÓRIA E SILÊNCIO

O laureado dia 25 de março de 1884, tido como o da libertação total dos escravos do Ceará por decreto provincial — uma inverdade — não foi uma data desprovida de intencionalidade. Semanas antes, os jornais de Fortaleza publicavam reclames e reclames das casas comerciais da cidade, anunciando a chegada de mercadorias especialmente para o 25 de março. Em meados de fevereiro de 1884, cerca de 45% dos municípios cearenses não tinham mais escravos e a data da emancipação completa fora prevista para 1º de junho. Depois, a previsão é recuada para 25 de março, aniversário de 60 anos da Constituição Imperial.³¹ Emblemática nesse sentido é a saudação ao fato escrita pelo padre abolicionista de Fortaleza João Augusto da Frota, publicada no dia 25 de março de 1884:

Deixaram hoje de ser para o Ceará fôfa simulação essas pompas com que, cada anno recordava-se n’esta data uma Constituição jurada, procurando-se d’est’art cobrir a vergonha de um vicio torpe no organismo das instituições nacionaes. Hoje o Ceará jura deveras, que “*são cidadãos brasileiros os que em seu solo tiverem nascido*” e que “*a lei será igual para todos, quer proteja*

³⁰ Ver SILVA, Eduardo. “Domingo, dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade.” In. ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. (Orgs.) **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011. p. 29-37; e do mesmo autor “O Quilombo do Leblon e o Underground Abolicionista, 1883-1888. In. **Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira da Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: SBPH, 2005, p. 207-210.

³¹ CONRAD, Robert. *Op. Cit.* p. 229.

quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.” Const. Política do Imp. Arts. 6 e 179.³²

Nessa edição do *Libertador* é publicada uma carta de Joaquim Nabuco produzida em Londres a 20 de fevereiro de 1884. Diz ele que é informado “de diversas partes a notícia de que no dia 25 de Março a província do Ceará ficará *para sempre* livre da deshonra e do opprobrio da escravidão.”³³ Como se vê, a declaração de província livre cantada nessa data, baseava-se em cálculos sobre a progressão das manumissões, mas não tinha força legal. A aprovação de leis provinciais no Ceará taxando pesadamente o comércio de escravos, são sintomas de que no âmbito político institucional o abolicionismo já se fazia forte também, embora a ninguém que pagasse os tributos sobre a “posse” de escravos, e cumprindo com toda a legislação sobre a escravidão, pudesse ser impedido de tê-los. É bem verdade, como sagazmente apontou Sidney Chalhoub, que na virada da década de 1860 para 1870 quando o parlamento discutia tenazmente a questão do elemento servil e várias vozes bradavam contra o que se chamava de ataque aos “direitos de propriedade”, a maioria dos escravos existentes no Brasil “provinham basicamente do contrabando e da escravização ilegal de pessoas livres; bastava aplicar o código penal vigente para acabar com aquela hipocrisia toda sobre direitos de propriedade”.³⁴ Referência ao escandaloso descumprimento da lei de proibição do comércio atlântico de escravos de 1831.

Voltemos. No relatório em que passou a administração da província, o então presidente dela Satyro de Oliveira Dias descrevia os últimos procedimentos que levaram ao final da escravidão no Ceará:

Por um lado a Assembléa [sic] Provincial promulgava a lei — que sob nº 2034 sancionei a 19 de Outubro elevando a cem mil réis o imposto que já existia sobre escravos residentes nos municípios da Província, para cuja arrecadação estabeleceu um matricula especial nas collectorias provinciaes, e localisando na Província os escravos sob a cominação do imposto de 1: 500\$000 reis, qualquer que fosse o motivo da sahida para outra Província, alterando assim a lei nº 2027 de 15 de Setembro de 1882³⁵

³² BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal Libertador*. 25 de março de 1884. Ano IV, n. 63. p. 3. Grifos no original.

³³ BIBLIOTECA NACIONAL. *Jornal Libertador*. 25 de março de 1884. Ano IV, n. 63. p. 2. Grifos no original.

³⁴ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 206

³⁵ Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1884. p. 28.

E por outro lado apontava as manumissões realizadas pela aplicação da 4ª cota do fundo de emancipação da lei do ventre-livre.³⁶ Desconsiderava assim, toda a movimentação e agência dos próprios cativos e libertos, privilegiando o caráter legalista do processo. No entanto, nem todos estavam dispostos a libertarem seus escravos. Passado o entusiasmo comemorativo o jornal abolicionista *Libertador* trazia à lume em 19 de outubro de 1886 o requerimento reproduzido no início desse capítulo. Antes mesmo dessa data já se sabia da continuidade da existência de escravos na Província. Dizia o *Libertador* em seu editorial de 17 de abril que o presidente da Província determinava aos agentes do Tesouro que procedessem

(...) a cobrança judicial do imposto e multa a que estão obrigados os indivíduos residentes no município de Milagres, que à falsa fé, e criminosamente, conservaram escravizados sob seu domínio, depois do dia 25 de março de 1884, com ostentoso menoscabo da Lei de 19 de outubro e grande escândalo para a Província e para o País.³⁷

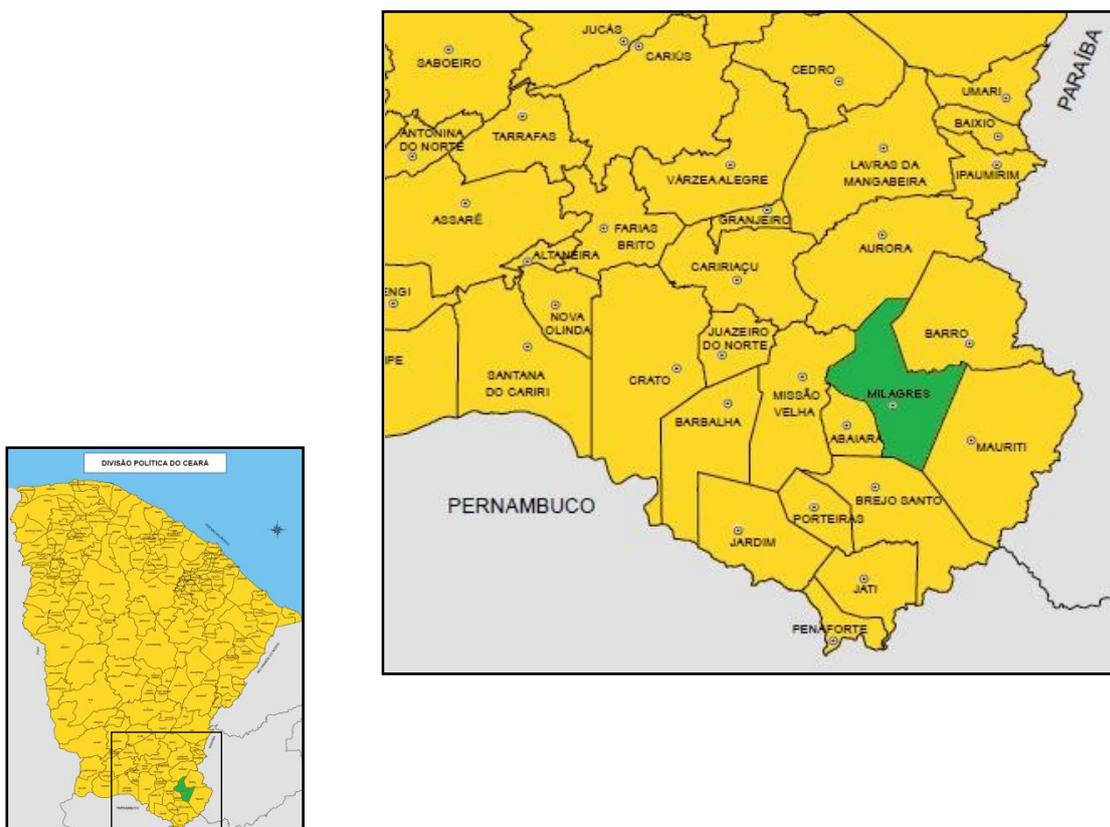
Havia senhores de escravos “possuindo” escravos no município de Milagres sem que lhes atingissem o peso do fisco provincial. O problema detectado foi o de que os senhores ou libertavam seus escravos ou pagariam os impostos pela propriedade deles, que dada a desvalorização naquele contexto seria um convite a alforriá-los. Já se passava mais de três anos da promulgação da lei 2034 e nem alforria nem execução dos tributos. Dez dias depois de divulgar o pedido de informações saído da Assembléia o jornal *Libertador* desferia protestos contra o juiz municipal de Milagres Antonio Joaquim Couto Cartaxo qualificando-o como “um juiz da roça, perverso e boçal”.³⁸

³⁶ Sidney Chalhoub analisa as discussões em torno da votação da lei 2040 em “Escravidão e Cidadania: a experiência histórica de 1871”, capítulo 4º de “Machado de Assis, historiador”, *Op. Cit.*

³⁷ *Libertador*, 17 de abril de 1886. Apud. CAMPOS, Eduardo. **Imprensa abolicionista, igreja, escravos e senhores**: estudos. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto / Banco do Nordeste, 1984. p. 27.

³⁸ *Libertador*, 29 de outubro de 1886. Apud. CHANDLER, Billy. *Op. Cit.* p. 171.

MAPA 3 – DIVISÃO POLÍTICA DO CEARÁ (DETALHE NO MUNICÍPIO DE MILAGRES, REGIÃO DO CARIRI)



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. (Adaptado)

Sem dúvida, três anos é lapso temporal por demais dilatado para não haver convivência de funcionários públicos, embora seja possível assinalar que o assunto não passava despercebido pela presidência da província. Reconhecendo a existência de 298 escravos em Milagres, após a festa de 25 de março de 1884, o presidente da província Miguel Calmon du Pin e Almeida informava que os senhores “estão sendo executados pelo impôsto e multa em que ocorreram em virtude da Lei Provincial nº 2034, de 19 de outubro de 1883.”³⁹ Do que se infere pela nova ocorrência no relatório posteriore, o gerúndio “sendo” era mais uma expectativa e desejo do que realidade. Em 22 de novembro de 1886 o presidente da província Enéas de Araujo Torreão, enviava ofício ao Juiz Couto Cartaxo, de Milagres, em que relembra o isolamento daquele município no quesito escravidão e a responsabilidade do juiz “no regimen da extinção do elemento servil”.

³⁹ Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1886, p. 66.

Foi-lhe remetido um livro destinado á inscripção dos actos de declaração de liberdade de taes escravos [maiores de 60 anos]. (...) foi-lhe comunicado (...) que o Thesouro Provincial acabava de remetter à collectoria d'esse município os mandados executivos dos impostos e multas sobre escravos, afim de que Vmc. procedesse com toda actividade na orbita de suas attribuições, dando prompta execução aos referidos mandados. Entretanto, não remetteu Vmc. até agora a cópia das relações dos libertos pela idade com ou sem clausula de prestação de serviço, nem tão pouco deu solução alguma ás recommendações referentes a execução dos mandados da fazenda [sic] provincial.⁴⁰

Diante do posicionamento um tanto enérgico do superior, não tardou o juiz de Milagres a explicar-se. Tinha motivos para tanto. O ofício de Enéias Torreão findava alertando ser de imprescindível necessidade para a Presidência da Província inteirar-se da

exacta apreciação do procedimento de Vmc. a respeito desse assumpto afim de verificar se tem havido omissões culposas ou causas estranhas á sua responsabilidade e que devam ser promptamente reprimidas, tenho por muito recomendado a Vmc. que, com maxima urgência, exponha circunstanciadamente o que houver occorrido sobre o mesmo assumpto.⁴¹

Rezava o artigo 6º da lei 2034 que “Aos funcionários públicos e autoridades a quem competir a execução da presente lei, será imposta pelo Presidente da Província a multa de 200\$000 réis, pela falta de observância de suas disposições”.⁴² Com tantos motivos para assim proceder, o Juiz Cartaxo apressou-se e informou por ofício que desde o dia 29 de novembro os senhores de escravos de Milagres “estão libertando-os sem clausula alguma, ou com a de serviços por espaço de tres annos”⁴³. Servindo por mais três anos, a liberdade era mais projeto futuro que garantia presente e a lei 2034 permitia isso. O artigo 5º da referida lei assegurava ao senhor o direito de exigir *até três anos* de serviços após a concessão da alforria, configurando-a como “condicional”, sem que lhe recaísse qualquer imposto ou punição.⁴⁴ *Acima de três anos*, as cartas de liberdade condicionais deveriam ser registradas nas coletorias provinciais ficando sujeitas à cobrança de 50\$000 réis de emolumentos, o que não ocorrendo, habilitava o agente fiscal local aplicação de multa no mesmo valor.⁴⁵ Com base nesse dispositivo e noutro que na prática perdoava os recalcitrantes atingidos pela 2034, o Juiz Cartaxo

⁴⁰ Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1887, p. 90-91.

⁴¹ Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1887, p. 91.

⁴² Lei N. 2034 de 19 de Outubro de 1883. In. Leis e Resoluções da Província do Ceará. Fortaleza, 1883.

⁴³ Ofício do Juiz Municipal de Milagres, Antonio Joaquim do Couto Cartaxo ao Presidente da Província do Ceará, Enéias de Araújo Torreão. 18 de dezembro de 1886. In. Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1887. p. 91.

⁴⁴ CHANDLER, Billy. *Op. Cit.* p. 169.

⁴⁵ Lei N. 2034 de 19 de Outubro de 1883. In. Leis e Resoluções da Província do Ceará. Fortaleza, 1883.

punha panos quentes na responsabilidade do coletor de rendas do município informando que este “deixara de prosseguir em a execução para a cobrança do imposto de 100\$000 e de multa de 50\$000 por cada escravo em vista do art. 54 § 9 da Lei n. 2111 de 12 de Dezembro do anno passado.”⁴⁶ Ou seja, pizza.

Todavia não nos convençamos que o caso de Milagres tinha sido resolvido de forma pacífica. As informações, digamos, “de campo” do coletor de impostos de Milagres permite vislumbrar a insistência com que os senhores se agarraram às suas propriedades humanas, propondo até que uma auto-penhora para quitação dos tributos naquele momento pendentes.

Em observancia ás ordens contidas em officio de V.S.^a sob o numero trinta e tres de vinte e nove de Setembro do corrente anno [1886] e de accôrdo com as instrucções dadas, prosegui nas execuções dos mandados executivos, mandando proceder á penhora em bens moveis e semoventes, e recusando aceitar escravizados com que pretendiam os escravagistas desviar o effeito humanitario da sabia lei que me coube á gloria de executar. Apesar de sua exacerbação e furioso despeito, renderam-se os escravagistas á evidencia de ser impossivel possuir escravos na Provincia do Ceará, e diante da attitude séria desta collectoria, e da opinião da maioria dos habitantes deste município, resolveram-se conferir liberdade a seus escravos sob condicção de tres annos de serviço, condicção que nenhum effeito terá a não ser o triste consolo de pensar que amanhã não serão desertas as suas senzalas.⁴⁷

Diante o exposto, penso ser seguro afirmar que apesar das circunstâncias excepcionais historicamente construídas na segunda metade do oitocentos, principalmente depois da seca de 1877-1879, o processo de abolição no Ceará comportou muitos conflitos de certo modo semelhantes aos de outras províncias do Império. Não teria sido uma humanidade inata do cearense a força motriz que impulsionou a extinção da escravatura. Todavia, o sucesso do empreendimento foi tão vigoroso que a exceção de Milagres — talvez nem tão exceção assim — ficou relegada

⁴⁶ Offício do Juiz Municipal de Milagres, Antonio Joaquim do Couto Cartaxo ao Presidente da Província do Ceará, Enéas de Araújo Torreão. 18 de dezembro de 1886. In. Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1887. p. 91. O artigo 54 parágrafo 9º da lei n. 2111 dizia que “Ficam dispensados de quaisquer impostos, ou multas, em que tenham incorrido, ou possam incorrer, em virtude da Lei nº 2034, de 19 de outubro de 1883, aquêles que provarem, perante o Presidente da Província, haver alforriado os escravos que possuíam.” *Apud*. CHANDLER, Billy. *Op. Cit.* p. 172.

⁴⁷ Offício da Coletoria Provincial de Milagres, 30 de novembro de 1886, para a Procuradoria Fiscal do Tesouro Provincial. In. Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1887. p. 92.

ao esquecimento ante a construção de uma memória laudatória da “terra livre”. O pós-abolição⁴⁸ no Ceará é marca disso.

2.3 PRODUÇÃO DO INSTITUTO DO CEARÁ EM FINS DO IMPÉRIO E NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Pode-se dizer que a idéia consagrada da abolição no Ceará foi uma construção dos abolicionistas partícipes diretamente na província e dos seus colegas do Rio de Janeiro, onde o impacto dos acontecimentos tiveram sensível repercussão. Chego a acreditar mesmo que as notícias da imprensa do Rio, mais que mera divulgação dos acontecimentos do Ceará, alimentaram a construção de uma memória da abolição que se tornou hegemônica República afora. Foram muitas as festas levadas à efeito na Corte em comemoração ao “Ceará livre” incluindo a participação *in loco* do já celebrado jangadeiro “Dragão do Mar”. A recepção do fato na imprensa da cidade do Rio de Janeiro teve papel importante no movimento abolicionista da Corte, sendo potencializado em função das disputas ali existentes.

Com efeito, as festas comemorativas da abolição no Ceará foram eventos que conseguiram reunir vários grupos sociais em torno de uma mesma causa, e as notícias que vinham do Norte ganhavam contornos inesperados e, cada vez mais, envolviam a população da Corte na luta pelo fim da escravidão no Império do Brasil.⁴⁹

Afora as memórias em que é erigido o edifício da façanha abolicionista, o pós-abolição na terra da luz é formatado pelo silêncio sobre o liberto e o negro no Ceará, ou a depreciação de sua atuação de forma mais ampla.

De fato, a abolição no Ceará tornou-se o último dos grandes fatos de nossa história e um dos temas favoritos da historiografia do Instituto do Ceará, mantendo-se constantemente revisitada ao longo do século XX, computando

⁴⁸ Tomando o processo de abolição no Ceará na sua inserção no plano político nacional, tomaremos o ano de 1884 como marco inaugural do pós-abolição no Ceará.

⁴⁹ FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Nas asas da imprensa**: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João del Rei – UFSJR: São João del Rei, 2010. p. 77.

cerca de 70 artigos que se referem ao trinômio Negro – Escravidão – abolição no Ceará.⁵⁰

Na mesma produção do Instituto do Ceará se coadunam os dois movimentos: o enaltecimento dos abolicionistas e o de silêncio sobre o negro no Ceará. No ano de 1897, o Instituto do Ceará transcreve em sua revista a *Synopse Historica da inauguração da sociedade “Cearense Libertadora” por Antonio Martins, secretario da sociedade “Perseverança e Porvir”*, já publicada no jornal *Libertador* em seus dois primeiros números de circulação, ano de 1881. Num único momento o pós-liberdade é tratado. Nele, descreve-se a audiência dos abolicionistas com o presidente da província Padua Fleury em que este acautela-os sobre a necessidade de proteger e educar os libertos, mormente os infantes e mulheres, expondo o método adotado na Inglaterra.⁵¹

Em 1906, o senhor Barão de Vasconcelos publica na Revista do Instituto um memorial da atuação parlamentar de Pedro Pereira da Silva Guimarães reivindicando o pioneirismo do projeto de lei para libertação do ventre escravo, em 1850, para o “benemérito cearense”⁵²; em 1907 Vieira Fazenda realiza empreendimento semelhante publicando sobre a lei do ventre livre e lamentando o desconhecimento sobre Silva Guimarães na cidade do Rio de Janeiro⁵³; defesa aguerrida da precoce abolição cearense é feita em 1923 por Euzébio de Souza, face à publicação de “Alagoas em 1922” por Moreno Brandrão em que este afirma terem sido alforriados os últimos escravos de Alagoas dez anos antes da lei áurea⁵⁴; “*Em torno da abolição*” artigo de

⁵⁰ SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Da “Negrada Negada” a Negritude Fragmentada: O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza: UFC, 2006. p 64.

⁵¹ MARTINS, Antonio. “Para a historia da libertação dos escravos no Ceará: relatório ou Synopse Historica da inauguração da sociedade ‘Cearense Libertadora’ por Antonio Martins, secretario da sociedade ‘Perseverança e Porvir’” In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XI, ano 1897, p. 106.

⁵² VASCONCELOS, Barão de. “Pedro Pereira da Silva Guimarães (documentos históricos)” In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XX, ano 1906, p. 187-189. Rodolpho Smith de Vasconcellos, o 2º Barão de Vasconcelos, fez carreira comercial em Fortaleza e diplomática no Rio de Janeiro, de onde se tornou sócio correspondente do Instituto do Ceará. Destacou-se pelos estudos genealógicos. Ver: STUDART, Guilherme (Barão de). **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**. 3 v. Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

⁵³ FAZENDA, Vieira. “Ventre Livre”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXI, ano 1907, p. 33-38. Nascido no Rio de Janeiro, José Vieira Fazenda era médico e pertencente aos quadros do IHGB desde 1898. Ver: STUDART, Guilherme (Barão de). “Os mortos do Instituto”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXXIV, ano 1920, p. 365-368.

⁵⁴ SOUZA, Euzébio de. “O Ceará e a abolição”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXXVII, ano 1923, p. 385-390. Eusébio de Sousa ingressou no Instituto em 27 de setembro de 1928. Foi autor de pelo menos 70 títulos entre livros, artigos e peças de teatro, em que discorreu principalmente sobre Direito, Poder Judiciário, folclore, instituições, política e história. Ver: MARTINS FILHO, Antônio. *A operosidade*

Julio Cesar da Fonseca Filho, mexe com a memória da abolição cearense, apontando a atuação “límpida, (...) tranqüilla e mansa” do esquecido “Centro Abolicionista”⁵⁵ de Fortaleza, em contraposição à “Sociedade Libertadora Cearense” “torva, precipitando-se caudalosamente, em fervidos borbotões”. De um modo ou de outro, continuam tão somente os abolicionistas figurando na história da extinção da escravidão no Ceará⁵⁶.

Em 1930 é novamente Euzébio de Souza quem publica sobre o tema, relatando aos leitores da Revista do Instituto seu conhecimento acerca dos acontecimentos que levaram a cidade de Icó ser “a primeira do Império” a livrar-se da escravidão. Não menos importante foi o seu contato de primeiro grau — minutos antes da escrita do artigo — com a bandeira da “Libertadora Icóense”;⁵⁷ em 1933, sob o título de “Reminiscências de um simples”, Raul Buejo analisa os acontecimentos e os políticos envolvidos na abolição do Ceará. Já em 1934, sob o título de “A epopéia do Ceará”⁵⁸, Júlio Abreu, tece uma série de reflexões e memórias sobre o abolicionismo cearense, enaltecendo a atuação dos “intrépidos pioneiros” do movimento e estendendo o sentimento “sacrossanto” às camadas populares da população. No seu entender, havia entre os cearenses um “peculiar sentimento de liberdade” que quase naturalmente imprimia uma postura obrigatoriamente engajada naquele momento da história. É negado qualquer relação com o contexto político e econômico então experimentado, em que o valor do escravo no Ceará passava por uma notável baixa. Por esses idos, só havia vivo um dos líderes abolicionistas e o artigo, em tom de nostalgia, conclama as gerações a imitar seus feitos heróicos.

excepcional de Eusébio de Sousa. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LXI, ano 1947, p. 197-209; HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História: Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC, 2004.

⁵⁵ Trata-se do “Centro Abolicionista 25 de Dezembro”, que diferentemente da “rival” Sociedade Libertadora Cearense, pautava sua atuação nos moldes do que Pedro Alberto de Oliveira Silva chamou de *Emancipacionistas*, isto é, com base nos preceitos legalistas. Os mais radicalizados eram tidos como *Abolicionistas*. Ver. SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará: das origens a extinção**. 2ª Ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011. p. 216.

⁵⁶ FONSECA FILHO, Júlio Cesar da. “Em torno da abolição”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXXVIII, ano 1924, p. 355-356. Sócio fundador do Instituto, o jornalista Júlio César da Fonseca Filho militou no abolicionismo e no republicanismo.

⁵⁷ SOUZA, Euzébio de. “Pela História do Ceará”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLIII, ano 1930, p. 265-268.

⁵⁸ ABREU, Júlio. “A epopéia cearense”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLVIII, ano 1934. p. 35-48. Júlio Abreu escreveu de “Fragmentos da História Política do Ceará” (1956, Gráfica Cruzeiro do Sul, Bahia), sendo sócio correspondente do Instituto do Ceará.

Chegado o meio século da festa do 25 de março de 1884, aparece na Revista do Instituto o artigo de Guilherme Sousa Pinto. Mostrando através de censos e “cálculos meticolosos”, como progressivamente a população negra e escrava foi diminuindo ao longo do século XIX, o autor ressaltava o postulado do “embranquecimento”. Para Sousa Pinto o processo de progressiva eliminação do negro no Brasil e, por conseguinte no Ceará, se devia ao “(...) crescimento natural da família aryana (...); e, relativamente ao elemento negro, é, apesar da fecundidade do preto, a sua alta mortalidade, para o qual concorre em elevado grau o nosso clima e o vício da embriaguês”; ainda, depois de analisar alguns percentuais populacionais conclui que “a purificação da raça nacional se acentua, como se acentua também o desaparecimento do elemento negro.” 59

Cinquenta anos se passaram e a memória da abolição no Ceará é construída pelos detentores do saber científico da história, não existindo vazão alguma ao estudo do pós-abolição. Com raras exceções de alguns trabalhos folcloristas, o negro do Ceará é o negro perdido no passado ou conduzido à civilização pelos abolicionistas do fim do séc. XIX. Seria então no estudo das memórias dos descendentes dos últimos escravos da província que poderíamos ter um contraponto a esse silêncio.

Os articulistas do Instituto do Ceará — via de regra políticos, profissionais liberais e “homens de letras” — insistentemente apontaram em suas produções, desde o final do século XIX durante quase todo o XX, que a pequena quantidade de escravos existentes na capitania e província foi um fator que “predispôs” o cearense ao sentimento do emancipacionismo. Na maior parte das vezes, esses autores tecem rasgados elogios à atuação do movimento abolicionista, sendo que muitas vezes, quem escreve foi partícipe dos acontecimentos. Acabaram criando uma memória da abolição em que figuram quase solitários como agentes do fato...

Como já foi considerado, a proposta que aqui defendo parte da idéia de que não seria exatamente a quantidade de escravos existentes numa sociedade, o

⁵⁹ PINTO, Guilherme de Sousa. “A libertação no Ceará da População Escrava”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLVIII, ano 1934. p. 186-187. No discurso de recepção aos novos sócios ingressos em 1932, Guilherme Pinto é tido por “especialista nas investigações das cifras estatísticas”. In. JUSTA, José Lino da. “Novos sócios do Instituto” In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLVI, ano 1932. p. 217-218. Entre 1917-1933 foi Secretário Geral da Junta Comercial do Estado do Ceará.

elemento explicativo para o surgimento ou não de sentimentos tendentes à quebra da diferenciação jurídica entre as pessoas. O simples fato de viver numa sociedade em que há escravidão, seja ela a mão de obra principal ou não, já constitui as balizas que estabelecem as fronteiras e possibilidades de relacionamento entre os sujeitos dessa sociedade como um todo. A questão é se a diferença entre uma sociedade com escravos e uma sociedade escravista, é tão importante assim quando se estuda a constituição de elementos que levaram à sua derrocada. Se o Ceará teve poucos escravos, ainda menos quando o tráfico interprovincial se intensificou, é lícito dizer que a sua inserção dentro de um contexto mais amplo — como foi o da falência da instituição, o do movimento parlamentar na segunda metade do oitocentos, da própria agência escrava —, esse sim, seria um fator deveras preponderante para se explicar a história de sua Abolição. É certo que a diminuída dependência da economia regional com relação à força de trabalho dos escravos pode ter afrouxado as resistências internas no momento derradeiro da escravidão moderna, todavia a crise da instituição era mais ampla e tinha suas origens certamente fora do Ceará.

De fato, para além das questões altruísticas, os abolicionistas do Ceará também tinham outros interesses em jogo pois que pretendiam também fundar uma sociedade “civilizada” em que eles próprios tivessem entrada mais franca no jogo político e econômico local, arena dominada pelos senhores de terras e de gentes. Tanto é que depois de tornados livres, os abolicionistas não publicam uma vírgula sequer (não que eu conheça) sobre as possibilidades de inserção do liberto no mundo capitalista concorrencial que pretendiam fomentar no Ceará. Pelo contrário, o que fizeram foi construir um atormentante silêncio sobre o negro no Ceará, invisibilidade essa que reverbera até hoje no senso comum da população.

2.4 OUTRAS MEMÓRIAS PARA O PÓS-ABOLIÇÃO NO CEARÁ

Ao trabalhar com a História Oral enquanto metodologia para produção de conhecimento histórico, desde já aceita-se a incumbência de dialogar com várias temporalidades. A memória das pessoas sobre o passado de seus antepassados e dos

membros que compartilham sua visão de mundo, nunca está somente ancorada nessa dimensão, mas orientada também pelas questões que são postas na sua experiência de vida atual e pretérita.

Assim, os campos de história e memória, podem ser trabalhados enquanto caminhos intercambiáveis e profícuos, levando em consideração que a memória da escravidão e do pós-abolição, sendo fonte para a escrita histórica, o é a partir da formatação que a ela se dá no próprio momento da entrevista. Deste modo, trabalhar com essas memórias pressupõe compreender a articulação que há entre o que essa memória diz e as questões que se encontram por traz dessa construção. A narração da experiência, ainda mais aquela sobre a qual não se vivenciou diretamente, mas somente se sabe através de uma outra narração, de uma outra pessoa, coloca, a rigor, muitas questões para o investigador. Como saber se aquilo que é dito pertence ao passado, à experiência passada, ou se é constituinte de uma construção do presente? Talvez a resposta não esteja nem num extremo nem noutra. Michel Pollack, em estudo clássico para a historiografia que trata da memória, sugere que existam “acontecimentos vividos por tabela”, ou seja, narrativas e memórias que ao serem repassadas de geração a geração, são reapropriados, resignificados pelos sujeitos num processo de identificação com os elementos contidos na narrativa, o que condiciona ou não a permanência deles na memória do indivíduo, Segundo Pollak:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participa mas que, no imaginário tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com o passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada.⁶⁰

E, em se tratando de uma memória de transmissão familiar, como as que trabalho neste estudo, é bastante plausível que de fato haja uma “herança de memória”. Aqui chega-se novamente a um ponto que quase retoma a questão anterior. Se a memória pode ser “herdada”, quanto dela pode ser considerada “herança” e quanto pode ser considerada como “herança transformada” pelo herdeiro, aquele que

⁶⁰ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 201.

narra? É difícil mensurar, mas reflexões que cercam esse problema nos possibilitam oferecer algumas proposições.

Uma dessas reflexões trabalha com o conceito de “sentido narrativo”. O sentido narrativo é o resultado de uma série de operações analíticas sobre uma narração, em que é possível identificar aspectos tão fortemente ligados à experiência passada, transformada em narrativa no presente, que nesse “sentido narrativo” pode se condensar em elementos que vão além de mera construção do presente, de simples “versão do passado”.⁶¹ É um instrumental teórico de análise do passado através das narrativas orais. Outra reflexão opera com a problematização das temporalidades contidas na fonte oral. Conforme ficará bastante visível nas citações de entrevistas, estamos diante de histórias familiares em maioria, diante de “memória da memória”, ou de uma memória da experiência tornada linguagem no ato de contar uma história. Dialogo aqui com Beatriz Sarlo que discute essas reconstituições da memória de experiências não vivenciadas pelos próprios narradores a partir do conceito de pós-memória. Para Sarlo, a pós-memória seria:

Um discurso produzido em segundo grau, com fontes secundárias que não vem da experiência de quem exerce essa memória, mas da escuta da voz (ou da visão das imagens) dos que nela estão implicados. (...) O prefixo pós indicaria o habitual: é o que vem depois da memória daqueles que viveram os fatos e que, ao estabelecer com ela essa relação de posteridade, também tem conflitos e contradições característicos do exame intelectual de um discurso sobre o passado e de seus efeitos sobre a sensibilidade.⁶²

Portanto, ao trabalhar com lembranças tributárias dessa forma específica de constituição histórica, estamos lidando com uma memória que já nasce como um diálogo dos tempos: pedaços dos tempos vividos na escravidão, na liberdade, na família, restos de conflitos de lutas, conquistas e derrotas, e talvez uma infinidade de outras coisas diluídas no cotidiano pretérito de no mínimo duas vidas, a de quem conta, a de quem ouve.

De fato, concordo com Beatriz Sarlo quando indica que a operação da linguagem torna impossível separar a narrativa da experiência da existência da experiência:

⁶¹ ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁶² SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 92

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tão pouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum.⁶³

Partindo dessas reflexões, no sentido de problematizar as memórias orais como fonte para escrita da história, torna-se essencial considerar nossos entrevistados numa perspectiva mais dinâmica do que aquela que quer enxergar ali um portal para o passado. Daí porque seja interessante tomar conhecimento sobre as experiências no mundo do trabalho, da família, da comunidade, da vivência em suma das pessoas que elegemos para ouvir sobre o passado. Essas vivências devem explicar também, o porquê dessa memória e não de outra, o sentido da recorrência de um acontecimento e o esquecimento de outros. Trata-se de historicizar a memória, trazer-lhe problemas, situá-la no tempo e no espaço observando as condições sociais de sua produção.

Diferentemente do conhecimento histórico sobre a escravidão e no Ceará notadamente sobre a abolição, o momento subsequente permanece envolto em interrogações. No pós-abolição o ex-escravo negro “some” da história do Ceará. Para onde foram? O que fizeram da liberdade? Como atuaram politicamente no novo regime político? Poucas são as respostas. Uma delas aponta a constituição de comunidades rurais negras no interior do estado como “Conceição dos Caetanos” e “Água Preta”, município de Tururu; “Goiabeiras” e “Lagoa do Ramo”, município de Aquiraz; “Bastiões”, município de Iracema; “Comunidade dos Souza, Porteiras; “Timbaúba”, município de Coreaú; “Torrões”, município de Tamboril, etc.⁶⁴; outra resposta, que explica em parte a dificuldade de pensar a questão, está na legitimação da exclusão do negro do Ceará, no período republicano. De acordo com Eurípedes Funes, “a abolição, nos moldes em que foi realizada, permitiu a passagem de uma ‘coerção predominantemente física do trabalhador para uma coerção predominantemente ideológica’”.⁶⁵ No espaço rural ele cambia de escravo do coronel para “homem do coronel”, vai ser “agregado, morador, criado”; na cidade, mormente na capital, deixa de ser escravo de casa para ser referenciado como “agregado” e

⁶³ SARLO, Beatriz. *Op. Cit.* p. 24.

⁶⁴ RATTIS, Alex. **Traços étnicos**: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará – Secult, 2009. (Coleção Outras Histórias).

⁶⁵ FUNES, Eurípedes. “Negros no Ceará” In. **Uma nova História do Ceará**. SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide; [et. al.] 4^o Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 132.

“empregado doméstico”; é também na cidade que o negro vai se “aquilombando nas periferias, nas favelas, nas frentes de expansão.”⁶⁶

Perante o quadro de exclusão, não seria de se estranhar a existência de um silenciamento do passado escravista na atualidade. A memória da escravidão, ou uma “não memória” poderia ser explicada assim. No entanto, surpreendentemente existe sim uma memória da escravidão negra no Ceará. Isso decorre, é verdade, do recente interesse de pesquisadores de conhecer essa memória (talvez ela até já existisse, nós é que não sabíamos). Decorre também da suspeita de que — semelhantemente aos escravos que foram “descobertos” pela pesquisa histórica dos anos 1980 tendo família, vida cultural e comunitária, atuação no mercado e relativa autonomia — os libertos e seus descendentes, acionavam toda uma gramática de experiências do passado escravista para se inserirem nas novas circunstâncias abertas pela liberdade e pelo regime de cidadania instaurado pela República. Finalmente, é consequência do próprio passado escravista que tendo sido uma realidade deixa marcas que atravessam os tempos. A afirmação pode soar ingênua, mas é necessária para se contrapor à idéia difundida no senso-comum de que o Ceará não teve escravidão, e, por conseguinte não tem negros, raciocínio que aciona uma lógica bastante rasteira de associar a cor de pele com a escravidão.⁶⁷

Em pesquisa iniciada durante curso de graduação tive a oportunidade de entrevistar idosos que conheciam histórias do tempo do cativo, todos moradores do município de Santa Quitéria, no norte do Ceará.⁶⁸ Nas datas das entrevistas, todos tinham mais de 70 anos e a convivência com os pais e avós era a principal fonte das histórias do cativo. A experiência do cativo era assim vivida como memória do passado, mas o pós-abolição era algo a que os entrevistados estavam mais próximos,

⁶⁶ *Idem*, p. 131-132.

⁶⁷ O pós-abolição pensado enquanto problema histórico ainda é seara pouco explorada na historiografia cearense. Na região do Vale do Paraíba Fluminense no entanto, pesquisas tem evidenciado modos de vida, conflitos, estratégias e atitudes ativas por parte de famílias da última geração de cativos e libertos. Ver RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁶⁸ MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **“Você quer saber história velha eu vou contar”**: lembranças e vestígios do tempo do cativo. Monografia de Graduação. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA: Sobral, 2009.

seja pela curta distância temporal, seja pelos traços de continuidade entre a sua geração e a dos seus pais.⁶⁹

Maria Gustavo de Mesquita, 83 anos em 2009, é neta de Rosária que foi escrava de Domingos José Braga, proprietário da antiga fazenda Malhada Grande, município de Santa Quitéria - CE. Em sua entrevista fica evidente a importância da família para sobrevivência dos egressos do cativeiro. Seu pai chamava-se Gustavo Tibúrcio de Mesquita sendo seu avô conhecido apenas por Tibúrcio. Ou seja, o nome do pai é reproduzido no descendente e isso não é por acaso. De fato atesta para a importância e poder do pai sobre os filhos, principalmente no controle da mão de obra agrária, eminentemente familiar.

Outro elemento que parece ter sido importante enquanto projeto no pós-abolição foi o acesso à terra como espaço de autonomia. O exemplo da família de Maria Gustavo é interessante nesse sentido: “Nós aqui morava na nossa terra, morava não, nós mora na nossa terra. O papai já comprou duma moça véia (...) a Maria Braga, era proprietária aqui, ela era dona daqui. (...) Essa Maria Braga, era irmã da mãe da mamãe, da minha vó.” A aquisição por compra da terra das Extremas parece ter sido crucial no pós-abolição haja vista “aqui se apossou quanto nego tinha da Malhada Grande”.⁷⁰ Outro entrevistado, Simplício Braga, bisneto de Domingos José Braga, também credits a Maria Braga a posse da fazenda Extremas, vizinha das terras de sua família: “Todos os outros nego são herdeiro. Hoje as Extrema é situada de nego, tudo são herdeiro dessa Maria, chamavam ela Maria Negra. Era uma das irmãs, mas ela não produziu, não teve família.”⁷¹ Realmente, segundo o censo agrícola de 1920, a fazenda Extremas no então município de Entre-Rios era propriedade de uma “Maria Florisbela”.⁷²

⁶⁹ Para uma discussão sobre a transmissão e apropriação da memória, ver POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, p. 200-212, 1992.

⁷⁰ Maria Gustavo de Mesquita. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME/UVA. Entrevista realizada em 09/01/2009, na fazenda Extremas, zona rural do distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria – CE.

⁷¹ Simplício Braga Farias. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME/UVA. Entrevista realizada em 19/12/2008, em Sobral – CE.

⁷² IBGE. Recenseamento do Brasil, 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Estado do Ceará. Ministério da Agricultura, indústria e commercio. Directoria Geral de Estatística. p. 78.

A autonomia da terra era o que potencializava o projeto de um campesinato familiar de subsistência. A história da família de Dona Maria Gustavo é exemplo disso. Antes de se assentar na fazenda Extremas, morou em outras na condição de “moradores”, produzindo lavouras que seriam divididas com o dono da fazenda.⁷³ De acordo com Ana Lugão Rios, em pesquisa sobre o pós-abolição no Brasil especialmente no Rio de Janeiro, “houve um forte desejo de autonomia e posse de uma ‘roça’, um espaço doméstico de produção, maior controle de ritmo e tempo de trabalho (...)”⁷⁴ entre outros fatores que balizariam a diferença entre o tempo do cativo e os novos tempos de liberdade.

Outros fatores importantes na organização social dos libertos, apontados nas pesquisas orais com descendentes dos últimos cativos encontram incríveis semelhanças com alguns aspectos da trajetória familiar de dona Maria Gustavo. É o caso, por exemplo, do contato com os avós em especial a avó materna, Rosário⁷⁵; de casos de mobilidade geográfica e migração em casos de maior necessidade (um irmão de Maria Gustavo migrou para Fortaleza na década de 1940, nunca mais retornando)⁷⁶; da organização de festas no universo rural local.⁷⁷ Sobre esse aspecto existem indícios de que a família de dona Maria Gustavo eram os promotores de “forrós” na região, contratando um sanfoneiro e sua orquestra e cobrando pelo ingresso na residência onde acontecia a diversão. As famílias Braga e Maciel, segundo a entrevistada eram as únicas que poderiam se dizer “brancas”, embora aos Bragas

⁷³ Maria Gustavo de Mesquita. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME/UVA. Entrevista realizada em 17/01/2009, na fazenda Extremas, zona rural do distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria – CE. Para Francisco José Pinheiro, as relações de trabalho no campo, fundadas na subordinação do sem terra aos possuidores dela, como o arranjo de “moradores meeiros e rendeiros” tem suas primeiras experiências no final do século XVIII, quando de certa forma se esgotam as terras devolutas no Ceará, submetendo o trabalhador livre-pobre às circunstâncias desfavoráveis nas relações de poder com os latifundiários locais. Ver. PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 69.

⁷⁴ RIOS, Ana Maria Lugão. “Campesinato negro no período pós-abolição: repensando *Coronelismo, enxada e voto*”. In. **Cadernos IHU Idéias**. n.76 UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

⁷⁵ Idem. Ver item “família”.

⁷⁶ Idem. Ver item “migração”.

⁷⁷ Idem. Ver item “vontades políticas”. Maria Gustavo de Mesquita. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME/UVA. Entrevista realizada em 17/01/2009, na fazenda Extremas, zona rural do distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria – CE.

coubesse ainda um ramo negro dado à violência sexual com as escravas que possuíam.⁷⁸

São problemas latentes que as memórias da escravidão colocam, apontado para a necessidade de se revisitar os postulados que sedimentaram dada estrutura discursiva sobre a escravidão no Ceará. Refazer essa história é o passo seguinte da pesquisa.

⁷⁸ Esse aspecto será melhor discutido no próximo capítulo. Ver também MARTINS, Paulo Henrique de Souza. "Histórias e memórias da escravidão na Fazenda Malhada Grande, Santa Quitéria – Ce: Os Bragas em preto e branco". In. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

MEMÓRIAS DO CATIVEIRO E EXPERIÊNCIAS DA ESCRAVIDÃO NO SERTÃO DO CEARÁ: O QUE A MEMÓRIA PODE FALAR DE HISTÓRIA?

Era um quadro desolador o embarque desses desgraçados. Todos uniformizados de fazenda azul de algodão, acompanhados pelo corretor, espécie de hiena domesticada, seguiam para o ponto de embarque. Não havia nenhuma dessas vítimas da barbaridade humana que, ao por o pé na jangada, não olhasse com os olhos úmidos de pranto para o azul do céu de sua terra. Todos choravam, mas suas lágrimas corriam despercebidas: eram lágrimas de escravos. Ninguém tinha dó deles! Quem podia ouvir eram os desgraçados também agriolhados nas senzalas dos grandes da terra.

Rodolfo Teófilo em *História da Secca no Ceará (1877-1880)*, em 1922¹

3.1 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DO CEARÁ NA SEGUNDA METADE DO XIX

Quando o galo cantava, as fainas já há muito haviam começado. O curral ao lado da velha casa de fazenda, como era chamada a habitação do senhor daquelas terras sertanejas, estava habitado por gados e gentes que deles tratavam. Não muito distante, outro grupo de bovinos já sem leite era tangido para os campos à beira rio. Os caprinos davam o que fazer pra uns, e o feito do queijo e da manteiga pra outros. A

¹ TEÓFILO, Rodolfo. *História da Secca no Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. *Apud* GIRÃO, Raimundo. **Abolição no Ceará**. Fortaleza, Secretaria da Cultura e do Desporto: 1988. p. 73.

fumaça esparsa ao longe, indicava que a queima do terreno para o roçado de milho, feijão e mandioca, iniciada dias atrás, estava quase finda. Homens para lá seguiam a fim de dar cabo à combustão fertilizante. Mulheres ocupavam-se de fazer café, preparar quebra-jejuns, fiar algodões, produzir instrumentos no entrançar da palha de carnaúba, fazer almoço, alimentar galinhas e porcos de engorda em chiqueiro, no que se seguia um sem número de atividades dia afora. Agora o sol já estava alto.

A casa apresentava tudo o que era necessário para fazer o cotidiano naquelas paragens. Num torno de madeira, próprio da estrutura das paredes internas, via-se uma cangalha de cavalo dependurada. Alguns tamboretas com assento de couro compunham todo o mobiliário da sala. Nos lados de um estreito corredor que ligava a sala às dependências da cozinha, encontrar-se-iam as alcovas, também com seus tornos de onde se esticavam as redes de dormir. As “meias-paredes”, isto é, que não sobem do chão ao teto — engenharia para propiciar a melhor circulação de ar no interior da casa — também facilitavam as reclusas moças na observação de quem se achegava no alpendre ou na sala. Num canto da camarinha repousava um pesado baú de madeira e couro; noutra jazia um ornamentado oratório para onde se dirigia as preces do cotidiano. Potes d’água, uma mesa, alguns tamboretas, utensílios indispensáveis ao preparo de alimentos, lenhas e um fogo incansavelmente acesso completam a rápida descrição do interior de uma típica casa fazendeira do sertão cearense. Outras casas haviam na fazenda e estavam geralmente à distância de um grito.

O panorama laboral e arquitetônico narrado acima bem que poderia ser atribuído a alguma fazenda de gado do sertão cearense de hoje, mas essa pujança de animais e trabalhadores melhor se encaixaria na descrição de uma fazenda perdida no passado das lembranças nostálgicas de quem viveu e/ou ouviu falar desses tempos. Elas ainda são presenças constantes nas histórias dos velhos moradores do sertão do Ceará, de quem nos aproximamos em busca de conhecer memórias do cativo negro. De fato, estudos históricos têm mostrado que os negros e mestiços compuseram parte considerável da população do Ceará no período de sua colonização e consolidação econômica, já no avançado do século XVIII e durante o XIX. A presença de trabalhadores negros, escravos ou não, acompanha o processo de formação das

fazendas de criar no Ceará. É o que se pode depreender da reflexão de Eurípedes Funes:

Na medida em que as fazendas de criar vão sendo estabelecidas ao longo dos rios, que se configuram como caminhos naturais para a ocupação do sertão, os negros também foram ocupando estes espaços, não só como cativos mas como trabalhadores livres, como proprietários.²

De modo geral, pode-se afirmar que a produção econômica das terras cearenses no século XIX — nosso lapso temporal privilegiado — era constituída pela pecuária bovina e a cultura algodoeira³, ambas destinadas principalmente para o abastecimento de mercados externos; e, a agropecuária de subsistência, constituída basicamente pela cultura do feijão, milho e mandioca, além do criatório de pequeno porte, como forma de construir uma frágil segurança alimentar. Ao que parece, em todas as atividades cotidianas havia a presença do trabalhador escravo. Analisando os dados referentes a ocupação dos escravos para a paróquia de Santa Quitéria em 1872, vê-se que praticamente 17% (157) eram lavradores, 25% (239) eram do serviço doméstico e 55% (511), portanto o maior grupo, foram recenseados como “sem profissão”⁴. Para os dados de Sobral, também fortemente marcada pelas atividades agropastoris, o quadro é bastante semelhante: 33% (690) atuavam nos serviços domésticos e 66% (1.379) foram computados na categoria “sem profissão”⁵. Esse é o grupo daqueles que longe de não ter uma ocupação, na verdade exerciam várias atividades diferentes. De quando em quando aparecem costureiras, sapateiros, carpinas, pedreiros, que embora em números pequenos, acompanhavam em proporção aproximada a quantidade desses mesmos profissionais na condição de livres.

A pequena produção de gêneros era basicamente dependente da intensidade e regularidade da quadra chuvosa, que acabava por demarcar os ciclos das atividades

² FUNES, Eurípedes. “Negros no Ceará”. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 104.

³ O binômio gado e algodão compuseram a principal atividade econômica do Ceará desde sua colonização. O ápice da cultura do algodão no Ceará no século XIX, deveu-se principalmente à valorização do produto no mercado internacional no período da Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865). Ver SILVA, José Borzacchiello da. “O algodão na organização do espaço”. In: SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

⁴ Recenseamento do Brasil em 1872, Província do Ceará, p. 90. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

⁵ Ibidem, p. 162.

sertanejas. A broca, isto é, derrubada de árvores para alojar a futura roça, a queima da terra, o destocamento, o plantio, a limpeza das plantas daninhas, a colheita, etc, são todas atividades que se seguiam ao longo do ano, e ao longo dos anos. Já para as lides com o gado, a descrição de Capistrano de Abreu sobre a formação das fazendas de gados no processo de reordenamento econômico e demográfico dos sertões no século XVIII, bem dá conta do *modus operandi* dessa empresa.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros.⁶

Daí seguia-se geralmente ao regime de trabalho em que o vaqueiro, morador da fazenda, tornava-se proprietário de uma rês de cada quatro que nasciam — o sistema de “quarta”.

Os Relatórios dos Presidentes da Província, apresentam elementos que atentam para importância da pecuária e agricultura para economia cearense no oitocentos. Em 1840, o presidente Francisco de Sousa Martins lembrava aos deputados provinciais que

He pois a criação dos gados grossos e miúdos a riqueza principal dos habitantes desta Província, e parece-me que este producto tem augmentado muito nos ultimos annos, pela maior regularidade, que tem havido nos invernos.⁷

Apontava todavia que a economia não podia ficar à mercê exclusiva da abundância de chuvas e que as fazendas estavam já abarrotadas de gados. Justificava assim a necessidade de “animar a nascente indústria” de beneficiamento de couros.⁸

Não obstante, outro importante produto da agricultura cearense, o algodão, oferecia bastantes perspectivas para o lavrador, pois além do capucho a ser exportado, o caroço servia de suplemento alimentar do gado e a plantação de pequeno porte e

⁶ ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: (1500-1800)**. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 135.

⁷ Relatório que apresentou o Exm. Senhor Doutor Francisco de Sousa Martins, Presidente dessa Província, na ocasião da abertura d’Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1840. Ceará, Typ. Constitucional, 1840. p. 11. Doravante Relatório do Presidente da Província do Ceará.

⁸ *Ibidem*, p. 12.

pouco exigente em relação à água e ao solo, não impedia que na mesma área fossem plantadas as roças tradicionais de subsistência. Apesar de todas as vantagens, a flutuação de preços no mercado internacional e as pragas ocasionavam muitas oscilações no lucro. De acordo com o relatório de 1841

Depois dos dizimos dos gados grossos o imposto mais rendoso é certamente o de 5 por cento da exportação, o qual em sua quase totalidade, sendo produzido pelo Algodão, tem igualmente experimentado, como se colhe da comparação dos Balanços dos diversos anno, grande diminuição causada pela doença dos algodoeiros denominada ferrugem, que bastante restringido tem as colheitas.⁹

Todavia, a principal queixa dos presidentes não era meramente a produção, mas o modo pelo qual acontecia a apropriação da riqueza produzida. Nesse sentido em 1844 o presidente relatava que

Antigamente se salgavão e exportavão as carnes, que ainda hoje se conhecem com o título de carne do Ceará, o que foi abandonado pela facilidade de levar o gado em pé às Feiras de Pernambuco, e a outras. Este uso, tornado hoje em necessidade, faz essa Provincia inteiramente dependente d'aquella, que, contando que esse gênero de primeira necessidade lhe seja levado a casa, trata de empregar-se em objetos de mais seguro interesse, contando além disso, que o producto desse mesmo genero, e que faz ainda a parte mais considerável da producção do Ceará, será ali mesmo empregado. (...) Bem poucos navios commerciao directamente com esta Praça abastecida quase exclusivamente pela de Pernambuco, que em consequência utiliza o fructo das fadigas dos Cearenses.¹⁰

Numa leitura à contra pêlo sobre esse momento político da economia cearense, os presidentes acabavam mostrando que a produção do Ceará, essencialmente agrícola, para além da idéia de que funcionava sob o signo das instabilidades climáticas — o que me parece ser uma questão menor — era parcialmente regida diretamente pelos fazendeiros e o mercado consumidor. O que não fica dito com todas as letras é a disputa de poder entre os proprietários de terras do interior e o Estado que se quer centralizado e controlador da economia. Nesse sentido se percebe que durante o Segundo Reinado existiu uma continuidade da proposta centralizadora do Primeiro. Assim é que Fortaleza vai se consolidando no cenário econômico haja vista o aumento do comercio internacional e seguindo o

⁹ Relatório do Presidente da Província, 1842. p. 32.

¹⁰ Relatório do Presidente da Província, 1844. p. 15

aspecto geral de desenvolvimento econômico brasileiro.¹¹ Cabe pontuar sobre a presença do trabalhador negro em todas essas atividades. De acordo com Eurípedes Funes

A mão de obra escrava no Ceará se faz presente em todo o campo de trabalho, seja no espaço rural ou no urbano. Se num primeiro momento, ainda no século XVIII, as primeiras peças estavam sendo adquiridas para trabalhar num projeto que frustou, “as Minas de São José do Cariri”, posteriormente o cativo foi incorporado ao setor produtivo estando presente na pecuária, na agricultura, em serviços especializados, nos serviços domésticos, ou ainda como escravo de aluguel e de ganho.¹²

A segunda metade do oitocentos vai comportar uma série de transformações na economia e sociedade cearense. Com as constantes secas as lavouras e gados se perdem, as fazendas se esvaem de gentes e capitais, para novamente serem reocupadas quando as chuvas voltarem a cair. Nesse processo, os escravos que muitas vezes eram as únicas riquezas dos fazendeiros, eram vendidos para o sul do Império onde a economia mais dinâmica reclamava por braços ao trabalho. Nesse contexto, a balança do poder tendia a pender cada vez mais para os comerciantes e exportadores da capital e menos para os endividados fazendeiros. Dois acontecimentos contribuíram para constituir um quadro de tensão nesse momento histórico. O primeiro é a própria Lei de Terras (1850) que propiciou a valorização delas de um modo geral. Assim, em períodos de estiagem, a estratégia da “retirada” de gados e moradores para lugares menos atingidos tornou-se mais problemática. O outro fator foi a expansão da cultura algodoeira que passou a ocupar vastos territórios da Província, aumentando mais ainda o esgotamento de alternativas de migração controlada em períodos de seca. Ainda um último fator deve ser considerado. O fim do tráfico atlântico de escravos redimensiona o tráfico interno e o Ceará vai se inserir fortemente nesse contexto. O mercado comprador valorizou e muito os escravos no Ceará que afluíam feito água para os portos do sul, Rio de Janeiro principalmente.¹³

Numa situação de calamidade como em estiagens prolongadas o poder do proprietário de terras sobre “seus” moradores passava por um teste de fogo, por assim

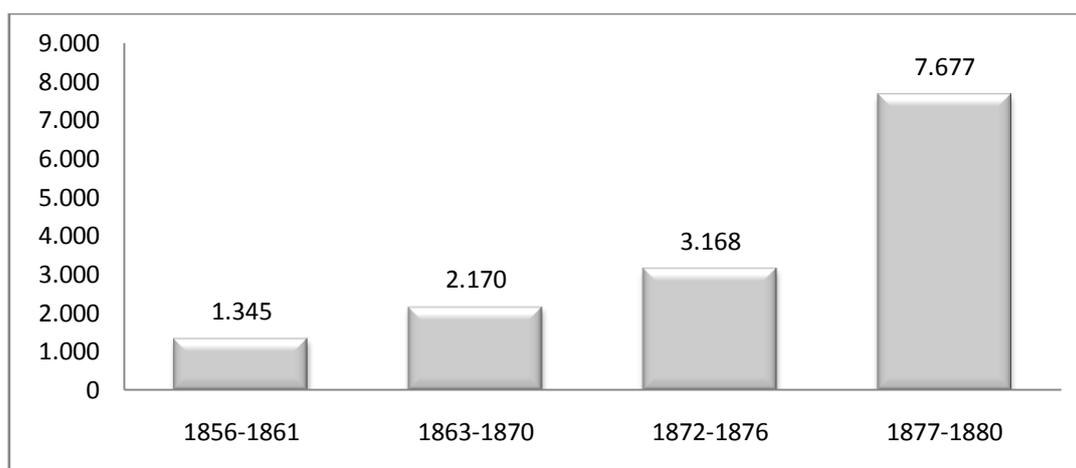
¹¹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991. p. 96-100.

¹² FUNES, Eurípedes. *Op. Cit.* p. 110.

¹³ Para estudo sobre o tráfico interprovincial de escravos no Ceará ver FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...”**: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

dizer. Os laços paternalistas tão bem traçados nos compromissos de trabalho não poderiam ser desfeitos no momento em que o morador, elo mais fraco da relação, passava por apuros. Era dever moral do fazendeiro, em alusão à fidelidade lhe prestada pelo morador, oferecer-lhe socorro alimentar e social.¹⁴ Desse modo, não é a simples posse da terra que configura o poder nas distâncias do latifúndio sertanejo. O poder deve-se a associação de um quadro de dependências recíprocas forjadas nos costumes e tradições exteriores aos próprios sujeitos que as praticam. Quando estes laços estão quebrados, a possibilidade de revolta armada no campo se faz perigosamente presente. Se por um lado, a seca enquanto efeito climático afeta a todos, deve ser considerado que as diferenças jurídicas havidas entre os habitantes da fazenda condicionavam as possibilidades de atuação. Ao que parece, no contexto das fazendas sertanejas, moradores e escravos realizavam as mesmas atividades no setor agropastoril e doméstico. Todavia, “morador” é livre e escravo é escravo. Em momentos emergenciais, a condição de coisa pareceu cair feito chumbo sobre o escravo. A sua situação de mercadoria comercializável constituía-se como uma alternativa para os senhores que os possuíam. Na segunda metade do séc. XIX as cifras do tráfico interprovincial vão ganhar proporções nunca vistas.

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO ESCRAVA EXPORTADA NO PORTO DE FORTALEZA, CEARÁ



Fonte: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p. 115.

¹⁴ NEVES, Frederico de Castro. “A seca na história do Ceará”. In. SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 77-79.

Os dados acima apenas se referem aos exportados de acordo com lei, portanto, excluindo aqueles que foram vendidos clandestinamente. O processo de venda fazia atar dois agentes em situações bastante diversas. De um lado o vendedor inicial, o fazendeiro em difícil situação financeira e o vendedor final (pelo menos ainda no Ceará), o comerciante atuante no porto que tinha condições de arcar com os custos alfandegários para exportação. Entre 1877 e 1879, intervalo da grande seca do século, a comercialização vai atingir grande volume ainda que os impostos de importação tenham voltado a subir (foram reduzidos à 30 mil réis entre 1868 e 1871). Segundo Mariana Almeida

O deslocamento de escravos entre províncias quase sempre obedecia à lógica e dinâmica interna. Quando o Ceará enfrentava dificuldades econômicas geradas por crises mais agudas que se refletiam na vida dos empobrecidos produtores rurais, os índices de escravos deslocados aumentavam, porque eles eram vendidos para fora da província com mais frequência.¹⁵

Sem dúvida, a experiência das secas, da fome e morte, da comercialização forçada, da perda do contato com os parentes e amigos, vai ficar na história e na memória dos que partiram e dos que ficaram. São essas experiências que estão por trás das histórias e memórias que seguem nesse capítulo.

3.2 MEMÓRIAS DO CATIVEIRO

Estando em Sobral, cidade pólo do norte do Ceará, e acessando a rodovia estadual número 186 rumo sul, facilmente o viajante chegará ao entroncamento rodoviário que dá acesso ao distrito de Macaraú¹⁶, no município de Santa Quitéria, não sem antes passar para a margem direita do Rio Acaraú, o mais importante do norte do estado. Seguindo pela estrada carroçável que liga o distrito de Macaraú ao de Malhada Grande num trajeto de 18 Km, ter-se-á a oportunidade de cruzar por várias antigas fazendas de pecuária da região, surgidas ao longo dos séculos XVIII e XIX,

¹⁵ ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (Século XIX)**. Tese de doutorado em História. Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2009. p. 82.

¹⁶ Antiga Povoação “Barra do Macaco”, topônimo alusivo à região da foz do Rio dos Macacos no Rio Acaraú.

ordinariamente às margens dos rios e riachos tributários do Acaraú, evidenciando o aspecto potâmico da colonização nessas paragens. Tanto Malhada Grande quanto Macaraú bem como as fazendas existentes na zona rural desses distritos pertencem ao município de Santa Quitéria, no sertão central do Ceará, ela própria sendo uma cidade crescida no espaço onde outrora foi a fazenda do mesmo nome. Se tomarmos os rios como balisa, será na parte final do Groaíras, Jacurutu e Riacho dos Pires a localização das fazendas analisadas: Extremas, Malhada Grande e Serrote.

Todavia, nossa primeira parada havia ficado alguns quilômetros antes. Era na fazenda Serrote, que de acordo com a tradição oral foi propriedade de Lourenço Pinto em algum momento do século XIX. A dita fazenda é tida pelas pessoas que entrevistamos como um lugar onde viviam negros. “Tinha nego no Serrote que fazia até medo”, exclama um velho da região¹⁷; “No Serrote é ‘chei’ de nego, nego meus parente lá, tudo é lá, quando chegar lá e você vê um alvo [no sentido contrário] já sabe: é meu parente (risos)” adiciona uma idosa residente na fazenda Extremas¹⁸; já um antigo morador do Serrote considera que ela “foi uma fazenda respeitada, eram homens ricos. Era adonde eles criavam, como é que se chama esses que ficam sujeito ao patrão? Eles criavam escravo aqui no Serrote”¹⁹. Indo mais adiante, encontramos mais impressões sobre os negros da região, tanto do passado quanto do presente. Outro ancião entrevistado, residente na fazenda Caiçarina, localizada próxima ao Serrote e à Malhada Grande, tem sua concepção sobre os negros da Malhada Grande na atualidade: “Os nego da Malhada Grande só morre de câncer, diz que é dos Braga, porque os Braga são cheios de câncer (...) os nego da Malhada Grande diz que a herança que pegaram dos Braga [brancos] foi o câncer.”²⁰ Os negros da Malhada Grande são os descendentes dos escravos da antiga fazenda de mesmo nome

¹⁷ Estanislau Ferreira Chaves, 85 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 05 de agosto de 2006. Fazenda Maniçoba, zona rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE. (Arquivo pessoal). p. 13.

¹⁸ Maria Gustavo de Mesquita. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas (LABOME-UVA), 2009. p. 17.

¹⁹ Elias Júlio de Sales, 70 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 01 de agosto de 2006. Distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE. (Arquivo pessoal). p. 02-03.

²⁰ Tomás de Mesquita Viana, 75 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 14 de julho de 2007. Fazenda Caiçarina, zona rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE. (Arquivo pessoal). p. 08.

pertencente à família Braga. Os negros identificados espacialmente à fazenda Serrote, também tem a característica de serem descendentes dos escravos do lugar.

O conjunto de informações rapidamente apresentadas são frutos de entrevistas de *História Oral* realizadas com idosos dessas localidades. Como fica evidente, existem memórias que dão conta de um passado negro e escravo existente na região que “visitamos”. São justamente sobre essas memórias, que nos debruçaremos aqui. É necessário porém, compreender melhor as pessoas/fontes da pesquisa. Dentre os entrevistados em evidência à exceção de Maria Gustavo de Mesquita, João Lourenço, Elias Vital e Elias Júlio de Sales, todos os outros não se colocam como descendentes de escravos. Deste grupo alguns entrevistados não são negros nem apresentam qualquer ligação familiar com a escravidão. É o caso de Estanislau Ferreira Chaves, Tomás Viana e Dulcinéia Caetano. Outro conjunto de entrevistados pode ser identificado por seus membros conhecerem histórias da escravidão, transmitidas por assim dizer pelo lado senhorial da relação. Geli Martins e Simplício Braga são descendentes de famílias proprietárias de escravos na região. O que explicaria a existência de “memórias do cativo” em grupos distintos entre si? Porque então teriam eles lembranças por vezes tão nítidas sobre o passado de negros da região?

De início cabe apontar que essas lembranças da escravidão não convergem para a elaboração de uma mesma imagem da instituição a nível local. A análise das narrativas permite afirmar que elas estão condicionadas às próprias experiências dos sujeitos que a contam e da historicidade por eles vivenciada. Dificilmente se poderia obter uma memória sobre as relações de violência sexual das escravas, com uma pessoa que não teve na experiência de seus antepassados fatos dessa natureza; de modo semelhante, não haveria memórias sobre o tráfico interprovincial de escravos, se essa atividade não tivesse de fato existido com vigor na experiência histórica da região. Ainda nessa lógica, seria surpreendente se as memórias da escravidão no Ceará, incluíssem alusões à África e a escravos africanos, tendo em vista a quase inexistência de escravos africanos no Ceará nas últimas décadas do sistema escravista no Brasil. A população escrava no Ceará, na segunda metade do oitocentos em diante

era majoritariamente nascida no Brasil. De acordo com os estudos de Mariana Assunção, os

(...) dados para esse período [primeira metade do séc. XIX] confirmam que o processo de “crioulização” da população cativa começou a ocorrer no Ceará bem antes do fechamento definitivo do tráfico internacional, em 1850. Muito embora se perceba que a parcela composta por africanos não foi insignificante, pois eles constituíram 25,1% do total [na primeira metade do séc. XIX], quando começa a haver um declínio crescente deles em todas as décadas, chegando a representar apenas 3,8% dos escravos inventariados na fase B [segunda metade do séc. XIX]²¹

De fato, em nenhuma das entrevistas houve qualquer menção a escravos africanos. Em pesquisas de história oral realizadas no sudeste esse quadro é diferente. Apareceram nas entrevistas lembranças da África e de escravos africanos.²² Evidentemente, foram realidades diferentes com plurais experiências portanto, o que de fato condiciona a existência de memórias do cativo também diversas. Em suma, nítida é a noção de que tal como a cultura, a classe, a tradição, também a memória é fruto da experiência histórica. Embora toda memória seja organicamente individual, ela não pode ser apreendida numa análise individualizada, mas no conjunto das relações em que ela está fundada, isto é, no social que a envolve de forma que toda memória é necessariamente histórica, pois remete-se a referenciais culturais da experiência passada.²³

Outro caminho explicativo possível é o apontado por Michael Pollak. Discorrendo sobre os elementos constitutivos da memória Pollak argumenta que a mesma pode ser formada por acontecimentos vividos pessoalmente e/ou por acontecimentos “vividos por tabela”. Estes acontecimentos, ainda que não tenham sido experimentados diretamente pelos sujeitos, passam a fazer parte do seu repertório de memórias, através da introjeção e da identificação com um passado de

²¹ ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão e Liberdade em Fortaleza, Ceará (Século XIX)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal da Bahia – UFBA: Salvador, 2009. p. 32-33.

²² RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²³ A discussão sobre memória aqui realizada toma por referência os apontamentos sobre “cultura” e “sociedade” de MINTZ, Sidney W. “Cultura: uma visão antropológica”. In. **Tempo** – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, n. 28, vol. 14, junho de 2010. p. 223-237.

seu grupo social, mesmo que essa identificação nem sempre pertença aos limites espaço-temporais do sujeito.²⁴

Nesse sentido, as experiências da escravidão e da liberdade, vivenciadas pelos negros da região, em algum momento foram socialmente conhecidas e em diversificadas medidas introjetadas e identificadas por sujeitos sejam eles seus descendentes ou não. Essa identificação cristalizada em forma de memórias (com as quais tomamos contato), permitiu que tais experiências não se perdessem no tempo, relegadas ao esquecimento; e, justifica até inconscientemente a permanência de tais memórias, nas “memórias” dos sujeitos entrevistados. A essa reflexão deve-se acrescentar que a circulação de histórias em meios sociais de forte tradição oral podem ampliar a disseminação de memórias e que as pessoas que entrevistamos — invariavelmente — atribuíram suas lembranças sobre o tempo do cativeiro a histórias contadas por seus pais, avós e pessoas mais velhas que elas próprias, levando a considerarmos que suas memórias nesse aspecto vem sendo objeto de construção e reconstrução por um indeterminado número de pessoas ao longo do tempo.

3.2.1 ALFREDO E FELISBELA: LEMBRANÇAS DA VIOLÊNCIA E DO TRÁFICO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS

Narrativas sobre a escravidão revelaram aspectos os mais diversos sobre a memória que dela fazem os entrevistados. Uma dessas foi contada pelo octogenário Estanislau Ferreira Chaves, conhecido por todos da região como seu Dilau, agricultor aposentado, residente na fazenda Maniçoba, vizinha à fazenda Serrote, ambas contidas na delimitação do espaço rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria-CE. Essa história discorre sobre o escravo Alfredo. Vejamos então do que se trata.

Tenente João Pinto só vendeu um nego. Que compravam nego por Pernambuco, vinha um homem do Pernambuco comprando nego, comprando escravo. Vendeu um nego por nome de Alfredo. Foi vendido, agora eu não sei como é esse dinheiro que eu não conheci mais ele, vi o

²⁴ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992. p. 201.

nome... foi vendido por quatro pataca, que eu não sei o valor desse dinheiro. Quatro pataca o valor do nego.²⁵

Se seguirmos ao pé da letra as informações relatadas por seu Dilau, poderemos facilmente deduzir que a comercialização de Alfredo não tinha como destino final a província de Pernambuco, haja vista que a venda seria realizada “por Pernambuco” e não para Pernambuco. Mas, se não formos tão ao ponto, mesmo assim a dedução poderá ser manter pois o contexto por qual passava o comércio de escravos no Ceará fundamenta nossa colocação. João Pinto bem como seu filho Josino Pinto, eram fazendeiros e possuíam patente militar de tenente. A aquisição da patente, segundo seu Dilau tinha por objetivo esquivar os fazendeiros do alistamento para a Guerra do Paraguai (1864-1870). E se tomarmos a grosso modo esse intervalo, década de 1860-70, encontraremos o Ceará como uma província em franca exportação de escravos para o sudeste cafeeiro. Junte-se a isso, que condicionantes climáticos como as secas também influenciavam no menor ou maior volume de escravos comercializados. De acordo com Richard Graham:

(...) no final dos anos 1870 uma terrível seca assolou o interior de algumas províncias nordestinas, produzindo tanto uma avalanche de imigrantes livres para a zona açucareira costeira em busca de emprego quanto uma verdadeira liquidação no preço dos escravos das regiões secas. A província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca; ela enviou milhares de escravos para o sul, e durante a década de 1870, enviou mais que qualquer outra província exceto o Rio Grande do Sul. Como resultado da seca, os senhores de engenho de Pernambuco aparentemente diminuíram sua confiança nos trabalhadores escravos, voltando-se especialmente para os *moradores*, isto é, pessoas livres ou libertas, para as quais garantiam o uso de alguma terra disponível em troca de serviços ocasionais, especialmente na época da colheita.²⁶

Então, podemos pensar que Alfredo tenha sido vendido por Pernambuco, para uma província produtora de café, passando por vários comerciantes. Documentos fiscais e cartoriais dão conta desse movimento no Brasil, uma vez que para burlar o imposto da meia siza o vendedor passava uma procuração dando o direito de venda

²⁵ Estanislau Ferreira Chaves, 85 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 27 de maio de 2006. Fazenda Maniçoba, zona rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE. (Arquivo pessoal). p. 05.

²⁶ GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? - O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. In. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, 2002. p. 131-132. Ver também EISENBERG, Peter. “A abolição da escravatura: o processo nos engenhos de açúcar em Pernambuco”. In. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX**. Campinas: UNICAMP, 1989. p. 39.

sobre o escravo e o poder de repassar a mesma procuração para outra pessoa. Assim, somente com o comprador final, pagar-se-ia o imposto.

A título de exemplo desse procedimento acompanhemos a denúncia feita em 1869, por Manoel Fernandes Vieira, inspetor da tesouraria provincial do Ceará, aos deputados provinciais:

Continúa a ser lesada a fazenda na arrecadação do imposto sobre a compra e a venda de escravos, como ja tive occasião de levar ao conhecimento da presidencia em meu relatório do anno passado.

Sómente quando o escravo fica na província passa-se a escriptura de contrato, isto no interesse do comprador, para ter um documento ou titulo que prove o seu dominio. Os que, porém, tem de sahir da província escapam ao pagamento do imposto, recorrendo para isso os compradores á procurações. Em taes circumstancias o meio que me parece mais azado para neutralisar a fraude è não admittir-se absolutamente procurações.²⁷

Nesse sentido, ainda que estejamos tão distantes no tempo em relação aos eventos narrados, a memória da escravidão trouxe elementos perfeitamente plausíveis da sociedade de que trata. Aliás, esse não é um exemplo solitário. De fato, o caminho interpretativo que adotamos aqui pressupõe que a memória pode ser estudada para além de sua característica de “versão” que se faz do passado, ou seja, pode ser interpretada como suporte que conserva informações desse passado. Adotamos para tanto, as reflexões de Verena Alberti como fundamentação teórica em história oral. Segundo ela, quando uma narrativa ultrapassa o limite do caso particular e apresenta um acesso para interpretação da realidade, então, estaremos diante de um documento oral que fala sobre o passado e não meramente faz uma “versão” dele.²⁸

Nessa perspectiva de interpretação, algumas narrativas extrapolam uma verificação mais simples de sua “plausibilidade”, e apresentam embates e tensões percebidas pela recente discussão historiográfica sobre a escravidão. Este é o caso do escravo Alfredo, já mencionado anteriormente e também de Felisbela, da mesma fazenda Serrote. De acordo com as lembranças de seu Dilau:

²⁷ Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1869. Appensos, p. 62.

²⁸ ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 79.

Esse nego foi vendido porque desobedeceu ele [João Pinto, o senhor]. Num dia duma matutagem²⁹ o nego matou um cachorro. Mataram um porco, uma vaca, não sei o que foi, e os cachorros pegaram uma briga, o nego matou um cachorro, dos cachorros da fazenda do véi!³⁰

Como se observa, a venda de Alfredo poderia ter sido a punição por um ato de desobediência, rebeldia ou má sorte do mesmo. Lembrado pela autoria do ataque fulminante ao cachorro, Alfredo tanto pode ter abertamente desobedecido a João Pinto — acertado sem querer ou propositalmente o cão — ou ainda ter simplesmente errado o alvo ou excedido em força no aparte do conflito canino. Provavelmente nunca saberemos o que de fato aconteceu, mas o caso evidencia os conflitos existentes na relação entre o João Pinto e Alfredo. Certamente, a quebra dos laços afetivos constituídos na região, seria por demais danoso para qualquer pessoa. E onde está Felisbela nessa história? Adianto apressado leitor. Felisbela também entrou na negociata, digo, quase entrou.

Tinha uma nega véia aleijada, que tinha sido queimada e pregou assim uma banda todinha, foi vendida por um costal de rapadura. Era aleijada mais queriam criar um casal pelo menos pra produzir, não sei como era lá no Pernambuco.³¹

A escrava aleijada era Felisbela. Ao que se pode ler nas entrelinhas, a idéia de sua compra estava associada ao interesse por reprodução de escravos. Vendia-se o casal Alfredo e Felisbela e potencializava-se a aquisição de outros escravos por reprodução. Contudo, se Felisbela foi trocada por um costal de rapaduras, como poderia eu ter afirmado que ela “quase” foi negociada? Ora, a transação somente se completa quando as partes a finalizam. Para João Pinto, o pagamento era de bom tamanho, tanto é que aceitou e fez consumo do mesmo. Mas para o comprador, houve ainda uma surpresa. A mulher de João Pinto não aceitou de modo algum perder sua escrava.

Chegou o costal de rapadura, na hora do almoço quebraram a rapadura e o véi mordendo ou raspando não sei como era, disse “ô fulana do doce bom!” a véia perguntou “e quem é?” ele vendeu a Felisbela por um costal de rapadura “minha nega véia? Você perde, perde por que eu não entrego”

²⁹ Ocasão em que a vizinhança se reúne para atividades de matança de um animal e preparação do mesmo para o consumo.

³⁰ Estanislau Ferreira Chaves, *Idem*.

³¹ Estanislau Ferreira Chaves, *Idem*.

[reprodução da fala da mulher do Tenente João Pinto] e não foi não. Não foi não. A patroa tomou. A nega era de confiança, confiava tudo nela.³²

Diferentemente de Alfredo em relação ao senhor, Felisbela possuía boas relações com sua senhora. Podemos até imaginar a escrava apelando junto a ela para permanecer na fazenda Serrote. Mesmo afrontando a autoridade do marido, desfazendo o negócio deste e colocando-o num dilema inesperado, dona Francisca³³ intercedeu por sua escrava que soube perceber a urgência da ação que aquela situação exigia. Articulou suas forças para construir maneiras de resistir à imposição da vontade de seu senhor. Se houve ressarcimento pelas rapaduras já recebidas, também não sabemos, todavia, o que nos interessa aqui é sublinhar que a articulação estabelecida entre senhor e escravo era de fundamental importância para a vida destes em se considerando o risco sempre possível de uma transferência para outro lugar.

Não foram poucos no Ceará os que tiveram essa experiência na segunda metade do século XIX. De acordo com a contabilidade provincial, em 1872 foram arrecadados com o imposto “sobre compra e venda de escravos” e o sobre “escravo enviado para fora da província” a quantia de 25 contos de réis;³⁴ Depois de muito reclamarem sobre as artimanhas que evitavam o pagamento do imposto sobre venda de escravos por meio de procurações, aparece no relatório do tesouro provincial a cobrança de imposto sobre a venda escravos para fora da província, e o imposto sobre "procurações e substabelecimentos autorizando a venda de escravos para fóra da provincia" que por sinal, rendeu aos cofres no exercício de 1872 a quantia de 4.930\$000. O imposto normal rendeu 15.097\$639.³⁵ O governo provincial cobrava o imposto das procurações através da legislação competente. Eram elas as leis n.299 de 1º de agosto de 1843, 1232 de 3 de dezembro de 1867 e 1440 de 2 de outubro de 1871. Os políticos que legislaram tal situação pareciam não apenas quererem reservar aos cofres provinciais o tributo que se esvaía com a estratégia das procurações de venda, mas procuravam também punir aqueles que se aventurasse por esse caminho

³² Estansláu Ferreira Chaves, *Idem*.

³³ Os assentos de óbito de João Pinto de Macedo e Francisca Chaves de Macedo esposa deste, encontram-se em: Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral (ACDS). Livro de Óbitos 02 (1870-1898) Paróquia de Santa Quitéria, fl. 66 e fl. 75v respectivamente.

³⁴ Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1873.

³⁵ *Idem*.

haja vista a existência de outras leis que regulavam a venda de escravos, sem o instrumento da procuração. A questão é que enquanto nesse comércio o tributo era de trinta mil réis por escravo vendido, o que recaía sobre a venda por procuração era o dobro. Se formos observar as receitas obtidas com esses impostos, para o ano de 1870 consta-se o montante de 10.020\$000 e a previsão de arrecadação em 1873 era nada menos que o dobro de três anos atrás. Era o comércio interprovincial de escravos que estava a todo vapor no Ceará e a lei do Ventre Livre (1871) certamente tem influência decisiva nesse aspecto.

Se a transferência para uma região distante poderia ser um risco para os fazendeiros sulistas, e um trauma para os escravos, a situação tenderia a ser menos problemáticas quando a mudança era para uma região próxima, onde as atividades seriam mais ou menos aproximadas, e onde a distância não fosse o suficiente para ruptura total das relações familiares e afetivas. Há ainda que levar em conta, a possibilidade da comercialização como a última saída num contexto de extrema necessidade. Sobre tal circunstância, outras memórias se coadunam dentro dessa lógica do comércio motivado por necessidades financeiras.

Recordando antigas histórias contadas pelo seu pai que era fazendeiro e chefe político em Macaraú no século passado, Dulcinéia Caetano faz referência a fazenda Jurema de propriedade da avó de seu pai — portanto, sua bisavó — dona Conceição Martins.

Ela era viúva desde cedo e tinha escravos. Era a dona da fazenda da Jurema. (...) Ela foi embora pra serra e vendeu os escravos né, a pedido de uma escrava.

— Sinhá, você nos vende e vai embora pra serra senão vamos todos morrer de fome. (...)

Dizem que foi na seca do 77 [1877]. Muito prolongada né e o animais ela tinha muito gado era uma fazenda grande mas ela tinha perdido já quase tudo; tinha nove escravos. Aí ela foi praticamente obrigada a vender os escravos pra poder ir embora.³⁶

Numa análise desatenta, poderíamos até supor que a proposta de ser comercializada, junto com os companheiros de cativeiro, partindo de uma escrava, caracterizaria uma acomodação. Não obstante, se observarmos a situação daquele

³⁶ Dulcinéia Caetano, 71 anos, professora aposentada. Entrevista realizada em 15 de março de 2007. Distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE. (Arquivo pessoal). p. 03-04.

momento sob outra ótica, podemos chegar à conclusão de que por trás desse aparente comodismo havia uma leitura de contexto bastante prática. Se a senhora Conceição Martins passava por sérias dificuldades financeiras, ao ponto de se desfazer da fazenda na busca por melhores condições de vida, imaginemos as necessidades que os nove cativos estavam passando. Assim, certamente a troca de senhorio seria a melhor opção numa situação de tamanha dificuldade o que num contexto de calamidade generalizada como a de uma seca, era grande privilégio.

A história que dona Dulcinéia tomou conhecimento dizia que com a chegada dos compradores do patrimônio de dona Conceição Martins, vindos de Sobral, “a fazenda [foi vendida] por 20 mil réis e um vestido de chita”. Adiante acrescenta que

Os escravos eu também não sei por quanto ela vendeu. Só sei que ela ficou com um escravo, que diziam ser mestiço, meio louro com os olhos claros, que se chamava Hermínio. Esse aí, ela não se desfez dele; queria muito bem e ficou com esse garoto. (...) ³⁷

Inclusive, uma neta de dona Conceição, portanto tia da entrevistada, foi batizada com o nome de Hermínia em homenagem ao garoto.³⁸ Será que Hermínio sendo apenas um garoto, foi separado de sua mãe por conta dessa venda? Seria ele, pelas características físicas singulares, filho de algum membro da casa senhorial? São questões que nem dona Dulcinéia, nem nós ainda sabemos responder, muito embora o mais interessante aqui seja as “pistas” contidas nessas memórias.

3.2.2 O VELHO DOMINGOS BRAGA: MEMÓRIA E NARRATIVA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Não é novidade na historiografia, menos na ficção, as relações sexuais entre senhores e escravas. Também as lembranças sobre a escravidão indicam essa realidade. De acordo com as lembranças de seu Dilau:

(...) tinha nega pra desgraça. Dizem — que não é do meu tempo —, os branco criava uma negaria, e umas nega boa era pro patrão. E ainda mais, dizem, saía uma nega prenha e diziam pra patroa “mulher, fulana “ce”

³⁷ *Idem.*

³⁸ Há um logradouro no distrito de Macaraú, chamado “Travessa Dona Hermínia Caetano”, que é a pessoa de que estamos falando, tia da entrevistada dona Dulcinéia Caetano.

soube que fulana de tal ta barriguda dele?” diz que ela dizia assim “tu podia ter pelo menos vergonha, pra não contar a história pra mim”, diziam pra véia.

A menção às escapadelas conjugais dos senhores, não é fortuita, nem ao menos singular. São várias as memórias que apontam os senhores, ou homens de poder econômico e político de modo mais amplo, como verdadeiros varões viris das redondezas. Domingos Braga é um desses. O proprietário da fazenda Malhada Grande, de acordo com a memória de Geli Martins, parenta por adoção de Domingos, não só mantinha regularidade de relações sexuais com uma sua escrava, como comercializava os rebentos oriundos dessa relação. Geli Martins teve acesso a essa informação por intermédio de sua mãe adotiva, Júlia Braga, neta de Domingos Braga.

A mãe Júlia Braga me contava do avô dela né que tinha uma nega véia dentro de casa e [tinha] a mulher dele. Aí todos os anos, a nega véia tinha um filho, a mulher dele tratava dela, quando a nega véia se levantava a mulher dele tinha um [filho também]... A nega véia tratava da mulher dele e a mulher dele tratava da nega véia. Aí diz que quando os filho tava assim “crescidin” ele pegava e levava pra vender no Maranhão, trocar por foice por enxada (...) ³⁹

Vendendo os próprios filhos “ilegítimos” como se dizia à época, Domingos Braga exercia assim, a função de procriador da prole escrava; fomentava sua própria economia trocando os filhos por instrumentos agrícolas. Observação semelhante faz parte do repertório de lembranças de Simplício Braga, bisneto de Domingos Braga. Apesar de não mencionar nada a respeito de comercialização de escravos, confirma terem eles parte na família senhorial.

Felícia “veia” que era nega escrava que teve vinte e dois filhos. Essa nega teve vinte e dois filhos e a mulher dele [Domingos Braga] teve treze, a mulher legítima. (...) Essa família dessa negra, diziam que uma grande que uma grande parte era filha dele, era dele. ⁴⁰

Ainda Geli Martins em citação a seguir, reproduz o que sua avó Júlia Braga, lhe contava em relação a esse procedimento do velho Domingos, pai de Júlia:

(...) aí a nega véia ficava chorando e ele dizia assim “chora não nega véia que para o ano vem outro” ⁴¹ e era assim por que todos os anos ela tinha né aí a nega véia teve vinte e tanto e a mulher dele vinte e tanto. ⁴²

³⁹ Maria Geli Martins. (depoimento, 21/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas (LABOME-UVA), 2008. p. 08.

⁴⁰ Simplício Braga Farias. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas (LABOME-UVA), 2008. p. 15.

⁴¹ A expressão “para o ano” significa “no ano seguinte”, “no ano que vem”.

Que questões podemos colocar diante dessa recorrência e dos significados possíveis para ela? Novamente é Verena Alberti quem dilata as possibilidades. Para ela, os pormenores contidos nas narrativas podem ser a chave para o entendimento dela e, assim, a “entrada” para compreensão da mesma como registro do passado. Na narrativa do acontecimento, através da comparação, da discussão, do confronto, do contraste, são sublinhados elementos que produzem a realidade ao invés de só representá-la.⁴³ Pode-se se dizer que o comportamento humanizado e subserviente da escrava em cuidar de seus próprios filhos e os de sua senhora, além do regime de solidariedade mútua no trato de seus respectivos resguardos pós-partos (“a nega véia tratava da mulher dele e a mulher dele tratava da nega veia”), pode ser contrastado com o desdém e desumanidade do senhor em comercializar escravos de sua própria fecundação (“quando os filho tava assim “crescidin” ele pegava e levava pra vender no Maranhão”), e com a crueldade evidente na previsão de permanência perante o sofrimento da mãe escrava (“chora não nega véia que para o ano vem outro”).

Seu Elias Vital também conhece essa história. Quem lhe contou foi sua avó Martin. Martin relatava sobre a venda dos seus próprios irmãos, haja vista ser ela uma das filhas da escrava Felícia com o senhor Domingos Braga.

Ele tirou tudo de casa, diz que as filha da escrava era mais bonita que as filha dela Isabel [esposa branca de Domingos Braga] e ele pra não envergonhar a família desterrou a família todinha, só ficou sete com ele, o tempo que ele morreu ficou sete com ele que foi o Silvino Braga e o José Braga que era o filho mais novo e as cinco irmã, a Paula, a Prudência, a Inocência, a Martin e a Rosária, esses sete ficaram com ele e os outros ele desterrou.⁴⁴

Algo parecido é também lembrado por outro dos bisnetos da escrava Felícia, só que acrescido de algumas características já conhecidas de nosso Domingos Braga. Segundo João Lourenço Filho,

Tinha duas moças, dizem que tinha duas moças que era uns encantos de bonitas. As que aceitavam ele... mas essas duas que não aceitaram ele vendeu pra São Paulo. Tem essa raça [família] lá e ninguém sabe nem como foi que ficou. Dizem que eram bonitas as moças, uns cacheado de cabelo bonito. Tinha filha e as que não obrigasse a ele ele vendia, judiava era assim... era um bicho (...), obrigava essas empregada dele a ter filho dele,

⁴² Maria Geli Martins. (depoimento, 21/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas (LABOME-UVA), 2008. p. 08.

⁴³ ALBERTI, Verena. *Op. Cit.* p. 79-82.

⁴⁴ Elias Martins Vital Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2012. p. 03.

nós tudo tem raça dele. Muitos pobre aqui morre do câncer porque herdou dele, eles morriam disso.⁴⁵

O que emerge aqui, é a existência de um senhor com características bem peculiares, tão salientes para a construção de sua imagem pela sociedade local, que cristalizou-se nas noções apresentadas nas narrativas a seu respeito. Nem uma memória mais diretamente ligada a matriz familiar, deixou de observar as relações carnis de Domingos Braga e sua escrava, ainda que esta memória não expusesse caracteres “perversos” do velho fazendeiro. O reconhecimento de que parte da família da escrava Felícia é originária de Domingos, aponta a essa interpretação. Quem reconhece é o seu bisneto, Simplício Braga.

Como veremos agora, essas diferentes interpretações sobre a escravidão na fazenda Malhada Grande, assim como as posições e atitudes dos sujeitos dela integrantes, são bastante complexas quando tomamos as memórias dos diferentes grupos para análise. À grosso modo, temos uma memória que reflete a visão de mundo daqueles que viveram o pós-abolição como conquista, os escravos e seus descendentes; e, uma memória que apresenta o inverso, isto é, a visão de mundo senhorial desses processos históricos.

Maria Gustavo de Mesquita é a nossa entrevistada que representa essa primeira perspectiva. Ela é neta de Rosária, que foi escrava de Domingos Braga. Em todas entrevistas a mim concedidas, suas lembranças sobre a escravidão vivenciada por sua avó e tias-avós mostram os conflitos e embates experimentados por elas sob a vigência da escravidão. Para além disso, outro acontecimento vivenciado pela própria entrevistada, exprime bem um embate simbólico sob o sobrenome Braga, e como esse foi o ponto de partida para um afloramento de identidades familiares e memórias traumáticas para os descendentes dos últimos escravos da fazenda Malhada Grande.

Sem mais delongas, às histórias então. O acontecido ocorreu no distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria – Ceará, na residência de Abílio Braga, neto de Domingos José Braga, senhor que foi da avó da entrevistada. Abílio Braga e Maria Gustavo são da mesma geração em descendência, pelo lado senhorial e escravo respectivamente. A leitura de uma carta endereçada ao esposo de Maria Gustavo, cita

⁴⁵ João Lourenço Vieira Filho. Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2012. p. 3

em algum momento o nome de Gustavo Braga de Mesquita, pai de Maria Gustavo. A referência ao sobrenome Braga em relação a um negro, gerou o debate que se segue: “(...) A dona Ilta disse assim ‘ainda mais esse povo tem uma história de... esses nego tem uma moda de se assinar com Braga, eu não sei por que esses nego tem essa besteira que eles não tem nada com Braga, tem nada com Braga.’”⁴⁶

Na verdade, quem faz os comentários reproduzidos pela entrevistada é Nazaré Braga e não Ilta como disse dona Maria ao narrar a história, percebendo isso em momento posterior. Para preservar a semelhança na citação, empreguei da forma com foi dita à principio. Nazaré é esposa de Abílio Braga, e, como se percebe, questiona o uso do sobrenome Braga por parte dos negros da região. O diálogo seguiu com a seguinte réplica:

Aí eu respondi assim “Dona Nazaré, ‘cê’ sabe por que é que esses nego se assina assim? É por que os branco os Braga nunca se deram ao respeito. Botavam um nega véia, uma escrava véia nega dentro de casa pra torrar um café, pra pelar um arroz um mi [milho] pra elas e eles não deixavam... doidin pra fazer o mal às nega véia aí puxavam pela espada e elas pediam ‘pelo amor de Deus, me deixe meu senhor, não faça umas coisa dessa não senhor...’ chorando pedindo pelo amor de Deus pra eles não fazer nada com elas. E eles ficavam [dizendo que] se não se assujeitasse matavam elas, matava, se elas não se assujeitasse, e as nega véia coitadinha não queriam morrer o jeito que tem foi se assujeitarem, se assujeitavam, e aí impestou aqui a Maiada Grande desses Braga véi, Braga véi sem vergoin que não respeitava as nega veia”.⁴⁷

Nesse episódio, acontecido aproximadamente em meados do século XX a questão da identidade familiar ligada ao sobrenome Braga foi objeto de discussão e de entendimentos diversos em ambas as partes. Se pelo lado da descendência senhorial o sobrenome deveria somente os pertencer, para Maria Gustavo, o uso costumeiro está alicerçado no fato de que os negros trazem inclusive no sangue, o “mal” de usar esse sobrenome.

“Fazer o mal”, “empestar”, são expressões que Maria Gustavo utiliza para falar da violência sexual e das conseqüências desta, respectivamente. A interpretação realizada sobre o acontecido é que possuir o sobrenome Braga não era o intento das escravas, mas que, violentadas sob ameaça de morte, não poderiam agir de outro

⁴⁶ Maria Gustavo de Mesquita (depoimento, 17/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME, 2009. Entrevista concedida a Paulo Henrique de Souza Martins. p. 9.

⁴⁷ Maria Gustavo de Mesquita (depoimento, 17/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME, 2009. Entrevista concedida a Paulo Henrique de Souza Martins. p. 9.

modo resultando naquilo que se cristalizava nos sobrenomes dos negros da região. (problemática trabalhada em artigo recente).⁴⁸

Compreendemos que o ato de dialogar com uma memória sobre a violência sexual sofrida pelas escravas, deve ser entendido como ligado a própria violência em si. A memória quer ser narração de um acontecimento real e verdadeiramente organiza esse passado de modo coerente no presente. Assim, não consideramos a “escravidão” e uma “memória” sobre ela como objetos desconexos. Uma dimensão profunda sobre o passado por meio da história oral não pode se abster de considerar o próprio passado enquanto objetividade, nem as representações sobre ele, num estudo histórico. Ambos — os acontecimentos do passado e as representações sobre esse acontecimento — estão intimamente interligados. Conforme indica Alessandro Portelli:

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade do ser humano e são envoltos em sua linguagem.⁴⁹

Nesse sentido, podemos entender que um acontecimento se constitui, torna-se algo, no momento em que é narrado. O ato de narrar, dessa forma é uma ação cristalizante da “experiência passada” em forma de linguagem como também em forma de experiência presente. Essa compreensão remete ao fazer-se da entrevista posto que as formas de contar, o que contar, enfim, a seleção realizada numa entrevista obedece a condicionamentos vivenciados no presente da própria entrevista. Portanto, é uma experiência do tempo presente. Não que o acontecimento não tenha existência sem a narrativa, mas, somente podemos apreendê-lo a partir de narrativas e de outras fontes que informam sobre ele. A pluralidade nesse sentido é essencial para realização de uma pesquisa histórica, posto a necessidade de elementos para cotejamento, crítica e reflexão. O ato de falar torna real uma idéia ou conhecimento

⁴⁸ MARTINS, Paulo Henrique de Souza. “Histórias e memórias da escravidão na Fazenda Malhada Grande, Santa Quitéria – Ce: Os Bragas em preto e branco”. In. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FVG, 1996. p. 111. grifo do autor.

sobre algo. A linguagem como ação confere a ela um estatuto de produtora de realidade.

As entrevistas podem revelar, dentro de uma sucessão de acontecimentos, a formatação de sentidos na narrativa. Esses sentidos ordenam os acontecimentos narrados ao mesmo tempo em que são ordenados pelo próprio sentido pretendido. Há uma relação dialógica nesses casos. Verena Alberti nos indica o seguinte sobre essa discussão:

Em que momentos de nossas entrevistas de história oral aprendemos algo sobre a realidade, para além de conhecer mais uma “versão”? Quando a relação entre acontecimentos e sentido se condensa, ou se imobiliza, em acontecimentos-chave (...), em gestos verbais (...), unidades indivisíveis sem os quais não podemos apreender novamente o sentido. Quando isso acontece, a entrevista nos fornece passagens de tal peso que são “citáveis”.⁵⁰

Nesse sentido, a entrevista deve formar um todo posto em análise. Até os acontecimentos que num olhar desatento destoam daquilo que se pretende com a entrevista, podem constituir o elemento que formata o sentido narrativo denso, a informação “pesada”, “citável” no dizer de Verena Alberti.

Quando na narrativa as escravas são surpreendidas em um momento que pacificamente realizavam suas atividades normais (“pelando arroz, milho”) sua subserviência (“pelo amor de Deus não faz isso comigo não!”) se contrasta com a imperatividade do senhor a ameaçá-las com a espada, acontecimento este gerador de uma única alternativa para conservação da vida das mesmas, o ato de se assujeitar aos desejos sexuais do senhor, mesmo que tal alternativa esteja contra a vontade delas (o que é que elas podiam fazer? Pergunta-se a entrevistada).

Os acontecimentos em seu conjunto constroem um sentido para narrativa; o sentido de que a proximidade dos negros “Bragas” com tal sobrenome resulta da relação de dominação dos Bragas senhores para com “suas” escravas; em última instância, resulta da relação de pertencimento que havia entre escravos e senhores e não de promiscuidade como sugerida na narrativa inicial, vivenciada por Maria Gustavo. Tal possibilidade reflexiva construída no próprio ato de memorar, não pode

⁵⁰ ALBERTI, Verena. *Op. Cit.* p. 83-84

ser negligenciada na interpretação que fazemos do passado. Em verdade, esse diálogo amplia em alcance e nitidez a imagem que podemos construir sobre o passado.

Noutra esfera de entendimento, as memórias sobre a escravidão na fazenda Malhada Grande relatadas por Simplício Braga, bisneto de Domingos José Braga, indicam que a “Bragaiada preta” era fruto da prostituição. Em suas memórias, seu bisavô teria tido vinte e dois filhos com a escrava Felícia, enquanto que com sua mulher “legítima” teriam sido apenas treze. No seu entender, as filhas de Felícia teriam sido mães de crianças cujos pais eram filhos de Domingos Braga.

As negas, filha da Felícia tiveram filhos deles. Que eram escravas e ali naquele tempo da escravatura foi um tempo que ninguém respeitava a família, era tudo prostituta. Conheci a Martin, a Prudência, a Inocência, a Paula, tinha a Rosária, tinha a Constância eram umas...⁵¹

Percebe-se que há uma adjetivação para com as negras da fazenda, que, tendo filhos de meio-irmãos, rompiam com o padrão moral-religioso aceitável. Formata-se nesse processo, uma identidade para o “outro” que lhe confere um lugar social na comunidade local; há, em última análise, observando as lembranças que divergem na interpretação que fazem do passado, uma disputa de memória por parte das famílias em torno das atitudes frente ao “outro”, simbolizadas pelo sobrenome comum em uso por ambas.

3.2.3 NARRATIVA E PERFORMANCE NA HISTÓRIA DO ESCRAVO ANASTÁCIO

Discutiremos agora a incrível história do escravo Anastácio, segundo consta nas lembranças de seu Dilau. Anastácio era escravo de Josino Pinto de Macedo, filho de João Pinto, da fazenda Serrote, e possuía uma namorada na fazenda vizinha de nome “Papel Limpo”. Cedamos espaço às palavras do próprio narrador:

⁵¹ Simplício Braga Farias. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas – LABOME, 2008. Entrevista concedida a Paulo Henrique de Souza Martins. p. 15.

Esse Anastácio arrumou uma namorada no Papel Limpo⁵², uma nega. Ia de noite, pra casa dessa mulher. E o velho reclamava “Nastácio deixa dessa viagem de noite, voltando fora de hora, se tu topa com um bicho!” e o nego “o bicho sou eu!”. Quando foi uma noite ele vinha do Papel Limpo quando chegou no Riacho Espírito Santo encontrou-se com um bicho. Encontrou-se com uma marmota e brigaram e brigaram, e brigaram e brigaram, até que ele furou o bicho, matou. Matou. Ai de manhã ele contando a história pras nega sentada no pilão, que tinha brigado com um bicho:

— Eu briguei com um bicho no Riacho Espírito Santo e eu matei. Da cintura pra cima era uma mulher, dos peitão, e da cintura pra baixo era um bicho. O velho escutou lá no dorminhoco dele. Ele disse:

— Nastácio, vai buscar dois cavalos no apeador. E o nego:

— pronto. O velho:

— bota a sela. E o nego:

— pronto. (...)

— Vambora Nastácio, espiar o bicho, mas se eu não achar esse bicho que tu encontrou, eu te monto de peia.

— Vambora. Chegando lá tava a marmota. Da cintura pra cima era uma mulher e pra baixo era a coisa mais horrível do mundo. Aí o velho disse:

— eu te dou [al]forria nego. Tu pode contar uma história mentirosa nego, que eu acredito como verdadeira!

— Ah patrão, você num pega nunca uma história mentirosa não, desse nego não, desse nego não!⁵³

O primeiro elemento que podemos levantar, acreditando que essas memórias se reportam a um acontecimento do passado de fato real, ainda que não discutamos a existência da tal criatura antropomórfica, é uma possível delimitação temporal dos sujeitos. Tenente Josino Pinto de Macedo, de acordo com seu registro de óbito arquivado no Cartório de Macaraú, nasceu em 1832 e morreu em 1910.⁵⁴ Considerando 1884 como o ano da extinção virtual da escravidão no Ceará, temos assim a segunda metade do oitocentos como intervalo mais plausível para o acontecimento do episódio aventuresco do escravo Anastácio. Outro elemento contido nas entrelinhas da história, é a mobilidade de Anastácio e a liberdade como reconhecimento social. E não dizemos isso somente por que ele podia se dirigir para outras fazendas, mas também porque Anastácio recusa a carta de alforria a si oferecida. Que significado pode ter essa dispensa, senão a idéia de que ao menos a

⁵² A fazenda Papel Limpo é localizada à margem direita do Rio dos Macacos e distancia aproximadamente quatro quilômetros da sede da fazenda Serrote.

⁵³ Estanislau Ferreira Chaves, 85 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 05 de agosto de 2006. Fazenda Maniçoba, zona rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE. (Arquivo pessoal). p. 16-17.

⁵⁴ Cartório de Registro Civil de Macaraú. Registro de Óbitos. Livro 01, fls. 30v., n.º 02.

mobilidade espacial já estava consolidada e nessas circunstâncias a carta de alforria não seria tão importante? O escravo poderia ter visualizado mais vantagens em permanecer enquanto propriedade com os laços de confiança bastante solidificados, do que estando livre, procurado outro lugar para “começar do zero”. De fato, a mobilidade espacial era um recurso e marca importante do exercício da liberdade. Assim, não é absurdo supor que Anastácio não era livre, não tinha carta de alforria, recusou a liberdade, mas também não era na prática um escravo como os outros. Ainda que seja impossível penetrar nas análises de Anastácio, o sentido contido na narrativa, quer indicar uma resposta para tal paradoxo. A idéia é que a verdade comprovada pela averiguação *in loco* do caso da briga com o bicho, consolida o sentimento de confiança por parte de Josino Pinto, ao ponto de que esta seja o suficiente para satisfazer os interesses de Anastácio e do próprio Josino.

No entanto, o que interpretamos como sentido dessa narrativa, faz parte de uma construção que nela se faz como um todo. A narrativa inteira é jogo de tensão, característica de uma “boa história”. A história é criada num ambiente (as fazendas), com sujeitos (Anastácio, Josino Pinto e a marmota, como principais) numa determinada ação (o deslocamento nas estradas “fora de horas”). Surge então o problema (o encontro com a marmota), alertado que foi pelo senhor, que foi resolvido pelo escravo, indicando sua confiança nas suas próprias forças e capacidades. Dessa disputa entre a recomendação de Josino e a teimosia de Anastácio, que é simbólica da posição diferente dos dois propriamente, fabrica-se o clímax da narrativa. Se a marmota não estivesse lá, o escravo seria “montado na peia”, em outras palavras, receberia seu castigo pela mentira, presunção e quase desobediência ao seu senhor. Caso a marmota estivesse sucumbida como deixada na noite anterior pelo escravo à margem do riacho, somente poderíamos deduzir que não seria ele punido. O desfecho, em que é afirmada a fidelidade da história do escravo e também os fundamentos da confiança por parte do senhor, constrói uma coerência de sentido, que não pode ser confundido com a idéia de “moral da história”. Boas histórias, no sentido que aqui colocamos, não se deixam ser sintetizadas por uma “moral da história”. Boas histórias se constroem na linha da imprevisibilidade, por que seu sentido denso, aquele “citável”, está presente em todo o conjunto narrado. Esse tipo de história, além de

oferecer uma estética cativante para quem entrevista e quem narra, é representativa de acontecimentos que em nível de sentido ultrapassam o meramente particular, o acaso, e alcançam a representação de algo mais amplo. Assim, possibilita à reflexão histórica o aprofundamento na compreensão de uma temática que foi desencadeada na entrevista.

Em suma, as memórias aqui discutidas permitem pensar as relações existentes entre as vivências do passado e a construção cotidiana de “presentes” no presente, caminho pelo qual é possível fomentar na fonte oral o instrumento de acesso aos problemas do passado narrado. É bem verdade que a memória de transmissão familiar tem como grande personagem a própria família. Não é de se estranhar portanto, que as gerações que se seguiram pelo século XX, também têm a nos dizer sobre o pós-abolição, momento fundamental nas histórias de vida dos pais e dos próprios entrevistados.

MEMÓRIAS DA LIBERDADE NO PÓS-ABOLIÇÃO DO SERTÃO CEARENSE

Numa quente tarde de domingo em pleno mês de fevereiro, seu Elias Martins Vital, 83 anos, corre os olhos sobre seus escritos da última madrugada. Lendo desembaraçadamente, em voz baixa porém firme, só abdicou do prazer literário pela necessidade de preparar o almoço de domingo, uma bem temperada cabeça de porco. O velho hábito das horas em claro ultimamente estavam sendo preenchidas com caneta esferográfica sobre folhas de caderno escolar. Depois que um jovem pesquisador interessado em “coisas antigas” passou a visitar-lhe, sempre aos domingos, seu Elias encontrou com quem socializar as orgulhosas linhas de quem “aprendeu com os livros” à contragosto da vida difícil de agricultor, pai de família nos sertões de Malhada Grande, Santa Quitéria-CE. Sua memória viva e disposição para o trabalho, rendem-lhe fama entre os amigos. “Leão” dizia sempre um ao se referir à força com que enfrentou e enfrenta as barreiras; “sábio” exclamava outro em clara alusão aos conhecimentos aprendidos na “escola da vida”. Contrastando a fartura da mesa, seu Elias pouco ceiou. Diz não sentir fome nem sede. Ainda a mesa recém findo o almoço, conversa mansa caminhou para o assunto de interesse do rapaz... câmera desligada com promessa de repetição, detalhe a detalhe, no modo rec.

Elias Vital nasceu em 1927 na fazenda Cachoeira, Santa Quitéria-CE. Conviveu até a idade de 18 anos com sua avó materna, chamada Martin. Com ela soube de um fato já àquela altura ciente por todos na região. A avó Martin era filha de Felícia, escrava de Domingos Braga, senhor/pai ao mesmo tempo de Martin. Seu avô materno André Lourenço, que só conheceu por intermédio das histórias que seu tio contava, era “moreno” e trabalhador, mas teve alforria, não morreu escravo.

Pode-se dizer da existência de duas memórias sobre a história social da escravidão no Ceará na segunda metade do século XIX: uma que se tornou hegemônica, produzida pelas elites locais, em que a nova sociedade do capitalismo somente poderia gerar bons frutos com a extinção do cativo; e outra mantida pela oralidade, lembranças familiares, que somente muito recentemente veio ser objeto de estudos historiográficos.¹

A historiografia cearense de certa forma construiu um discurso social em que as classes subalternas são desprovidas de historicidade e agência ao longo do tempo. Notadamente negros e índios não tiveram um olhar atencioso por parte da ciência histórica no sentido de descobrir quais caminhos foram trilhados e possibilidades aventadas, sonhadas, postas em disputa no campo social. Quando nos deparamos com a temporalidade imediatamente seguinte à emancipação dos escravos no Brasil, os

¹ Sobre o Ceará, desconheço qualquer pesquisa de mestrado ou doutorado que tenha tido como temática as memórias orais da escravidão e do pós-abolição. A historiografia sobre o Pós-Abolição em seus mais diversos enfoques tem no PPGH-UFF um locus privilegiado de produção. Sintomático nesse sentido foi a realização do “I Seminário de Pós-Graduandos em História do processo de Abolição e Pós-Abolição no Brasil”, promovido em 2010 e do “Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico”, a ser realizado em maio de 2012. Destaca-se ainda a edição do dossiê “Patrimônio e memória da escravidão atlântica - História e Política” publicado na Revista Tempo, segundo semestre de 2010, sob organização de Hebe Mattos. Sobre a memória como instrumento de pesquisa para a história da escravidão e pós-emancipação ver importante trabalho de ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “A memória do tempo de cativo no Maranhão”. In. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29, p. 67-110, 2010 e MARTINS, Robson Luís Machado. **Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888)**. Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2005 Para uma sondagem dessas pesquisas em outras dimensões ver principalmente MATTOS, Hebe. Memórias do Cativo. Op. Cit., MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v.5, n. 8, jan-jun. de 2004. pág. 171-197. Pesquisa pioneira abordando sociedades do pós-emancipação em perspectiva comparada foi realizada por Eric Foner em **Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988. Fundamentais ainda nessa seara são SCOTT, Rebecca. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1991 e mais recentemente publicado em português COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

libertos no Ceará se transformam em grandes interrogações até hoje insuficientemente enfrentadas. O que fizeram com sua liberdade, ou em outros termos, quais mecanismos de atuação político-social puderam ser orquestrados face às novas possibilidades que se apresentavam com o advento da igualdade jurídica e o acesso à cidadania civil? As interrogações acima expõem uma tônica dos estudos históricos brasileiros recentes, sobremaneira a partir de fins da década de 1980, isto é, a tomada do pós-abolição enquanto problema para a historiografia social.

Analisando as considerações levantadas pela historiografia sobre essa questão, Hebe Mattos e Ana Lugão² apontam que os libertos de várias partes das Américas tiveram com operar com as possibilidades de inserção no mundo livre e as suas consequentes expectativas nesse sentido, uma vez que essas possibilidades e expectativas estavam conformadas num conjunto de variáveis que iam desde o sistema de atuação política, o acesso à terra até as relações hierárquicas a que esses atores estavam sujeitos. Apesar das variedades de projetos e possibilidades de atuação, a busca pela autonomia nos ritmos de trabalho, o concurso da força de trabalho familiar bem como o controle desta, a recusa aos sinais de deferência que reavivassem os tempos da escravidão, podem ser apontados como elementos comuns nos horizontes dos ex-escravos.³

Procuraremos demonstrar a hipótese de que as experiências familiares dos escravos e libertos geraram um arcabouço de expedientes reutilizados nas novas circunstâncias advindas da vida em liberdade. Essas outras memórias e as vivências que as criaram dialogam entre si, e é nesse sentido que tentaremos nos aproximar do contexto histórico rural durante a Primeira República no Ceará, isto é, o pós-abolição.

4.1 SECA, MIGRAÇÃO E TRABALHO AGRÍCOLA NO CEARÁ

² MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. Op. Cit.

³ *Idem.*

Uma das principais janelas para acesso ao universo agrário brasileiro na Primeira República são os dados censitários de 1920. Através deles é possível gerar uma imagem para a situação da agricultura, pecuária e fundiária, ainda que incompleta ao menos aproximada. As informações foram ali coligidas e tabuladas sobre as respostas obtidas com questionários aplicados nos estabelecimentos rurais. Como critério de corte foram incluídos no censo somente aqueles considerados com renda anual igual ou superior a 500\$000, ficando ausentes portanto todos os estabelecimentos que não atingissem tal patamar produtivo. Os dados de referência estaduais indicam que no Nordeste as porcentagens de territórios incluídos pelo corte censitário correspondem a diminuídas parte, desconsiderando as áreas reconhecidamente pouco extensas dos núcleos urbanos. Para o Rio Grande do Norte 46% da área estadual enquadraram-se nos quesitos do censo. No Ceará foram 38% e no Piauí apenas 22%. Ainda sem entrar no mérito da questão dos tamanhos das propriedades, o indicativo é que a maior parte do universo rural, à grosso modo menos produtivo, ficou de fora. Se a modéstia da produção já é característica dos estabelecimentos recenseados, mais ainda parece ser para os que não entraram no censo. Teria então a maior parte da agricultura cearense entrado num estágio de estagnação produtiva e conseqüente pobreza? Ao que indicam os dados censitários sim, embora tenhamos que analisar essa seara para o século XIX a fim de estabelecermos um quadro mais nítido. Mesmo no interior das fazendas arroladas, no caso específico do Ceará, praticamente $\frac{1}{4}$ correspondia às matas incultas (23,5%), o que dá margem para também pensarmos numa área de produção extrativista, caça, pecuária extensiva e reserva para abertura de roças. Teríamos assim um espaço que mesmo não sendo considerado produtivo, possuía sim uma importância econômica imediata e futura.

Outra questão importante era a migração. Os relatórios dos Presidentes do Estado nas primeiras décadas da República dão conta desse universo principalmente ao fomentar a necessidade da modernização das atividades agrárias. Num ano de fartura como foi o de 1926, o Presidente do Estado José Moreira da Rocha dava conta aos deputados estaduais do esvaziamento do campo via êxodo rural, das caras

medidas de incentivo à imigração estrangeira e apontava seus projetos de minoração das dificuldades matutando o seguinte:

O problema da remodelação dos nossos processos de trabalho rural, visando substituir a exclusividade dos braços pelas machinas e prover as vantagens do emprego de adubos, sementes selecionadas, irrigação e outros methods de agricultura científica, terá, segundo creio, de ser resolvido pelo ensino agrícola, maximé, pelo ensino ambulante, ministrado por senhores de cultura de idoneidade inequívoca.⁴

O assunto era assaz conhecido dos versados na política. A cada período de carência pluviométrica os índices de migração dilatavam-se enormemente criando por um lado um esvaziamento de braços trabalhadores o que por outro em situações extremas, aliviava os cofres estatais dos custos com a assistência aos flagelados e o controle da ordem pública.⁵ Já no alvorecer da República, em 1893, o Presidente do Estado anunciava aos deputados que apesar das chuvas que banhavam o Ceará naquele ano, não cessavam os cearenses de “abusar da liberdade de migrar” deixando que os “productos da diminuta lavoura, fiquem sem colheita, sendo em pura perda o plantio”.⁶ No famigerado 1915, número ainda hoje tornado sinônimo de tristeza nas memórias dos sertanejos, o Presidente do Estado lamentava em sua mensagem a migração massiva de cearenses para as florestas do Norte brasileiro e o estado de atraso dos métodos agrícolas do Ceará. “A nossa lavoura, por sua vez, obedece a rotineiros e atrasados processos, condemnados pelo seu exíguo rendimento útil. Bem raro são os lavradores que tem introduzido as machinas modernas nas suas lavras.”⁷

De fato, de acordo com os dados censitários de 1920, no município de Entre-Rios não houveram estabelecimentos rurais providos de maquinismo destinados à beneficiar arroz, café e mate; à fabricar açúcar e manteiga; à descaroçar algodão; à moer cereais, e por fim, à qualquer outro mister agrícola. Também não foram encontrados arados, grades, semeadeiras, cultivadores, ceifadores e tratores em qualquer dos cento e setenta e três estabelecimentos recenseados. Em Santa Quitéria, dos duzentos e sessenta e quatro estabelecimentos agrícolas havia um munido da

⁴ Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado do Ceará. Typografia Gadelha, Fortaleza, 1926. Pág. 80-81. Doravante Mensagem do Presidente do Estado do Ceará.

⁵ Ver entre outros NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

⁶ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará, 1893. Pág. 14.

⁷ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará, 1915. Pág. 15.

tecnologia mecânica para descaroçar algodão e outro para moer cereais.⁸ As máquinas realmente pouco representavam na composição do valor das propriedades brasileiras (3%), o que indica a generalidade da situação nesse aspecto.⁹

Em 1929 o Presidente do Estado convocou os prefeitos para um congresso em Fortaleza, alegando a necessidade de conhecer e aproximar-se dos problemas vividos pelas “células municipais” com justificativa para o encontro. O resultado foi apresentado aos deputados estaduais no relatório com que abriu os trabalhos legislativos daquele ano. A sexta e última proposição resultante do conchavo era indicativo claro da permanência do caráter manual da economia agrária cearense. Dizia a proposição da “conveniência, ou antes, necessidade de aquisição, pelas prefeituras, de instrumentos agrários para a demonstração prática das vantagens resultantes da aplicação da lavoura mechanical”¹⁰. No ano anterior o Presidente do Estado sapientava aos deputados otimisticamente que

aplicando os métodos aperfeiçoados de cultura, o uso das máquinas e dos adubos, sem necessidade de multiplicar o número de braços de que actualmente dispõe e aumentar a área cultivada, a lavoura cearense poderia, sem nenhum exagero, elevar ao triplo o volume anual das suas colheitas.¹¹

De modo geral o discurso do poder público, mormente nos anos de seca, parece estar focado em duas linhas de raciocínio. Prioritariamente busca-se manter as populações rurais no campo, servindo de mão de obra na produção agropecuária, principal fonte das receitas estaduais. Quando isso não é mais possível a facilitação à emigração torna-se a política pública por excelência. São os dois polos aparentemente opostos entre os quais se situam as proposituras de melhoramento da agricultura através de métodos científicos e modernização das fainas agrárias, maquinário e ensino agrícola, o controle da mão de obra, a emigração e os problemas da seca. São fatores concretos da economia agrária cearense que tiveram de ser levados em conta na prática cotidiana da Primeira República e certamente foram captados nas tabelas numéricas do censo de 1920.

⁸ Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Volume 3, Parte 3, Agricultura, pág. 30-31; 34-35 dos “quadros gerais”. Doravante Censo de 1920.

⁹ Censo de 1920. Volume 3, Parte 3, Agricultura, pág. IV da “introdução”.

¹⁰ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará, 1929, pág. 09.

¹¹ Mensagem do Presidente do Estado do Ceará. 1928, pág. 18.

4.2 CENSO DE 1920: UMA HISTÓRIA AGRÁRIA DA POBREZA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Os dados de todo o censo só podem ser apreendidos com alguma dose de cautela. Informação interessante nesse sentido está contida nas “Instruções para preenchimento do questionário” dirigido aos agentes recenseadores. Lá dizia ser o objetivo único do recenseamento conhecer a situação agrária do país. “Não se trata absolutamente de obter elementos para criação de novos impostos” vaticinava a instrução em itálico.¹² Lendo à contrapelo percebe-se a desconfiança no oposto do dito era existente. De fato seu Dilau lembra de um “romanzo” sugestivo dessa apreensão: “Desde então que a República entrou nosso Brasil, só trouxe fome e peste e imposto mais de mil, para o atraso do pobre e o casamento civil”.¹³ Quantas devem ter sido as supressões ou dilatamentos, arteiramente calculadas com base nessa percepção? O que se esperar de um Estado historicamente ausente e opressor, na figura do recenseador, indo ao encontro da realidade agrícola nos rincões mais inóspitos do campo?

Tomando os dados do extinto município de Entre-Rios, território em que se localizava a maioria das fazendas sobre as quais conhecemos memórias da escravidão e do pós-abolição, e do município de Santa Quitéria, ambos geograficamente pertencentes ao Sertão Central do Ceará, fica patente que o velho quadro de latifúndios e o prestígio gozado pelos fazendeiros ao longo do século XIX cambiara-se para uma outra situação um tanto diversa.

¹² Censo de 1920. Volume I, Anexos (Decretos, instruções e modelos de cardenetas e dos questionários para execução do Recenseamento. Pág. 142.

¹³ Estanislau Ferreira Chaves. Entrevista realizada em 06 de fevereiro de 2011. Pág. 21.

TABELA 1 - MODO DE EXPLORAÇÃO DOS IMÓVEIS RECENSEADOS DO MUNICÍPIO DE ENTRE-RIOS E SANTA QUITÉRIA

| Município | N. de estabelecimentos | Explorados por | % |
|----------------|------------------------|---------------------------------|-------|
| Entre-Rios | 162 | Proprietários | 93,64 |
| | 11 | Administradores ou interessados | 6,36 |
| | 0 | Arrendatários | 0 |
| Santa Quitéria | 127 | Proprietários | 48,10 |
| | 128 | Administradores ou interessados | 48,48 |
| | 9 | Arrendatários | 3,42 |

Fonte: Censo de 1920. Volume 3, Parte 1, Agricultura, pág. 136, 138.

Para o município de Entre-Rios, os dados mostram que a produção da quase totalidade dos estabelecimentos recenseados era tocada diretamente pelo seu respectivo proprietário não sendo encontrado nenhum arrendatário dirigindo a exploração de nenhum estabelecimento rural. A realidade quiteriense mostra um índice em que praticamente as duas metades dos estabelecimentos recenseados se dividem entre os dirigidos por seus proprietários e pelos administradores desses. Tal índice de absenteísmo pode sinalizar para uma economia rural mais dinamizada, voltada mesmo para outro mercado que não o somente de abastecimento interno. O próprio número de nove estabelecimentos aparecerem como “arrendados”, isto é, alugados por seus ocupantes bem reforça essa impressão de dinamismo econômico.

Mas não podemos nos esquecer das fazendas que não foram recenseadas ou simplesmente das que apesar de constar como que ocupadas por “proprietários” tinham suas terras exploradas por um conjunto maior de pessoas. Para efeitos de preenchimento e orientação dos questionários censitários, deveria ser entendido como proprietário

Não só quem dirige um estabelecimento rural, e é dele *único dono*, como também qualquer outra pessoa que, possuindo *parte* do estabelecimento agrícola o explore por sua conta, ou como representante de membros da família, herdeiros e condomínios.¹⁴

¹⁴ Censo de 1920. Volume 1, Anexos, pág. 145. Grifos no original.

No universo demográfico e fundiário perceptível, parece muito pouco provável que não existissem arrendatários ou parceiros nas fazendas sejam médias ou grandes, quando não nas pequenas em que a direção está a cargo de um proprietário. O fato dos números atribuírem supremacia aos estabelecimentos explorados pelos proprietários não deve eclipsar a existência dos moradores, agregados, parceiros, parentes no interior das fazendas, como discutirei adiante com dados obtidos na pesquisa de história oral. Uma hipótese é que quando do recenseamento o proprietário “mais forte” simplesmente excluiu a existência de parceiros e arrendatários da propriedade, afastando possibilidades de questionamento sobre a legitimidade da posse. Daí porque não se deva pensar a ocupação nem o uso da terra, nessas circunstâncias e hipótese específicas, por um prisma meramente nuclear.

Muitos dos entrevistados apontaram em suas lembranças a disseminação do sistema de ocupação da terra e trabalho em que uma ponta — o “morador” sem terra — está atrelado a outra — o proprietário e em sentido mais amplo a família proprietária da terra. Nessa seara, seu Dilau lembra que ouviu muito falar que nas antigas fazendas da família Gonçalves Macêdo¹⁵ os moradores tinham liberdade para escolher onde abrir roçados, possibilidade mesmo da fronteira agrícola ainda com alguma margem de expansão:

Isso aí [as terras] não era medido, tinha era aquele rumo, aquele cálculo. Bom, “mando de tal parte pra tal parte”. Agora depois que a República entrou, entrou [começou a prática de] a tirar o papel de terra, hoje em dia tudo num é escritura... de terra... nos cartório... que pagavam...? Morreu o “véi” tenente, foi partido pros “fi”, pras “fia” que ele não tinha “famía homi”, só tinha três “muié”. Elas casaram, formaram “famía”, já foi repartido pros “fi” delas, pras “fia” pros “fi”, pros genro, ficou tudo por “pedaçin, pedaçin, pedaçin”. Agora nesse tempo, disse que os “véi” eram vivo, [os moradores] “trabaiavam” onde queriam. Pediam o patrão *quero “brocá” um roçado em tal parte* diz que ele dizia *caça a terra que preste* ele não ia caçar não, iam caçar aquele que iam “trabaiár”. [...] Aí iam “brocá” onde eles queriam mesmo. Não tinha dado a liberdade a eles?! Ficassem onde queriam, ouvi muito falar isso.¹⁶

As lembranças do entrevistado indicam não somente a existência do “morador”, mas possibilita interpretar as possibilidades de sobrevivência no sistema

¹⁵ Duas delas constaram no Censo de 1920: Fazenda “Itamaraty” pertencente a João Gonçalves de Madedo e “Serrote” de Francisca Cecília de Macedo, sendo esta proprietária irmã de Ermilina Erquilina de Macedo, vulgo “dona Mulata” com quem tanto conversou nosso entrevistado. Ver Ver Censo de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Ceará, pág. 77

¹⁶ Estanislau Ferreira Chaves. Entrevista em 06 de fevereiro de 2011. Pág. 15-16

de parceria em que estavam inseridos uma vez que o valor cotidiano da terra dependia da sua produção carecendo portanto dos braços agricultores dos moradores. Daí talvez essa “liberdade” de escolha do terreno para expansão da área produtiva. Também, o contraste havido entre o tempo do velho tenente Josino Macêdo (séc. XIX) e o dos herdeiros (séc. XX), sugere avanço sobre as matas na abertura de novos roçados, demanda criada pelo crescimento demográfico, o que talvez ficasse menos possível em fazendas repartidas pós morte do antigo proprietário.

Outro entrevistado, senhor Manoel Luiz de Souza, nascido em 1919, também relata sobre a vida do “morador”, realidade experimentada por ele e seus pais na fazenda Surucutim.¹⁷

Um proprietário daquele, um fazendeiro tinha três ou quatro ou cinco morador né, e ali ele fazia aqueles trabalho com aqueles homens com aqueles morador né. (...) As condições eram muito, muito fraca pra nós. Ali, aqueles fazendeiro é que tinha aqueles morador né, aí ia “trabaiar” com aqueles homens né, aquelas mulher também eram..., todo mundo era cativo pode se dizer.¹⁸

A situação de extrema pobreza, ao se julgar pelas memórias do entrevistado, parecia compor um cenário geral a afligir a todos, proprietários ou não, que invariavelmente são relatados como trabalhadores, distintos nesse sentido da imagem clássica do potentado rural ocioso vigilante dos “seus” homens.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RECENSEADOS NO MUNICÍPIO DE ENTRE-RIOS

| Tamanho (ha) | Pequenos | | | Médios | | Grandes | | | |
|--------------------|-----------------|-------|---------|-----------------|----------|----------------|-----------|------------|-------------|
| | < 41 | 4-100 | 101-200 | 201-400 | 401-1000 | 1001-2000 | 2001-5000 | 5001-10000 | 10001-25000 |
| N. de fazendas e % | 41 | 46 | 45 | 19 | 19 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| | 76,30% | | | 21,96% | | 1,7% | | | |
| Área média | 24 | 62 | 180 | 340 | 592 | 1390 | 0 | 0 | 0 |
| Total ocupado e % | 11.936 hectares | | | 17.708 hectares | | 4.170 hectares | | | |
| | 35,30% | | | 52,37% | | 12,33% | | | |

Fonte: Censo de 1920. Volume 3, Parte 1, Agricultura, pág. 136-137.

¹⁷ Incluída no censo agrícola de 1920 com a denominação de “Barra do Pires”. Ver Censo de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Ceará, pág. 77

¹⁸ Manoel Luiz de Souza. Entrevista em 08 de janeiro de 2009, pág. 14.

Nesse mesma chave de leitura, os dados do censo sobre as dimensões das fazendas, como veremos abaixo, indicam para uma situação de esfacelamento territorial, causa das repartições sucessórias e aumento das possibilidades de aquisição via compra por parte de um conjunto maior da população. A maior parte dos estabelecimentos recenseados no município de Entre-Rios, 132 ou 76,30%, foram conformados na variação de até 200 hectares. Os que variaram de 201 a 1000 chegaram ao número de 38 (21,96%), sendo que apenas 3 estabelecimentos (1,7%) lograram a extensão de mais de 1000 hectares, nenhum ultrapassando os 2000.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RECENSEADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA

| Tamanho (ha) | Pequenos | | | Médios | | Grandes | | | |
|--------------------|-----------------|-------|---------|-----------------|----------|-----------------|-----------|------------|-------------|
| | < 41 | 4-100 | 101-200 | 201-400 | 401-1000 | 1001-2000 | 2001-5000 | 5001-10000 | 10001-25000 |
| N. de fazendas e % | 26 | 46 | 53 | 45 | 45 | 31 | 14 | 4 | 0 |
| | 47,35% | | | 34,09% | | 18,56% | | | |
| Área média | 23 | 65 | 164 | 300 | 634 | 1.393 | 3.014 | 6.145 | 0 |
| Total ocupado e % | 12.280 hectares | | | 42.030 hectares | | 85.375 hectares | | | |
| | 7,47% | | | 25,58% | | 66,95% | | | |

Fonte: Censo de 1920. Volume 03, Parte 01, Agricultura, págs. 138-139.

As pequenas e médias propriedades somam um conjunto de 98,26% dos imóveis recenseados ocupando 87,67% das terras. Ainda que exista um hiato de concentração

TABELA 4 - VALOR DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO A NATUREZA DOS BENS ARROLADOS

| Composição dos valores | Município | |
|----------------------------|------------------|--------------------|
| | Entre-Rios | Santa Quitéria |
| Terras | 509:131 (70,74%) | 2.046:765 (80,90%) |
| Benfeitorias | 191:245 (26,57%) | 479:040 (18,93%) |
| Maquinismos e Instrumentos | 19:275 (2,69%) | 4:050 (0,17%) |
| Total | 719:651 (100%) | 2.529:855 (100%) |

Fonte: Censo de 1920, Volume 3, Parte 1, Agricultura, p. 312-315

entre os aqui chamados “pequenos” e “médios” e mais ainda em relação aos “grandes”, certamente abismo maior era verificado no século XIX.

A realidade de distribuição fundiária do vizinho município de Santa Quitéria aponta para uma concentração mais aguda. Levando em consideração a área total dos estabelecimentos recenseados, percebe-se que os considerados grandes (entre 1001 e 25000 ha) abarcavam o total de 67% das terras, número bastante elevado quando se toma por parâmetro o índice do município limítrofe acima analisado e mesmo o estadual que atingiu a cifra de 41,77%.¹⁹ As pequenas e médias propriedades somavam 33%.

Outro dado interessante para visualização do universo rural estudado é o da composição dos valores atribuídos aos estabelecimentos recenseados. A maior parte do total é gerado pelo valor das terras enquanto que os instrumentos e maquinismos agrícolas ficam com o menor percentual.

Pelos dados apresentados na composição dos valores dos estabelecimentos rurais, pode-se concluir pela expressiva importância da terra atingindo as partes mais robustas do total enquanto que o pequeno percentual atribuído às máquinas e instrumentos agrários é indicativo de que no universo estudado, se referem a foices e enxadas, pás e picaretas em sua maioria, característicos mesmo de uma agricultura levada pela mão de obra humana basicamente. As fazendas dirigidas por não proprietários, sejam arrendatários ou administradores, em Santa Quitéria ocuparam a cifra de 57,40% dos valores totais dos estabelecimentos recenseados, indicativo do caráter comercial da produção em se assumindo a ideia de que de alguma forma os proprietários se apropriavam de partes dessa produção. O valor médio do hectare de terra incluindo as matas localizadas no interior da fazenda, tiveram uma cotação aproximada ficando em 15,05\$ para Entre-Rios e 15,40\$ para Santa Quitéria. Em Entre-Rios cada hectare de terra valia 0,46% do total avaliado para o estabelecimento rural, enquanto que em Santa Quitéria esse índice mais que triplica atingindo o índice de 1,63% o valor de cada hectare na composição do valor total da fazenda.

¹⁹ Censo de 1920. Volume 3, Parte 1, Agricultura, pág. 36-37.

TABELA 5 – PRODUÇÃO DE CEREAIS E OUTRAS PLANTAS ALIMENTÍCIAS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS RECENSEADOS NO ANO AGRÍCOLA DE 1919-1920

| PRODUTO | Entre-Rios | | Santa Quitéria | |
|---------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| | Fazendas e % | Produção (ton) e % | Fazendas e % | Produção (ton) e % |
| Arroz | 13 (7,51%) | 50,2 (7,59%) | - | - |
| Milho | 32 (18,49%) | 418,2 (63,28%) | 5 (1,89%) | 21 (21,14%) |
| Feijão | 47 (27,16%) | 149,5 (22,62%) | 5 (1,89%) | 5,3 (5,33%) |
| Batata Inglesa | 2 (1,15%) | 1,2 (0,18%) | - | - |
| Mandioca | 4 (2,31%) | 16 (2,42%) | 1 (0,37%) | 5,6 (5,63%) |
| Algodão (em caroço) | 1 (0,57%) | 0,5 (0,07%) | 11 (4,16%) | 67 (67,47%) |
| Cana de açúcar | 14 (18,09%) | 25 (3,78%) | - | - |
| Fumo | 1 (0,57%) | 0,2 (90,03%) | 2 (0,75%) | 0,3 (0,3%) |
| TOTAIS | 173 (100%) | 660,8 (99,97%) | 264 (100%) | 99,2 (99,87%) |

Fonte: Censo de 1920, Volume 03, Parte 2, Agricultura, págs. 34-35; 38-39 dos quadros gerais.

A safra agrícola 1919-1920 é também indicativa das flutuações de produção em anos de quadra chuvosa pouco intensa e mesmo do nível geral de riqueza no campo. Sabendo-se que o ano de 1919 passou-se em intensa falta de chuvas²⁰ e avolumados prejuízos na lavoura, temos uma possível explicação para os números abaixo. Enquanto em Santa Quitéria quase que se não verifica produção de gêneros vegetais, não obstante a maior quantidade de fazendas arroladas e maior superfície territorial, para o município de Entre-Rios, mais dedicado a produção de alimentos vegetais embora menor e menos economicamente dinâmico, a produção assoma a quantidade de 660 toneladas contra apenas 99 do município vizinho.

A análise da safra diminuta de Santa Quitéria permite porém algumas considerações. Produtos não imediatamente passíveis de servirem como alimento humano como o milho e o algodão, juntos compreendem 88,61% da produção municipal (21,14 para o milho e 67,47 para o algodão). Produtos de consumo imediato como o feijão e a mandioca juntos chegam a pequena porção de apenas 11% da produção, destacando-se o arroz que não teve resultado computado no censo. O que

²⁰ FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos**. Seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2009.

pode significar isso? Uma possibilidade é que o município de Santa Quitéria, tradicionalmente dedicado à pecuária, sinal de status e riqueza no período colonial e imperial, tenha sido importador de gêneros vegetais dos municípios vizinhos como complementação da pequena produção.

TABELA 6 – NÚMERO DE ANIMAIS NASCIDOS NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS EM 1º DE SETEMBRO DE 1920

| Município | Animais Nascidos | | | | | |
|----------------|------------------|--------|-------------------|-----------|----------|---------|
| | Bezerros | Potros | Jumentos e Burros | Cordeiros | Cabritos | Leitões |
| Entre-Rios | 393 | 52 | 73 | 1328 | 1587 | 505 |
| Santa Quitéria | 1303 | 98 | 197 | 3103 | 3187 | 613 |

Fonte: Censo de 1920, Volume 03, Parte 02, Agricultura, pág. 446-447; 450-451 dos “Quadros gerais”

Deve ser lembrado que o algodão era produto de ponta nas exportações, sendo seu caroço importante fonte de proteínas para o gado vacum. O milho por sua vez somente nos primeiros meses após o plantio serve de consumo imediato e normalmente a maior parte da produção é estocada na forma de proteína animal ou

TABELA 7 - GADO EXISTENTE NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO AS DIVERSAS ESPÉCIES

| Dos 264 estabelecimentos rurais recenseados no Município de Santa Quitéria | Estabelecimentos / % | | Gado | Cabeças | % do total de animais |
|--|----------------------|-----------------|--------|---------|-----------------------|
| | 264 | 100 | Bovino | 9.928 | 33,8 |
| 264 | 100 | Equino | 1.637 | 5,6 | |
| 263 | 99,62 | Assinino e Muar | 1.745 | 5,9 | |
| 169 | 64,01 | Ovino | 6.359 | 21,7 | |
| 234 | 88,63 | Caprino | 8.407 | 28,7 | |
| 173 | 65,53 | Suíno | 1.253 | 4,3 | |
| | | | Total | 29.329 | 100 |

Fonte: Censo de 1920, Volume 03, Parte 01, Agricultura, págs. 442-443 dos “Quadros gerais”.

farinha. Pesquisas etnográficas têm mostrado que a criação de animais de “terreiro” como galinhas e porcos, justamente o meio termo da relação produção (roçado) e consumo (casa) são importantes expedientes de reserva proteica para momentos de

baixa produtividade agropastoril.²¹ O milho é o principal alimento desses animais. Os dados sobre a pecuária dos dois municípios fundamentam essa tese.

Movimento contrário mas oriundo da mesma lógica é o que explica a produção em Entre-Rios. Mais dedicado à produção de subsistência familiar, mesmo em tempos de seca como foi o ano de 1919, consegue produzir mais. A safra de milho e feijão ocupam o patamar superior atingindo o volume de 86% da safra total (63,28 para o milho e 22,62 para o feijão). Abaixo vem o arroz, cana de açúcar e mandioca.

Os dados da pecuária sustentam a tese das diferentes predominâncias econômicas nos municípios analisados. Dos animais de consumo nascidos nas fazendas, somente no caso dos leitões existe uma aproximação de números. Lembrando serem os porcos os animais de menor valorização na pecuária sertaneja.

QUADRO 8 - GADO EXISTENTE NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS SEGUNDO AS DIVERSAS ESPÉCIES

| Dos 173 estabelecimentos rurais recenseados no Município de Entre-Rios | Estabelecimentos / % | | Gado | Cabeças | % do total de animais |
|--|----------------------|-----------------|--------|---------|-----------------------|
| | 169 | 97,68 | Bovino | 3.222 | 23,2 |
| 140 | 80,92 | Equino | 641 | 4,6 | |
| 151 | 87,22 | Assinino e Muar | 860 | 6,2 | |
| 123 | 71,09 | Ovino | 2.781 | 20,1 | |
| 160 | 92,48 | Caprino | 4.742 | 34,2 | |
| 150 | 86,70 | Suíno | 1.618 | 11,7 | |
| | | | Total | 13.864 | 100 |

Fonte: Censo de 1920, Volume 03, Parte 01, Agricultura, págs. 438-439 dos quadros gerais

Considerando em conjunto ovelhas, cabras e porcos, o gado miúdo usado basicamente na alimentação estava presente em nunca menos que 2/3 (dois terços) dos estabelecimentos recenseados. Já os bovinos, tidos como pecuária também para

²¹ Ver GARCIA JR., Afrânio Raúl e HEREDIA, Beatriz Alasia de. "Campeinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil" In. PIETRAFESA, Emilia; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) **Diversidade do campeinato**: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP, 2009. Vol. II. Especialmente pág. 228 e seguintes. (Coleção História Social do Campeinato Brasileiro)

abastecimento externo, os próprios números o demonstram, estiveram presentes em larga escala nos municípios analisados.

Os índices até agora apresentados nos tem indicado a existência de duas realidades distintas para os dois municípios em análise. Se não nos esquecermos que somente as fazendas mais produtivas foram inclusas no censo, e que para Entre-Rios somente 24% do território foi assim classificado, e, para Santa Quitéria 50%, mais que o explícito, ou seja, a dinamicidade de um em comparação com o outro município, cabe-nos perguntar pelo que não fica dito no censo. Refiro-me aqui aos outros $\frac{3}{4}$ de Entre-Rios e a outra metade do município de Santa Quitéria, com produção anual inferior a 500\$000. É esse universo da pobreza rural, dos minifúndios, que parece abrigar parte da população incluindo aqueles que depois de uma ou duas gerações fora da escravidão, atingiram o patamar de pequenos produtores de subsistência. Alguns desses talvez tenham entrado na lista nominal de fazendeiros do censo, mas certamente outros mais não figuraram. É esse universo do “pequeno” que produz para si e os seus, que as memórias dos entrevistados permitem acessar.

4.3 PÓS-ABOLIÇÃO E MEMÓRIA

Não foi sem um tanto de desconfiança que João Lourenço Filho me recebeu pela primeira vez em sua casa no distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria-CE. Naqueles dias de polícia rondando os “matos” qualquer estranho era logo identificado e devidamente posto em interrogações. Nada que a referência a tios e avós residentes ali próximo não desfizesse. João Lourenço Vieira Filho traz no nome a referência ao pai, dono da antiga fazenda Malhada Grande adquirida por compra, e doador do terreno para construção da capela de São João Batista, padroeiro do distrito, uma das maiores glórias para a família. Mas até chegar a condição de proprietário de terras seu João Lourenço Viana trabalhou muito em terras alheias e temos algumas referências de como isso se procedia. Segundo seu filho, nosso entrevistado, a labuta agrária nas terras alheias sob o sistema da parceria era uma tônica generalizada entre os pobres da região, dos quais sua família estava inclusa. O trabalho dos filhos consistia na frente produtiva do núcleo familiar.

Papai abria roçado, quando eu tinha onze ano, meu irmão tinha doze, ele [o pai] comprou logo uns machadin, bateu uns machadin, um pra mim e outro pro Francisco. Nós ia cortando os pau finin e ele ia cortando os grosso. Desde esse tempo pra cá que eu venho todo tempo trabalhando até 1987. Todo tempo sofrendo...²²

Ora, o regime de parceria ainda hoje bastante difundido, era entendido pelo censo de 1920 como aquele em que o “parceiro divide, mediante acordo ou contrato, parte dos lucros produzidos (meia, terça, quarta, etc).”²³ À diferença do parceiro, a relação do arrendatário com o dono da terra engendra, pelo menos em princípio, uma possibilidade de relação monetarizada, em virtude de que além dos produtos, seu uso pela terra pode ser pago em dinheiro. Isso ilumina o porquê de na economia rural do município em inícios da década de 1920 não tenha sido registrados nenhum arrendatário em Entre-Rios ao mesmo tempo em que tenham tido alguma importância no município de Santa Quitéria, visivelmente portador de uma economia mais dinâmica. Mas, ao que se pode concluir do conjunto de fontes orais, o “morador” das fazendas aqui consideradas estabeleciam uma relação que não seria nem exatamente a do parceiro nem a de arrendatário, incorporando muito mais traços de um e de outro sistema de trabalho. De modo amplo o “morador” tem roça de subsistência, tal qual o proprietário da terra, diferenciando no tamanho dos roçados. Sendo o do proprietário maior, exige-se mão de obra dos moradores e de diaristas de outras fazendas, sendo ambos os trabalhadores pagos pelos seus serviços. Como lembrou seu Manoel Luiz em sua entrevista, o dinheiro moeda do trabalhador rural sem terra conseguia-se pela prestação de serviços de abertura de matas, plantação, limpeza das ervas daninhas e colheita da lavoura, em suma, o trabalho da roça nas propriedades que por seu tamanho, exigia contingente maior de trabalhadores.²⁴ Essa parece ter sido prática comum nas primeiras décadas do século XX para um conjunto amplo de não proprietários, inclusive de famílias egressas do cativo.

²² Entrevista realizada com João Lourenço Vieira Filho, em sua residência no distrito de Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 16 de janeiro de 2012.

²³ Censo de 1920. Volume 1, Anexos, pág. 142.

²⁴ “[...] pegava trabalhando com aquele patrão ali conforme seja, antigamente, “peraí” aí então quando dava sábado, você pegava aqueles cem mil réis”. Entrevista com Manoel Luiz de Souza, em 08 de janeiro de 2009, pág. 14

Seu Elias Vital narra que com idade de 15 anos foi trabalhar na fazenda Marrecas à época pertencente a Jonas Martins Braga²⁵. Lá desempenhava todas as fainas agrárias em companhia do seu futuro “compadre Jonas”: “nós trabalhava no roçado, nós trabalhava na roça, nós tratava de gado magro, tirava a rama, alevantava vaca véia caída, trabalhava em cacimba véia de gado, em tudo ele [es]tando mais eu.”²⁶ Tudo indica que as memórias que convergem para a figura de um fazendeiro trabalhador braçal, diferente mesmo da imagem imponente do ócio e poder do latifundiário tradicionais, não se tratam de casos isolados. Outro entrevistado, Simplício Braga de Farias, bisneto, neto e filho de proprietários rurais, ele próprio também o sendo, exemplifica tal percepção ao dizer que “me criei trabalhando na agricultura, não tive estudo, porque naquela época era coisa muito difícil, mas tinha muita inveja de quem sabia ler e aprendi as letras do alfabeto.”²⁷

A capacidade de arregimentar força de trabalho na família também é um elemento importante nas engrenagens do mundo rural. Seu Elias Vital, Elias Júlio, Dilau, João Lourenço Filho e até Maria Gustavo, têm fresco na memória os grandes mutirões (ou “adjuntos”) de que faziam parte sendo beneficiados e/ou beneficiantes. Desse modo, cabe perguntar qual teria sido o peso do trabalho familiar e de diaristas na produção rural e o quanto isso significou para o proprietário do estabelecimento e para o trabalhador. Existia uma demanda por serviços suficiente para que os jornais mantivessem uma família? E em tempos de crise agrária, como essa relação se dava?

De início é preciso que saibamos de uma lógica da economia agrária. Diferente dos ritmos urbanos e industriais em que certo atraso pode ser recompensado pela aceleração da produção em momento posterior, para o mundo rural há situações em que a postergação de determinadas atividades significa perda de produção num ciclo produtivo inteiro. Daí por que se tenham momentos de alta necessidade de trabalhadores em oposição de vazios mais ou menos longos. São nos momentos de picos que o peso da família numerosa se fazia. Seu Elias Júlio durante infância e juventude trabalhou como “ajudante do pai”, ou seja, o pai era contratado e

²⁵ Quando do recenseamento em 1920 a fazenda pertencia a Miguel Martins Braga

²⁶ Elias Martins Vital. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Cariré, em 12 de fevereiro de 2012.

²⁷ Entrevista com Simplício Braga de Farias, Sobral, pág. 09.

o filho Elias era considerado trabalhador extra para o contratante. Em narrativas sobre sua vida de trabalhador rural, seu Elias diz que assim foi construída sua fama de bom capinador, redendo-lhe convites para trabalhar em vários adjuntos “no meio dos homens formados” (pais de família).

Criado como escravidão, meu pai me fazia como um escravo pra trabalhar pra dar de comer aos outros irmãos meu que eu sou o irmão mais velho... trabalhando pro papai nessas casa aí a negrada levava eu mais o papai [e ele] dizia “você vão pagar pra nós num dia só”.²⁸

Rememorando os tempos de solteira, moça, dona Maria Gustavo não disfarçou seu desacordo com a postura do pai, Gustavo Tibúrcio de Mesquita, que ao contratar numeroso conjunto de trabalhadores não eximia suas seis filhas do trabalho com enxada junto aos irmãos homens e aos “de fora”.

O papai meu “fi” botava trabalhador [na quantidade] de dez, de dez... taí, esses nego aí trabalhavam pra ele, eles contam, um João Filho daquele, João Filho da rua [Malhada Grande]... agora é que os outros já morreram... [esses trabalhadores] trabalhavam pra ele [Gustavo]. Botava trabalhador, tropa de dez trabalhador ele botava, dez, doze, e tinha mais meus irmão. Aí chegava no roçado, nós ia tudim pro roçado, com tanta vergonha, tudo com as enxada no ombro não é, os trabalhador e nós de um lado. Era seis moça aqui em casa.²⁹

Elias Martins Vital narra sua posição de controle da força de trabalho contratada esporadicamente para dar conta do alto volume de produção da fazenda Marrecas, onde viveu intercalando de tempos em tempos com o teto familiar antes de casar-se.

Às vezes botava dez, doze trabalhador, quinze, mas eu ficava no comando. Às vez ele tinha uma viagem pra fazer, aí porque ele botava roçado grande, trinta quarenta litro de milho, nesse tempo a gente brocava roçado, madeira, matona grande, brocava derrubava palha, era um serviço meio difícil, aí quando as “veze” ele botava um adjunto eu ficava de dono do serviço. [...] Ele saindo de casa pra fazer uma viagem se eu ficasse na casa dele cuidando das luta dele, tinha os filho dele, ele saía tranquilo, sabia que tinha uma pessoa de confiança. É tanto que eu casei e morei sete ano distante da casa dele e ele ficou pelejando até eu vim morar pertin da casa dele.³⁰

Mesmo após o casamento, a situação de pai de família impunha a busca por autonomia que encontrou sendo morador do agora compadre Jonas Braga.

Ele disse “Elias, vamos morar comigo, vamo morar mais eu, tu vai trabalhar na minha terra, tu não paga renda, tu pode criar teus filho, tu pode criar

²⁸ Entrevista com Elias Julio de Sales, em 29 de maio de 2011, pág. 01.

²⁹ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em 28 de maio de 2011.

³⁰ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, pag. 4.

tudo que tu quiser, mas eu não te quero pra tu ser meu escravo, eu te quero tu pra ser companheiro da minha família e meu companheiro. [...] Tu pode fazer o teu roçado, plantar teu milho teu feijão, teu algodão teu arroz, tudo que tu plantar tu não paga renda, trabalhar pra mim só se tu tiver tempo, eu não tiro de tu ganhar teus dinheiro que tu tem muito filho, eu não posso te dar nada” aí eu era morador livre.³¹

Sendo “morador livre” a situação apontava para o reverso, isto é, as situações de subordinação a que poderiam estar submetidos os moradores sem terra, sujeitos de uma lógica complexa de fidelidade e assistência, características do mundo rural estudado.

Ao se julgar pelas memórias dos entrevistados, a diária pelo serviço agrícola contratado não supria as necessidades de uma unidade familiar, principalmente quando o trabalhador alimentava-se “às custas da casa”. O jornal semanal subtraído as refeições não dava para socorrer as “precisões” da família. Tal é a ideia que se pode formatar pela experiência de seu Elias Vital. Diz ele que

Você trabalha ganha aquele pequeno salário, você almoça e janta, mas os outros que estão em casa, com aquela mixarizinha não dá pra encher a barriga né. Aí eu junto com o meu irmão o João Vital que era mais velho [...] disse assim “vamos trabalhar, pra nós tirar a nossa mãe da escravidão de trabalhar de mais e nossos irmão mais novo de passar fome, comendo de litrin vindo de budegas?” “vamo”, aí nós passemos a plantar em 1939 nós começemos a fazer lavra, 1940 fizemos muita fartura, a nossa casa se transformou-se em casa de muita fartura. A riqueza do pobre era milho no paiol, feijão no depósito, criar galinha, porco, criação [de caprinos e ovinos], era a riqueza do pobre, principalmente os que morava nas terra dos outros.³²

Os casos específicos acima citados possibilitam enxergar algo do mundo rural vivenciados pelos narradores na Primeira República. Trata-se de um reordenamento das balizas de riqueza e poder na região. A hipótese é de que na virada do século XIX para o XX, mais especificamente no pós-1877 e pós-1884, as fazendas grandes tenderam a tornar-se médias, as médias pequenas, e as pequenas mais acessíveis aos historicamente excluídos da propriedade fundiária. Nesse ínterim, toda uma bagagem de experiências que tinha na família seu lócus de articulação, ganha uma nova significação social para os projetos de sobrevivência e melhoramento social. O trabalho está no centro dessa transformação. Ao que tudo indica, a posse de terras não era suficiente para o exercício do poder político e econômico, o sendo por outro

³¹ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, pág. 5

³² Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012, pág. 4.

lado, a capacidade produtiva da terra. Essa por sua vez era dependente de aspectos naturais (chuva e adequação do solo) e sociais. Terra rica é aquela sobre a qual existem trabalhadores produzindo. As memórias que aqui ressaltamos indicam esse universo e as possibilidades de atuação abertas nessa situação. Ora, se o proprietário fundiário “grande” depende da força daqueles que cada vez mais acessam algum torrão para seu sustento, cria-se um espaço de barganha em que as negociações de parceria, arrendamento e uma certa “ética camponesa”, apontam para os caminhos que a liberdade vinham oferecendo aos egressos do cativeiro. A instituição familiar dos trabalhadores rurais pobres congrega essas experiências. O trabalho familiar é sua ferramenta.

O que se entende como “trabalho familiar”? Não se trata absolutamente de uma categoria abstrata, genérica. A análise sobre os modos de existência no campo, nas primeiras décadas do século XX, deve manobrar algumas variáveis de grande importância no interior do que estamos chamando de “trabalho familiar”. Uma delas responde às demandas por mão de obra ocasional em empreendimentos agrícolas de maior monta; outra se refere aos significados do trabalho no interior das gerações que habitam o mesmo lar, isto é, entre pais e filhos(as) em dois ou três patamares. No primeiro caso, os pais de família que detinham um maior contingente de filhos poderiam mobilizar essa força agregando valor ao seu trabalho, tanto que enquanto os filhos não se casam, seus labores agrários são caracterizados como “ajuda” aos pais e não “trabalho” propriamente dito. No segundo caso, e em decorrência do primeiro, o casamento dos filhos os insere no mundo do trabalho face à necessidade de manutenção de um novo “fogo”, nova “cozinha”, nova unidade de consumo e de produção para esse consumo — momento de inflexão no interior da unidade familiar primitiva em que os acúmulos de víveres, necessários para momentos de menor oferta de trabalho e alimentos na economia doméstica, poderiam ser mobilizados para dar o pontapé inicial da nova família³³. Assim não só existem “formas sociais de se lidar com variações climáticas e sazonais a cada ciclo agrícola, [como também] há formas sociais

³³ “Aí eu me casei com o Alberto do “Bobô” e fui morar no Riacho do Pires, morei lá dois anos e de tudo de toda sementinha eu levei. Levei cinco marranzinha de ovelha, levei criação de galinha, levei uma vaca com um bezerro, uma vaquinha dando leite.” Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em sua casa na fazenda Extremas, Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 17 de janeiro de 2009. pág. 15.

para se enfrentarem as modificações impostas pelo ciclo biológico das pessoas e pelo ciclo de vida do grupo doméstico a que pertencem.”³⁴

4.4 UM LIBERTO MORENO EM TEMPOS DE ESCRAVIDÃO

Para seu Elias Vital, dona Maria Gustavo e João Lourenço Filho, primos uns dos outros, não foi motivo de receio admitir que nas raízes de suas famílias existiram homens e mulheres que viveram com a liberdade cerceada. Esse tempo ficou no passado e lembrá-lo serviu muito mais para reforçar as diferenças hoje construídas, valorizando as conquistas de duas, três gerações, do que como aspecto que poderia depreciar a imagem que se tem. Todavia, muitas águas passaram sob a ponte entre o discreto passado escravo dos ascendentes e o presente cidadão e digno. São questões a serem tratadas mais adiante. Cabe por ora, analisar uma experiência de liberdade em tempos de escravidão, vivenciada pelo avô de dois entrevistados acima citados. Trata-se de André Lourenço Vieira, pai de Rosa Firmino, mãe de Elias Vital, avô portanto de nosso entrevistado; o mesmo André era também pai de João Lourenço Vieira, pai de João Lourenço Filho, avô portanto de nosso outro entrevistado. São pelas memórias dos dois netos que tentaremos nos aproximar dos significados da liberdade para os “morenos” egressos do cativeiro.

Ainda não consegui balizar temporalmente a vida de André Lourenço, apesar de que seja possível colocá-la em traços largos na segunda metade do século XIX, ao se considerar as informações de seu neto João Lourenço que nasceu em 1919 sem conhecer o avô vivo. Sabe-se também que ele fora casado com Raimunda Inácia do Espírito Santo e morou numa fazenda chamada “São Lourenço” antes do filho João Lourenço Vieira formar-se homem e constituir família.

Nosso entrevistado João Lourenço conta uma história em que seu avô foge de uma fazenda e sendo acolhido noutra, o proprietário dessa não permite que ele seja retornado, aparentemente, apropriando-se dele ao comprar sua alforria. Fazendo-se o

³⁴ GARCIA JR., Afrânio Raúl e HEREDIA, Beatriz Alasia de. “Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil” In. PIETRAFESA, Emilia; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. São Paulo: UNESP, 2009. Vol. II. Pág. 231. (Coleção História Social do Campesinato Brasileiro)

tal fazendeiro do passado seu João Filho narra que “(...) o patrão dele foi lá pra comprar ele novamente, ele [o fazendeiro] disse ‘não[,] nego desse não se vende, deixa ele aqui mesmo’ aí ficou, comprou alforria.”³⁵ O que se destaca da história são dois aspectos também presentes e mais claros na narrativa seguinte: a transição da escravidão para a liberdade; relações hierárquicas horizontais no reconhecimento da liberdade do liberto.

Elias Vital narra uma história sobre seu avô, contada pelo seu tio João Lourenço Vieira, o qual dá voz na narrativa. A citação é longa embora não cansativa.

Meu pai André, era do tempo dos escravo, mas no tempo dos escravo existia um direito às vez um rapaz muito trabalhador por meio de bravura ou qualquer coisa, se libertava, patrão dava a liberdade a ele, chamava alforria. Ele [André] era forro. Ele trabalhava como diarista mas não como escravo, no dia que ele tivesse com o patrão e o patrão o aborrecesse, ele desatava a rede e ia embora. O patrão não podia assujeitar que ele era liberto. Então ele trabalhava numa fazenda com um senhor rico e nesse tempo as águas eram difícil, você sabe que o Ceará era seco, tinha os ponto consignado do gado beber e tinha um senhor que tinha uma cacimba de gado, que o gado bebia e... sempre tem gente mais ruim, e para o gado dos vizin não beber mandou cercar a cacimba, botar porteira e amarrar com corda que era pra ninguém entrar e o meu avô que trabalhava com o outro morador vizin foi dar água ao gado do patrão. Quando chegou lá meio dia, que o gado bebe nove pras dez hora, a porteira tava fechada e amarrada de corda, aí ele pensou “pra mim voltar pra casa com o gado do meu patrão que história é que eu tenho pra contar?” nesse tempo a gente tinha o direito de andar com uma faquinha de lado, [ele] puxou a faca, cortou as corda que amarrava a porteira tirou os [inaudível] da porteira, rebolou tudin de lado e deu água ao gado do patrão dele, voltou pra trás. [quando] Chegou não disse nada ao patrão, não disse o que é que tinha acontecido. Aí o dono da terra mandou mais tarde o escravo ir dar água ao gado, chegou na porteira tava aberto e chegou e disse “patrão, a porteira tava aberta” e diz assim “e quem foi?” “e não sei, sei que tinham visto uma pessoa lá que cortou as corda e rebolou os pau de lá e disse que tinha dado água ao gado lá, a cacimba tava toda pisada do gado” aí o patrão ficou calado aí procurou saber quem era aí disseram assim “foi o André, aquele... escravo, aquele morador, aquele trabalhador que trabalha lá com fulano de tal” ele não chegou a dizer o nome. Aí o patrão disse assim “pois diga a esse senhor lá que eu quero comprar aquele nego, que esse nego vale muito dinheiro, nego disposto desse é possível até ser segurança da gente”. Aí mandou chamar, aí o patrão disse “diga a ele que esse moreno não se vende por dinheiro nenhum, uma [por] que ele não é escravo e é um moreno de muito valor e não se pode vender, ele tem a carta livre pode trabalhar, pode viver a vida dele, ninguém pode prejudicar a vida dele.” E assim ele era um homem muito disposto e viveu até... não se assujeitava a homem nenhum, os direito era dele.³⁶

³⁵ Entrevista com João Lourenço Filho, realizada em 16 de janeiro de 2012.

³⁶ Entrevista com Elias Vital, realizada no dia 12 de fevereiro de 2012. Pág. 01.

A narrativa permite muitas reflexões. Primeiro a condição de morador nos últimos tempos da escravidão parece muito aproximada a do escravo, e do liberto, haja vista a realização das mesmas atividades e o próprio convívio no mesmo estabelecimento rural, como se pode depreender da passagem em que fica dito que o escravo do “dono” da cacimba fez o mesmo trabalho de André, isto é, dar água ao gado na cacimba. A diferença talvez entre esses fosse não somente a condição civil mas também e fundamentalmente, a racialização dessa condição, questão aliás, primordial da história toda.³⁷ O que está em jogo é também o fato de que apesar do morador sem cor, do liberto moreno e do escravo estarem fazendo a mesma atividade, André justamente por ser moreno foi alvo de tentativa de compra, o que da margem para pensarmos numa liberdade fragilizada, condicionada mesmo ao reconhecimento dessa condição no âmbito das relações pessoais por ele estabelecidas. Não bastava a “carta livre” que dava a André a condição de forro, mas o conhecimento e aceitação de todos, mormente aos poderosos a quem se dedicava como diarista, de sua condição “valorosa”, referência aos seus valores morais como dedicação ao trabalho e fidelidade ao patrão, ainda que sua cor morena não seja subtraída do discurso tanto tempo depois dos fatos narrados.

De modo muito semelhante ao concluído por Hebe Mattos, a “experiência de liberdade” dos homens livres despossuídos no final do regime escravista foi sendo apropriada pelos libertos. “Mobilidade e autonomia eram os signos mais fortes a identificar essa experiência, que se fazia, entretanto, estreitamente associada a relações costumeiras, de forte cunho pessoal e, muitas vezes, hierárquico”³⁸. Somente operando com as relações de força locais, com as possibilidades de sobrevivência na prestação de serviços agrários, com a própria liberdade de ir e vir ainda que condicionada a esses elementos, é que André e quantos outros libertos que não conhecemos tinham a possibilidade de não se “assujeitar” a homem nenhum, a liberdade de “desatar” sua rede e partir para outra fazenda quando se desentendesse

³⁷ Sobre processos de racialização no Brasil ver dentre outros ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; MATTOS, Hebe. **Marcas da Escravidão**. Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil. Tese (Titular). Niterói: História/UFF, 2004 e MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Cláudia Barcellos (Orgs.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

³⁸ MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, Séc. XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pág. 336.

com o “patrão” e não “senhor”, de ter “os direitos dele”, para usar a expressão final do narrador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ADENTRANDO AS SALAS DE REBOCO DAS FESTAS RURAIS E SUAS CLASSIFICAÇÕES RACIAIS: PRESENTE E PASSADO NAS MEMÓRIAS ORAIS

O clima tenso estava criado desde cedo, embora aparentemente a festa corresse em perfeita normalidade. O vento que de vez em quando deixava os brincantes no breu apagando o fogo da lamparina externa a casa, no que insistentemente um menino tornava a acendê-la nunca se esquecendo de pôr-lhe combustível. Por vezes chegava um mais desprevenido, e sem o paletó alinhado, não tinha coragem de adentrar na sala em que dançavam os prevenidos “empalitozados”. Ficava de fora a espera que um solidário camarada emprestasse o traje, fazendo companhia aos ébrios do botequim no terreiro. O som que saía da harmônica, pandeiro, banjo, clarineta, bombo, era a alegria da rapaziada e moças daquele animado sertão. Só paravam de arrastar sandálias e sapatos luzidos quando da necessidade de aguar o chão de terra batido diminuindo a poeira no interior e exterior da casa festeira; para recolher as cotas a pagar os tocadores; ou, por fim, quando um ou mais valentões sacavam de suas facas e tilintavam faíscas no ar. Corria toda a gente, às vezes corria sangue, às vezes não... Mas naquela noite, naquela festa, o clima estava tenso pois que um jovem moreno, com todos os predicados de bom trabalhador, mas moreno, rondava uma jovem donzela, alva, de família tão branca quanto ela. Os dois enamorados de conquista traçada à base de envios recíprocos de

“lembranças”, pouco podiam fazer, pois que na *separação da sala dos morenos da sala dos brancos*, estacionaram dois seguranças vigilantes dos movimentos do rapaz e da moça. Uma rotineira briga interrompeu os toques e espantou todo mundo da casa, inclusive os “guarda-moça”, mas o pai dela foi mais esperto e a roubou do recinto antes que o jovem moreno o fizesse. A briga se esvaneceu, a música recomeçou, mas não foi naquela noite a vez do final feliz.

A pequena história acima é uma elaboração reduzida de um caso concreto. Passou-se na fazenda Passagem, Santa Quitéria-CE, início da década de 1940. Aqui está para iniciarmos nossas considerações sobre os paradoxos do processo de emancipação escrava e seu legado para pensarmos o pós-abolição no sertão cearense, tomando por princípio as questões discutidas anteriormente. A separação racializada de espaços no interior da casa festeira é apenas uma faceta local da separação também racializada da sociedade pós-abolição em que estavam inseridos. A discussão não é nova e de fato teve várias abordagens ao longo do século XX.¹ A hipótese é de que o processo de racialização perceptível na sociedade estudada está contido na luta mais ampla por reconhecimento de direitos, de alargamento do alcance da cidadania, situação perpassada pela construção de identidades e hierarquias também racializadas.²

Dona Maria Gustavo parecia numa das primeiras entrevistas, pouco preocupada com a segregação no interior de sua própria casa, quando da realização de uma festa promovida por seu primeiro marido, tocador de pandeiro nessas ocasiões.

(...) nós “fizemo” duas festa né, fez duas festa. Aí dos que chegavam lá, as branca que chegavam lá e diziam assim: Alberto, (...) tu faz um pedido a nós? Ele dizia “eu não sei, o que é, o que é que vocês tem”, que a fala dele era assim “o que é que vocês querem?” “Separe uma salinha pra nós” [responderam elas]. “Tá bom.” A casa era grande né, “casona”. “Separo...” e separava “mermo”. (...) Dava as salas pra elas né, ora nós dava queria saber se dançava, se dissesse que não tinha separação elas não dançava e agente não pegava aquele “dinheirin” né das cotas.³

¹ Sobre o assunto ver especialmente “Experiência e Narrativa – o pós-abolição como problema histórico” em MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Pág. 13-34

² *Idem*, pág. 28-29.

³ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada na fazenda Extremas, Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 17 de janeiro de 2009, Acervo LABOME, pág. 13.

Situação bem diferente da observável em outras entrevistas mais recentes em que surpreendentemente surge um discurso familiar e pessoal racializado. Depois de relatar sobre o processo de mistura de negros com brancos, situação recente na comunidade local, a entrevistada rememora quando a separação era mais nítida e por vezes tensa.

Os branco queriam ser muita coisa meu “fi” de primeiro ave Maria de primeiro o povo se julgava de mais, era um orgulho “horrive”. Não pegavam nem em mão de nego. Tem brancos por aqui que não pegavam a mão da Maria Gustavo porque era nega num é! Era nega... Passavam “Tudo bom Maria Gustavo, tu ainda é viva?” era assim “Tu ainda é viva, pensei que tu já tivesse era morrido” era assim as frase delas de primeiro, comigo era assim... agora mudou muito, agora mudou mais. Agora já conhece, já pegam em mão de nego, mas ainda olham pra aqueles nego pra ver se tão com a roupa limpa, pra ver se tão com as mão limpa...⁴

O “agora já conhece” significa “agora já reconhece”. O que está em jogo aqui não são simples “questões de vizinhos”, mas diferenciações sociais em que a marca racial delimita as barreiras de interação e reconhecimento social, criando as balizas próprias da estratificação familiar em sentido amplo, individual em se olhando mais de perto. Argumentando que os negros do distrito de Malhada Grande são todos pertencentes a mesma família, e que por fim estes são originários do tempo da escravidão e da própria violência do sistema, dona Maria Gustavo lamenta o sofrimento de suas tias-avós, mostrando a profunda diferenciação por ela observada ao longo do século XX. Da estratificação escancarada, percebe agora o interesse na “mistura”

Da Malhada Grande a raça é uma só e agora misturando com branco não tem mais esse negócio de *tarem* ainda se classificando, os branco já tão é querendo traçar com nego... tão traçando com nego aqui. (...) tem uns diabo mais preto outros mais claro, tem uns até que a gente pode olhar por ali tem umas nega meia amarelada, mas são das mesma nega daqui, tudo meus parente.(...) Essa família [de brancos] que se julga muito... os mais velho se julgavam de mais, os mais novo tão mais ou menos por que tem que aprenderem, tão estudando tem que saber que a vida não é assim do jeito que pensam não né... é diferente. Que é certo é que traçou tudo, traçou. Ninguém não sabe mais quem é nego e nem quem é branco... quem é nego não quer ser... “*não, eu não sou nega pura não... tenho uma mistura*” Eu sou pura.⁵

⁴ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada na fazenda Extremas, Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 28 de maio de 2011, pág. 03.

⁵ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada na fazenda Extremas, Malhada Grande, Santa Quitéria-CE, em 28 de maio de 2011, pág. 03.

Associada ainda a uma representação de inferioridade, disfarçada na jocosidade e mesmo no caráter eufêmico do termo “moreno(a)”, a adesão a uma categoria racializada, expressa na palavra “negro(a)”, apresenta-nos em elementos nítidos uma politização da cor, fenômeno das novas circunstâncias da luta por direitos sociais da contemporaneidade. A “pureza” da cor reivindicada por dona Maria Gustavo não está ancorada somente na filiação a uma identidade familiar negra, mas também, e em consequência direta, ao resguardo do patrimônio familiar que uma memória étnica o faz mais eficazmente. Em outras palavras, a história da fazenda Extremas se constituiu ao longo do século XX como sendo um lugar dos negros, tornou-se terra de negro, da família negra, das irmãs, irmãos e sobrinhos de Maria Braga ou Maria Negra ou Maria Florisbela como foi registrada no censo de 1920. Morrendo sem deixar filhos, foi sua extensa família a que se apossou do que julgavam ser de seu direito, não sem conflitos com vizinhos, brancos por sinal. É por isso que devemos retornar à história da fazenda Extremas para entendermos os significados históricos das memórias étnicas de sua mais antiga moradora.

RETORNANDO À FAZENDA EXTREMAS

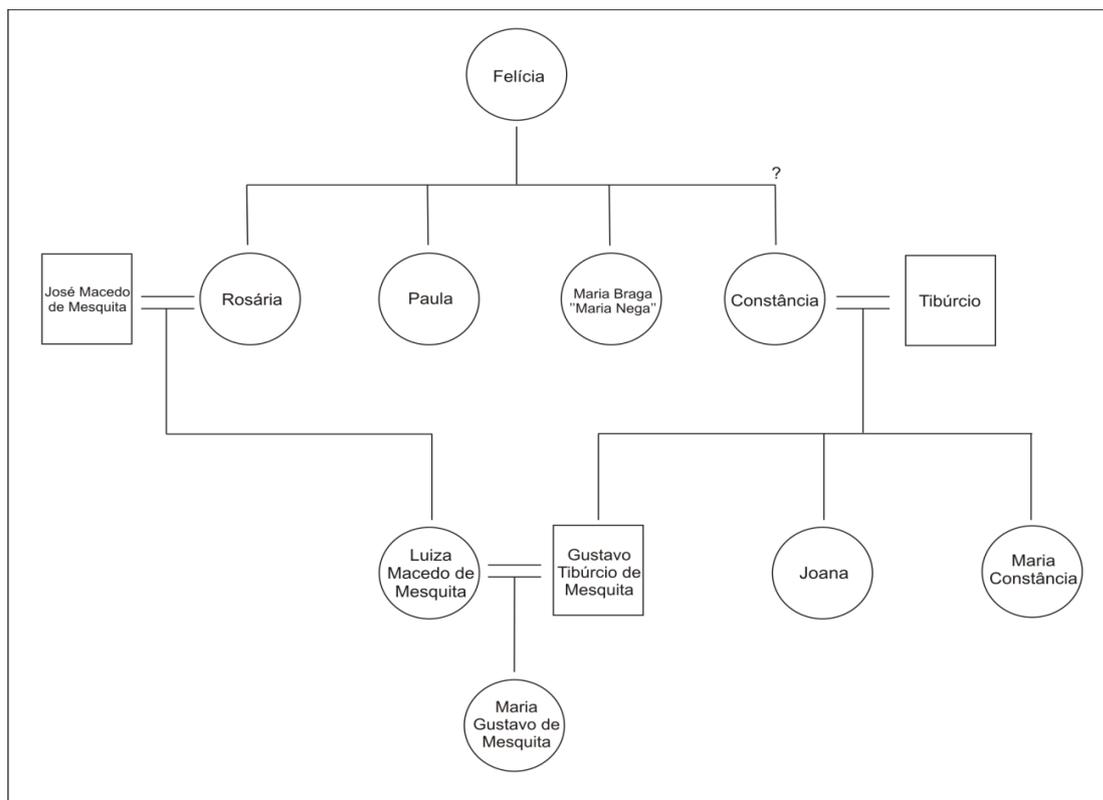
As lembranças da transferência familiar da casa que a viu nascer na fazenda “Cai Coelho”, margem do riacho do Pires, para a fazenda Extremas, margem do rio Jacurutu, aparecem nas narrativas de dona Maria Gustavo como um momento de incertezas. O pai havia se “desgostado” com um vizinho.⁶ A mudança deu-se em 1939 quando tinha 13 anos completos. À essa altura a antiga proprietária já parecia ter morrido pois que seu Gustavo comprara alguma parte de terra de herdeiros, sendo ele próprio um dos que possuía direitos sobre a terra, e também sua esposa, mãe da entrevistada. Abaixo, temos um pequeno esboço da genealogia de nossa entrevistada, construído com base das memórias e fontes paroquiais do fim do XIX.⁷ Daí pra frente, a fazenda tornou-se moradia segura da primeira geração liberta e das livres que se

⁶ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em sua residência no dia 17 de janeiro de 2009. Pág. 17.

⁷ Ver especialmente capítulos III e IV de MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Você quer saber história velha eu vou contar*: lembranças e vestígios do tempo do cativo. Monografia de graduação em História. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, 2009.

seguiram pelo século XX. Seu Elias Vital acrescenta informando que a Fazenda Extremas foi adquirida por compra por parte de Maria Braga (Maria Nega, Maria Florisbela) sobre terra de mesmo nome pertencente a seu irmão por parte de pai, Eduardo Braga, filho “legítimo” de Domingos Braga e sua esposa. Após a venda, Eduardo teria ficado somente com a fazenda pelo lado direito do rio Jacurutu enquanto que Maria com cem braças do esquerdo.⁸ O próprio entrevistado Elias

GRÁFICO 2 – ORGANOGRAMA GENEALÓGICO DE MARIA GUSTAVO DE MESQUITA



morou tanto num como no outro lado da fazenda, antes de casar-se no final da década de 1940.

Das lembranças das origens até o momento mais tenso experimentado pelas famílias situadas na fazenda Extremas, grande é o lapso de que temos poucas informações. Sabe-se no entanto que as terras tinham dimensão suficiente para abrigar roças produção de alimentos de seus moradores. Sabe-se também que a

⁸ Entrevista com Elias Martins Vital, realizada em 05 de fevereiro de 2012,

fazenda representava até uma garantia habitacional pois facilmente abrigaria residência para os novos casais que viessem a surgir. As entrevistas de dona Maria Gustavo ressaltam isso.

[as áreas de plantio] era lá nos fundo das terra lá pra banda do riacho dacadá. (...) essa garrinha de terra papai comprou. Ele já tinha uma herancinha da família dele da mãe dele, aí comprou mais um pedaço de terra, daquela cerca pra lá que era nossas terra, ainda tinha pra lá, aí veio um sabidão, inteligente, comprou uma terra de um cara que vendeu sem ser dele, vendeu um pedaço de terra nossa... as nossa terra era mais pra lá, aí ele comprou, fastou [a cerca] e nós não tinha isso aqui [movimento com os dedos indicando dinheiro]... nesse tempo tudo era no dinheiro, aí ficou nisso né. Mas aqui é nosso, graças a Deus é meu mais de minha raça, até na beira do rio aculá é nosso. (...) Daqui meu “fi” todo nego da Malhada Grande tem parte aqui nessa terra das Extrema, quanto nego tem tudo tem parte nessas Extrema, nem que seja assim uma polegada pra cada um mas tudo tem parte...⁹

A segurança alimentar e habitacional são duas grandes potencialidades advindas da posse fundiária. Ambas se inscrevem como conquistas de autonomia que dificilmente se obteriam em espaços não próprios sem a concorrência de relações verticais e horizontais de amizade. Daí se explique o porquê da perda de terras, para além do óbvio prejuízo patrimonial, também assumir o caráter de perda de autonomia, marca indelével da vida em liberdade.

A “garrinha de terra” que sobrou ou o “bolão de barro” como certa vez se referiu dona Maria Gustavo sobre o chão que habita, foi o que restou da contenda com um vizinho descendente da antiga família senhorial, branca. Pelo que as lembranças nos permitem compreender, o fato se deu sob a justificção de que havia nas proximidades da fazenda Extremas terras de um religioso que sendo vendidas por um de seus herdeiros, alegando tal e tal dimensão, na verdade arvorava-se sobre a fazenda abarcando-a dos fundos à frente, na beira do rio Jacurutu. Se não fosse a intervenção de João Vital, primo de dona Maria Gustavo, “nego sabido e entendido de leis”, irmão de nosso entrevistado Elias Vital, toda a terra das Extremas teriam passado para a propriedade de outra pessoa, ironicamente familiar, embora identitariamente não.

João Vital foi quem defendeu as terra das Extremas e pagou o INCRA até morrer (...) aí o João Vital veio, desviou, e deixou... lá do meio das terra pra

⁹ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em 28 de maio de 2011.

diante, tirou o travessão, defendeu, e lá do meio das terra repartiu com o [suposto comprador]. Eles ficaram com o fundo da terra e o povo da Malhada Grande ficaram com a parte da beira do rio. (...) Se não fosse o João Vital, os branco tinha...¹⁰

Já no relato de dona Maria Gustavo, que testemunhou a discussão sobre a posição da cerca e conseqüentemente sobre os limites das propriedades do vizinho, a ação de João Vital aparece de modo mais enfática. Quando chegava ela de uma viagem presenciou seu primo impondo que dali “pra frente não se media mais nem um palmo” ao que foi advertido sobre a possibilidade de sua “intromissão” “dar cadeia” sendo rechaçado por João Vital advertindo que a situação ali criada poderia “dar sangue também”.¹¹ Sobre a legitimidade da propriedade pouco se sabe, pois que ambas as partes alegaram ter “papéis” fundamentando seus intentos. Ao que tudo indica, um acordo em que ambas as partes cederam em alguma medida foi a solução para o impasse. A terra foi dividida e as famílias das Extremas perderam os antigos “fundos” da fazenda destinados ao plantio de alimentos. A querela unicamente registrada na memória dos mais velhos envolvidos nos permite algumas conclusões. Primeiro a força do Estado como legitimador da posse. Não sentido, os papéis do INCRA(?) justificavam os argumentos dos familiares moradores na fazenda. Segundo, o atrelamento da terra a um discurso étnico, de memória racializada, mostrado importante na legitimação da terra. Ora, como poderia ser vendida uma terra que há gerações pertencia aos herdeiros da tia “Maria Nega”, perguntavam-se seus descendentes naquele momento; como a terra destinada aos roçados de alimentação e habitação de pelo menos quatro gerações de descendentes poderia passar para posse individual de uma pessoa de fora da família? Não é descabido pensar que se todos os familiares da antiga proprietária fossem reivindicar sua “polegada de terra” nas Extremas ela se tornaria inviável para a habitação e alimentação dos ali fixados. Mas mais inviável ainda seria aceitar uma história que punha por água abaixo décadas e décadas de memórias e identidade familiares ali enraizadas.

MEMÓRIAS, CULTURAS POLÍTICAS E CULTURAS HISTÓRICAS

¹⁰ Entrevista com Elias Vital, realizada em 12 de fevereiro de 2012.

¹¹ Entrevista com Maria Gustavo de Mesquita, realizada em 28 de maio de 2011.

As memórias da escravidão, abolição e pós-abolição somente podem ser compreendidas em densidade se as encarmos como “culturas políticas” e “culturas históricas”. O primeiro conceito na acepção de ferramenta para compreensão dos sentidos que determinado grupo empresta a uma dada realidade social em certa circunstância espaço-temporal está relacionado ao segundo, que opera com os modos pelo quais uma sociedade relaciona-se com seu pretérito criando narrativas e referências sobre ele.¹² Desse modo, o passado enquanto elemento presentificado pela memória, se faz dentro de circunstâncias específicas e a partir de chaves de leitura que são políticas. Assim, anco-ro-me na idéia de que

(...) o processo de construção de uma cultura política incorpora, sempre, a eleição de uma dada memória e de uma certa leitura — política — do passado. Memórias seletivas e leituras do passado atribuem significados positivos e/ou negativos a períodos, acontecimentos, personagens, obras etc. Tais leituras e enquadramentos de memórias permitem associar uma dada cultura política a uma determinada cultura histórica, compreendendo esta última como o modo como uma sociedade — ou uma parte dela — lida com seu passado.¹³

As memórias orais que se fizeram presentes nessa discussão não são meramente lembranças do passado, mas são também modos de instrumentalizar o pretérito em vistas nas latentes questões do presente e futuro. Não me parece ser outro senão o reconhecimento dos direitos de cidadania, o sentimento que move essas leituras. Sugerir o passado escravo de uma família e a existência de diferenciações jurídicas entre seres humanos numa dada região e temporalidade, é o contraponto negativo de um lado, e por outro “positivador” das conquistas daqueles que não são escravos, que não se veem como diferentes em essência mas somente nas oportunidades que lhe foram franqueadas pela vida. Nesse mesmo ínterim, sem cair em contradição, não negar a diferença de cor, elemento discursivo racializado, indica a busca por igualdade na diferença. Identidades, memórias e etnicidades guinam à esquerda e à direita, entre a igualdade e a diferença, conferindo significados múltiplos para o passado.

¹² GOMES, Ângela de Castro. “Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo”. In. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 46-49.

¹³ ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 14-15

A propósito, depois do acontecido “não acontecido” na festa com que adentramos nas salas de reboco e suas classificações raciais, a pobre moça como castigo por crime não cometido foi levada à reclusão forçada em sua pequena camarinha. Talvez tenha sido mesmo a relutância obstinada do pai o energético de coragem para a filha. Privada do direito de ir e vir, até carta de rompimento foi-lhe atribuída para sustar o interesse do rapaz moreno. Também via carta foi combinada a mais ousada ação dos jovens. Numa delas o rapaz sugestivamente dizia:

Essa noite eu tive um sonho

Um sonho de muita alegria

Que me casava à força com quem eu queria

Será que você casava à força com quem você queria?

No prazo de vinte dias o casamento aconteceria à revelia de tudo e de todos. Era a promessa do rapaz. O prazo estava se findando e até mesmo a moça já não dava fé à esperança. Mas a oportunidade se fez. Tomado de coragem, o rapaz arranja um burro, um cavalo e um amigo. Indo ao encontro da moça, descobrem que sua casa está vazia por ocasião de um terço na casa vizinha, em que todos os mais próximos se encontravam. Rapaz e amigo se separam. O amigo vai a casa em que aconteciam as rezas e lá a moça é informada sobre a localização estratégica onde estavam escondidos o rapaz e seu transporte, à beira da lagoa, à distância de duas cercas do quintal. Logo a moça retorna a casa familiar enquanto que seu pai continua absorto em orações. De volta a sua camarinha junta uma pequena trouxa de roupas e alegando ir lavá-las na lagoa, encontra novamente seu enamorado, depois de quatro meses de reclusão serrada. Dali em diante nunca mais se deixariam. Ironicamente a única rota de fuga passa em frente a casa onde àquela altura seu despreocupado pai já chegara. A lua estava clara feito sol, mas não o suficiente para distinguir as fisionomias de quem passava. Até cumprimento os fujões receberam. Era a noite do dia 20 de julho de 1948. No dia seguinte, ainda no calor dos acontecimentos, uma comitiva parte para o cartório da vila próxima e o casamento se faz. Nove dias depois, é a vez do padre sacramentar a união, com as devidas bênçãos dos pais, com o devido banquete ao fim.

FONTES IMPRESSAS

Revistas do Instituto do Ceará

ABREU, Júlio. “A epopéia cearense”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLVIII, ano 1934. p. 35-48.

ADERALDO, Mozart Soriano. “Atas das Sessões”. In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966.

CHANDLER, Billy. “Os escravistas renitentes de Milagres: um pós-escrito à história da escravidão no Ceará”. In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966.

DAMASCENO, Pantaleão. “Cartas sobre as pesquisas de Billy Chandler reclamam a passividade do I.C.” In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966.

FAZENDA, Vieira. “Ventre Livre”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXI, ano 1907, p. 33-38.

FONSECA FILHO, Júlio Cesar da. “Em torno da abolição”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXXVIII, ano 1924, p. 355-356.

JUSTA, José Lino da. “Novos sócios do Instituto” In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLVI, ano 1932. p. 217-218.

MARTINS FILHO, Antônio. A operosidade excepcional de Eusébio de Sousa. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LXI, ano 1947, p. 197-209

MARTINS, Antonio. “Para a historia da libertação dos escravos no Ceará: relatório ou Synopse Historica da inauguração da sociedade ‘Cearense Libertadora’ por Antonio

Martins, secretario da sociedade ‘Perseverança e Porvir’” In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XI, ano 1897.

MENEZES, Djacir. “Debate sobre o abolicionismo cearense”. In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXXI, 1967, pág. 132-139.

PINTO, Guilherme de Sousa. “A libertação no Ceará da População Escrava”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLVIII, ano 1934. p. 186-187.

SOUZA, Euzebio de. “O Ceará e a abolição”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXXVII, ano 1923, p. 385-390.

SOUZA, Euzebio de. “Pela História do Ceará”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XLIII, ano 1930, p. 265-268.

STUDART FILHO, Carlos. “O revisionismo histórico e a História do Ceará” In. **Revista do Instituto do Ceará**, tomo LXXX, 1966, pág. 168.

STUDART, Guilherme (Barão de). “Os mortos do Instituto”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXXIV, ano 1920, p. 365-368.

VASCONCELOS, Barão de. “Pedro Pereira da Silva Guimarães (documentos históricos)” In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XX, ano 1906, p. 187-189.

Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará

Relatorio que appresentou o Exm. Senhor Doutor Francisco de Sousa Martins, Presidente dessa Província, na ocasião da abertura d’Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1840. Ceará, Typ. Constitucional, 1840.

Discurso recitado pelo Exmo. Sr. Brigadeiro Jose Joaquim Coelho, Presidente e Comandante das Armas da Província do Ceará na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 10 de setembro de 1841. Pernambuco, Typographia de Santos & Companhia, 1842.

Relatorio do Exmo. Presidente e Commandante das Armas da Província do Ceará o Brigadeiro Jose Maria da Silva Bitancourt na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de julho de 1844. Ceará: Typographia Cearense, 1844.

Relatorio do Presidente da Província do Ceará, pelo Exmo. Sr. Desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henrique, Presidente da mesma província, no dia 1º de Setembro de 1869. Fortaleza, Typographia Nacional.

Relatório com que o Excellentissimo senhor commendador João Wikens de Mattos abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 20 de outubro de 1872”. Fortaleza, Typografia Constitucional, 1873.

Relatorio com que o Exm. Sr. Conselheiro Andre Augusto de Paula Fleury passou a administração da provincia do Ceará ao Exm. Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza, Typ. do Cearense, 1881.

Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa do Ceará, na sessão ordinária de 1881 pelo presidente da Provincia Senador Pedro Leão Velloso. Fortaleza, Typ. do Cearense, 1881.

Relatorio com que o Exm. Sr. Senador Pedro Leão Velloso, Presidente da Provincia do Ceará passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Torquato Mendes Vianna, 1º Vice-Presidente, no dia 26 de dezembro de 1881. Fortaleza, Typographia do "Cearense".

Relatorio apresentado a Assembleia Provincial do Ceará na sessão ordinaria de 1882 pelo Presidente da Provincia Dr. Sancho de Barros Pimentel. Fortaleza, Typographia do "Cearense", 1882.

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Sancho de Barros Pimentel passou a administração da Provincia do Ceará ao 2º Vice-Presidente, Exm. Sr. Coronel Antonio Theodorico da Costa, no dia 31 de outubro de 1882. Fortaleza, Typographia do "Cearense", 1882.

Relatorio com que o Exm. Sr. Barão de Guarujá passou a administração da Provincia do Ceará ao respectivo 2º Vice-Presidente Exm. Sr. Commendador Antonio Theodorico da Costa, no dia 17 de maio de 1883. Fortaleza, Typographia do "Cearense", 1883.

Relatorio com que o Exm. Sr. Commendador Antonio Theodorico da Costa, 2º Vice-Presidente da Provincia do Ceará, passou a respectiva administração ao Exm. Sr. Dr. Satyro d'Oliveira Dias, em 21 de agosto de 1883. Fortaleza, Typographia do "Cearense", 1883.

Falla que o Exm. Sr. Commendador Dr. Satyro d'Oliveira Dias dirigio a Assembléa Legislativa do Ceará na sessão ordinária de 1883. Fortaleza, Typographia do "Cearense", 1884.

Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias passou a administração da Provincia ao 2º Vice-Presidente, Exm. Sr. Commendador Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly no dia 31 de maio de 1884. Fortaleza, Typ. do Cearense, 1884.

Relatorio com que o Exm. Sr. Desembargador Miguel Calmon du Pin e Almeida passou a administração da provincia do Ceará, ao Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas no dia 09 de abril de 1886. Fortaleza, Typ. do Cearense, 1886.

Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Ceará na segunda sessão da 26ª legislatura pelo Presidente da Provincia Dr. Eneas de Araujo Torreão. Fortaleza, Typ. Economica, 1887.

Mensagens do Presidente do Estado do Ceará

Mensagem do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle á Assembléa Legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária da 1ª Legislatura. Fortaleza, Typografia da República, 1893.

Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1915 pelo Presidente do Estado Coronel Benjamim Liberato Barroso, Fortaleza, Typografia Moderna, 1915.

Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado do Ceará. Typografia Gadelha, Fortaleza, 1926.

Mensagem enviada á Assembléa Legislativa pelo Desembargador José Moreira da Rocha, Presidente do Estado. 1928.

José Carlos de Matos Peixoto. Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado do Ceará á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1ª sessão ordinária da decima legislatura. Typografia Gadelha, 1929.

Jornais

Libertador, 25 de março de 1884. Ano IV

Libertador, 17 de abril de 1886. Ano VI

Libertador, 19 de outubro de 1886. Ano VI

Libertador, 29 de outubro de 1886. Ano VI

Censos do IBGE

Recenseamento do Brazil em 1872

Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920

Livros

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: (1500-1800)**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BEZERRA, Antonio. **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1906.

CAMPOS, Eduardo. **Imprensa abolicionista, igreja, escravos e senhores: estudos.** Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto / Banco do Nordeste, 1984.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição.** 3ª Ed. Melhorada. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1984 [1ª edição de 1956].

RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. **Perspectiva antropológica do escravo negro no Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 1988.

STUDART, Guilherme (Barão de). **Diccionario Bio-Bibliographico Cearense.** 3 v. Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

TEÓFILO, Rodolfo. História da Secca no Ceará (1877-1880). Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922. *Apud* GIRÃO, Raimundo. **Abolição no Ceará.** Fortaleza, Secretaria da Cultura e do Desporto: 1988.

FONTES ORAIS

Arquivo LABOME

Estanislau Ferreira Chaves
(27 de maio de 2006, 05 de agosto de 2006, 06 de fevereiro de 2011 e 05 de março de 2011)

Simplício Braga de Farias
(19 de dezembro de 2008)

Maria Geli Martins
(21 de dezembro de 2008, 29 de maio de 2011 e 29 de janeiro de 2012)

Manoel Luiz de Souza
(08 de janeiro de 2009)

Maria Gustavo de Mesquita
(09 de janeiro de 2009, 17 de janeiro de 2009 e 28 de maio de 2011)

Elias Júlio de Sales
(29 de maio de 2011)

João Lourenço Vieira Filho
(06 de dezembro de 2011 e 16 de janeiro de 2012)

Manoel Preto

(17 de janeiro de 2012)

Gerardo Furtuoso
(28 de janeiro de 2012)

Elias Martins Vital
(05 de fevereiro de 2012 e 12 de fevereiro de 2012)

Arquivo Pessoal

Estanislau Ferreira Chaves, 85 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 05 de agosto de 2006. Fazenda Maniçoba, zona rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE.

Elias Júlio de Sales, 70 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 01 de agosto de 2006. Distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE.

Tomás de Mesquita Viana, 75 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 14 de julho de 2007. Fazenda Caiçarinha, zona rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE.

Dulcinéia Caetano, 71 anos, professora aposentada. Entrevista realizada em 15 de março de 2007. Distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral

Livro de Óbitos 02 (1870-1898) Paróquia de Santa Quitéria, CE.

Cartório de Registro Civil de Macaraú, Santa Quitéria, CE.

Livro de Óbitos, n. 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. (Orgs.) **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011

_____; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da Dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMARAL, Eduardo Lucio Guilherme. **Intelectuais e política no Instituto do Ceará (1887-1920)**. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2002.

ASSUNÇÃO, Mariana Almeida. **Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (Século XIX)**. Tese de doutorado em História. Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2009.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “A memória do tempo de cativo no Maranhão”. In. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29, p. 67-110, 2010.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. “Olhar que Enxerga Além das Efemérides: o Movimento Abolicionista na Província do Ceará (1871-1884).” In. **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH-SP. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 07.

- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil – 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 209.
- COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebecca. **Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- EISENBERG, Peter. “A abolição da escravidão: o processo nos engenhos de açúcar em Pernambuco”. In. **Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX**. Campinas: UNICAMP, 1989.
- FALCÃO SOBRINHO, José. **Geohistória ambiental do Vale do Acaraú**. Sobral: Edições Universitárias, 2009.
- FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “**Catirina, minha nêga, tão querendo te vendê...**”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.
- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Enxadas e compassos**. Seca, ciência e trabalho no sertão cearense (1915-1919). Dissertação de mestrado em História. Salvador: UFBA, 2009.
- FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravidão na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São João del Rei – UFSJR: São João del Rei, 2010.
- FONER, Eric em **Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.
- FUNES, Eurípedes. “Negros no Ceará” In. **Uma nova História do Ceará**. SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide; [et. al.] 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- GARCIA JR., Afrânio Raúl e HEREDIA, Beatriz Alasia de. “Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil” In. PIETRAFESA, Emilia; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social**. São Paulo: UNESP, 2009. Vol. II. (Coleção História Social do Campesinato Brasileiro)
- GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. “A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico”. In. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, julho/dezembro de 2010, p. 42-55.
- GOMES, Ângela de Castro. “Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo”. In. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras**

do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? - O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. In. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, 2002.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **A construção do Templo da História:** Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942). Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Ilka Boaventura. (Org.) **Laudos periciais antropológicos em debate.** Florianópolis: NUER/ABA, 2005.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de uma cidade:** conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Cláudia Barcellos (Orgs.). **Raça como retórica:** a construção da diferença. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. “Histórias e memórias da escravidão na Fazenda Malhada Grande, Santa Quitéria – Ce: Os Bragas em preto e branco”. In. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética.** Fortaleza: ANPUH, 2009.

_____. **“Você quer saber história velha eu vou contar”:** lembranças e vestígios do tempo do cativo. Monografia de Graduação. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA: Sobral, 2009.

MARTINS, Robson Luís Machado. **Os caminhos da liberdade:** abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888). Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2005.

MATTOS, Hebe. “Apresentação” [do Dossiê *Patrimônio e memória da escravidão atlântica: História e Política*]. In. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol.15, n.29, 2010.

_____. **Das Cores do Silêncio.** Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, Séc. XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Marcas da Escravidão.** Biografia, Racialização e Memória do Cativo na História do Brasil. Tese (Titular). Niterói: História/UFF, 2004.

_____; RIOS, Ana Lugão. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v.5, n. 8, jan-jun. de 2004. pág. 171-197.

_____; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAUAD, Ana Maria. “Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura do texto videográfico *Milton Guran em três tempos* (LABHOI, 2010).” In. **História Oral**, v. 13, n. 1, jan.-jun. 2010. p. 144.

MINTZ, Sidney W. “Cultura: uma visão antropológica”. In. **Tempo** – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, n. 28, vol. 14, junho de 2010. p. 223-237.

NEVES, Frederico de Castro. “A seca na história do Ceará”. In. SOUSA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

_____. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.) **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.

OLIVEIRA, Almir Leal. **O Instituto Histórico, Geográfico e antropológico do Ceará: Memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 2001.

PIETRAFESA, Emilia; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social**. São Paulo: UNESP, 2009. Vol. II. (Coleção História Social do Campesinato Brasileiro).

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINHO, Osmundo e SANSONE, Lívio (Orgs.) **Raça: Novas Perspectivas Antropológicas**. Salvador. ABA/EDUFBA. 2008.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FVG, 1996.

RATTS, Alex. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas**. Fortaleza: Museu do Ceará – Secult, 2009. (Coleção Outras Histórias).

RIOS, Ana Maria Lugão. “Campesinato negro no período pós-abolição: repensando *Coronelismo, enxada e voto*”. In. **Cadernos IHU Idéias**. n.76 UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera; BARCELOS, Luiz Claudio. **Afro-reparaciones: Memórias de la Esclavitud y Justicia Reparativa para negros, afrocolombianos y raizales**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales (CES), 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 92

SCOTT, Rebecca. **Emancipação escrava em Cuba**: a transição para o trabalho livre, 1860-1899. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1991.

SILVA, Eduardo "O Quilombo do Leblon e o Underground Abolicionista, 1883-1888. In: **Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira da Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: SBPH, 2005, p. 207-210.

_____. "Domingo, dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade." In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. (Orgs.) **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011. p. 29-37;

SILVA, José Borzacchiello da. "O algodão na organização do espaço". In: SOUZA, Simone de (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará**: das origens a extinção. 2ª Ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.

SOUSA, Antonio Vilamarque Carnaúba de. **Da "Negrada Negada" a Negritude Fragmentada**: O Movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995). Fortaleza: UFC (Dissertação de Mestrado em História Social), 2006.

XAVIER, Patrícia Pereira. **O Dragão do Mar na "Terra da Luz"**: a construção do herói jangadeiro (1934-1958). Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC-SP, 2010.